

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**ERIKA MELO FARIAS**

**CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES DE  
ADMINISTRAÇÃO NO COMBATE A CORRUPÇÃO NO BRASIL**

**VITÓRIA  
2018**

**ERIKA MELO FARIAS**

**CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES DE  
ADMINISTRAÇÃO NO COMBATE A CORRUPÇÃO NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof.(a). Dr.(a) Márcia Prezotti Palassi

VITÓRIA  
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

F224c Farias, Erika Melo, 1983-  
Consciência política e participação dos estudantes de  
administração no combate à corrupção no Brasil / Erika Melo  
Farias. – 2018.  
190 f. : il.

Orientador: Márcia Prezotti Palassi.  
Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade  
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e  
Econômicas.

1. Administração – Estudantes. 2. Participação política. 3.  
Corrupção – Brasil. 4. Formação profissional. I. Palassi, Márcia  
Prezotti. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de  
Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 65

---

Elaborado por Perla Rodrigues Lôbo – CRB-6 ES-527/O

**ERIKA MELO FARIAS**

**CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES DE  
ADMINISTRAÇÃO NO COMBATE À CORRUPÇÃO NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovada em 8 de junho de 2018.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



---

**Prof. Dr.ª Márcia Prezotti Palassi**  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientadora



---

**Prof. Dr. Eloísio Moulin de Souza**  
Universidade Federal do Espírito Santo



---

**Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva**  
Universidade de São Paulo – membro  
remoto

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pois seu amor incondicional, cuidado e zelo, tem me sustentado para vencer os obstáculos e alcançar as vitórias. Ele me concedeu saúde e força para conseguir superar as dificuldades ao longo desta trajetória. Pensei por vezes que não conseguiria. Nesses momentos, entendi o verdadeiro significado da palavra “tudo posso naquele que me fortalece”.

À professora Márcia Prezotti Palassi, minha orientadora, pela paciência, apoio, compreensão e amizade.

A todos os professores do curso, que me permitiram adquirir um pouco mais de conhecimento. Em especial ao professor Eloísio Moulin de Souza pelo apoio e por acreditar na minha capacidade. Aos professores da banca, por aceitarem o convite e pelas preciosas contribuições.

Aos professores, que gentilmente concederam parte do seu tempo de aula, permitindo a aplicação dos questionários. Aos estudantes que disponibilizaram uma parte de seu tempo para preencher os questionários e aos que se dispuseram a conceder entrevista. Este trabalho não seria possível sem tal contribuição.

Ao Programa de pós-graduação e a secretaria do curso pela oportunidade e apoio. Meu muito obrigada.

Aos meus irmãos pelo amor e incentivo e pelo apoio, mesmo de longe. A minha genitora, que com orgulho sempre me incentivou a buscar o melhor de mim e a ser uma pessoa correta. Sem ela eu não estaria aqui. Ao meu pai, José Nascimento, que mesmo não estando mais entre nós, sei que teria muito orgulho desta conquista. Ele sempre foi um grande incentivador em minha vida. Aos meus parentes que direta ou indiretamente fazem parte do meu sucesso. Em especial as minhas tias Ruth e Maria Izabel e minha avó Doracy.

Aos meus filhos e marido, que muitas vezes reclamaram por um pouco mais de atenção, mas que conseguiram suportar minha ausência e me proporcionar paz e correria de cada etapa do curso.

Aos amigos conquistados durante o curso e que me proporcionaram alegrias, tristezas e aflições compartilhadas. Vocês tornaram essa jornada mais leve.

“O preço a pagar pela tua não participação na política é seres governado por quem é inferior.”

Platão.

## RESUMO

Este trabalho analisa a dinâmica da consciência política dos estudantes de graduação em Administração de uma universidade pública federal brasileira quanto à participação em ações coletivas de combate à corrupção no Brasil. A discussão se baseia no modelo de análise da consciência política para compreensão da participação em ações coletivas (SANDOVAL; SILVA, 2016). Trata-se de uma pesquisa teórico-empírica, cujos dados foram obtidos e analisados em duas etapas, através de questionários e entrevistas semiestruturadas em 2017, submetidos à análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Os *estudantes que participam* tem uma consciência política de conflito (SANDOVAL, 1989), por saber que sua participação como cidadão é necessária, mas não fundamental, devido ao sentimento de baixa *eficácia política* de suas ações, abalando o desejo de participar em ações coletivas. Já os *estudantes que não participam* tem uma consciência política de senso comum (SANDOVAL, 1994), pois demonstram reduzida capacidade de análise crítica sobre fatos relativos a corrupção e indiferença às questões políticas. Conclui-se que quanto maior o sentimento de pertencimento a um coletivo, o compartilhamento de ideologias políticas, visão de mundo, e a identificação de pessoas ou grupos com interesses contrários aos seus, maior o impulsionamento a participar de ações coletivas contra a corrupção. Por outro lado, quanto menores os sentimentos de identidade grupal, de capacidade de intervenção em situações envolvendo corrupção, de interesses compartilhados e de afinidade com metas e repertório de ações de movimentos de combate à corrupção, maior a desmotivação a agir coletivamente.

**Palavras-chave:** Consciência Política. Participação. Corrupção. Formação Profissional. Administração.

## **ABSTRACT**

This paper analyzes the dynamics of political consciousness of undergraduate students in business administration, a federal Brazilian public University on the participation in collective actions to fight corruption in Brazil. The discussion is based on the analysis model of political awareness for understanding participation in collective actions (SANDOVAL; SILVA, 2016). The data were collected and analyzed in two steps, by means of questionnaires and semi-structured interviews in 2017 and subjected to content analysis (BARDIN, 2011). Students who participate have a political awareness of conflict (SANDOVAL, 1989), knowing that your participation as a citizen is necessary, but not essential, due to the feeling of low political effectiveness of his actions, shaking the desire to participate in collective actions. Students who are not already has a political consciousness of common sense (SANDOVAL, 1994), did demonstrate reduced ability of critical analysis about facts relating to corruption and indifference to political issues. It is concluded that the greater the feeling of belonging to a collective, sharing of political ideologies, worldview, and the identification of persons or groups with interests contrary to yours, the higher the boosting to participate in collective actions against corruption. On the other hand, the smaller the feelings of group identity, ability to intervene in situations involving corruption, of shared interests and affinity with goals and actions repertoire of moves to fight corruption, the greater the motivation to act collectively.

**Key-words:** Political Awareness. Participation. Corruption. Vocational Training. Administration.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AMARRIBO	Amigos Associados de Ribeirão Bonito
CGU	Controladoria Geral da União
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
COE	Conselho Europeu
CONTAG	Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPB	Código Penal Brasileiro
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPP	Código de Processo Penal
CPT	Comissão Pastoral da Terra
GMC	Grupo Multidisciplinar sobre Corrupção
LOA	Lei Orçamentária Anual
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MCCE	Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
MBL	Movimento Brasil Livre
MPF	Ministério Público Federal
MPL	Movimento Passe Livre
PDL	Projeto de Decreto Legislativo
PF	Polícia Federal
PL	Projeto de Lei
PLS	Projeto de Lei do Senado
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPA	Plano Plurianual
PPS	Partido Popular Socialista
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI	Transparency International
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econó
OEA	Convenção Interamericana Contra a Corrupção
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Dissertações que abordam o tema da corrupção nos programas de pós-graduação no Brasil.....	178
Quadro 02 – Conceitos de corrupção.....	29
Quadro 03 – Tipos de crimes de corrupção de acordo com o capítulo I, do título XI do Código Penal Brasileiro .....	181
Quadro 04 - Tipos de crimes de corrupção de acordo com o capítulo II, do título XI do Código Penal Brasileiro .....	184
Quadro 05 - Outros tipos de crimes de corrupção de acordo com o Código Penal Brasileiro .....	186
Quadro 06 - Algumas causas da corrupção .....	32
Quadro 07 - Leis e Decretos de combate à corrupção.....	38
Quadro 08 - Alguns PDL e PLS de combate à corrupção .....	41
Quadro 09 – As 10 medidas contra a corrupção .....	44
Quadro 10 – As três posições dos nexos de causalidade da teoria da atribuição de Hewstone (1989) .....	53
Quadro 11 – Participação política e seus indicadores.....	61
Quadro 12 – calendário acadêmico 2017/1 dos cursos de graduação.....	177
Quadro 13 – Entrevistados segundo o turno .....	68
Quadro 14 - Informações sobre aplicação dos questionários.....	70
Quadro 15 – Estudantes que aceitaram participar das entrevistas .....	71
Quadro 16 – Estudantes selecionados para participar das entrevistas .....	72
Quadros 17 – Inimigos dos movimentos de combate à corrupção.....	96
Quadro 18 – Participação em movimento, protesto, abaixo assinado contra a corrupção .....	102

Quadro 19 - Influência da graduação ou grupos na vontade de participar de ações coletivas contra a corrupção.....	105
Quadro 20 - Práticas mais comuns de corrupção conhecidas pelos estudantes que não participam de ações coletivas contra a corrupção no Brasil.....	116
Quadro 21 - Motivos para o posicionamento positivo em relação às ações de combate à corrupção.....	120
Quadro 22 - Reações dos estudantes que não participam ao assistir nas mídias escândalos de corrupção .....	130
Quadro 23 - Cronograma de pesquisa .....	176

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1- Modelo Analítico de Consciência Política para a Compreensão da Participação em Ações Coletivas .....	49
Figura 2- Modelo de Consciência Política para a Compreensão da Participação em Ações Coletivas Reformulado .....	57

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>CORRUPÇÃO E O COMBATE À CORRUPÇÃO NO BRASIL .....</b>	<b>21</b>
2.1	Panorama histórico da corrupção no mundo e no Brasil .....	21
2.2	Conceitos, tipos e causas da corrupção.....	25
2.3	Panorama geral do combate a corrupção no Brasil .....	35
<b>3</b>	<b>O MODELO ANALÍTICO DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA PARA COMPREENSÃO DA PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES COLETIVAS .....</b>	<b>47</b>
<b>4</b>	<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>65</b>
4.1	Contexto da pesquisa.....	65
4.2	Tipo de Pesquisa.....	66
4.3	Sujeitos de Pesquisa .....	67
4.4	Produção dos Dados .....	69
4.5	Análise dos dados .....	74
<b>5</b>	<b>ENTRE O CONFLITO E O SENSO COMUM.....</b>	<b>78</b>
5.1	Estudantes que participam de ações coletivas contra a corrupção .....	78
5.2	Estudantes que não participam de ações coletivas contra a corrupção .....	108
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>142</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>150</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>166</b>
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE .....</b>	<b>167</b>
	<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>169</b>
	<b>APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>172</b>

<b>APÊNDICE D – FICHA DE TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS* .....</b>	<b>175</b>
<b>APÊNDICE E – QUADRO 23- CRONOGRAMA DE PESQUISA .....</b>	<b>177</b>
<b>APÊNDICE F – QUADRO 12- CALENDÁRIO DA GRADUAÇÃO 2017 .....</b>	<b>177</b>
<b>APÊNDICE G – QUADRO 01 – DISSERTAÇÕES SOBRE A CORRUPÇÃO NOS PROGRAMAS DE POS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL .....</b>	<b>178</b>
<b>APÊNDICE H – QUADRO 03 – TIPOS DE CRIMES DE CORRUPÇÃO DE ACORDO COM O CAPÍTULO I, DO TÍTULO XI DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO .....</b>	<b>181</b>
<b>APÊNDICE I – QUADRO 04 – TIPOS DE CRIMES DE CORRUPÇÃO DE ACORDO COM O CAPÍTULO II DO TÍTULO XI DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO .....</b>	<b>184</b>
<b>APÊNDICE J – QUADRO 05 – OUTROS TIPOS DE CRIMES DE CORRUPÇÃO DE ACORDO COM O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO .....</b>	<b>186</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao se falar no tema corrupção no Brasil, geralmente aponta-se para algo que parece estar enraizado na cultura luso-brasileira (CAVALCANTI, 1991), sendo a corrupção apontada na opinião pública como um fenômeno endêmico e criador de dificuldades para a constituição de uma agenda sólida de desenvolvimento (FILGUEIRAS; AVRITZER, 2011).

A corrupção no Brasil se tornou um dos principais problemas na esfera pública nos últimos anos. Isso se deve ao fato da corrupção na política brasileira ter sido um tema bastante recorrente, sendo veiculados nas mídias, escândalos envolvendo o fenômeno (FRIEDRICH; SBARDELOTTO, 2016). Este fato trouxe como consequência, o descrédito da população em relação ao Estado, aos políticos e à administração pública (MORAES, 2014). Além disso, a alta percepção da corrupção imprime efeito negativo sobre o regime democrático de um país (LEAL, 2013). Portanto, foram traçadas maneiras de combater a corrupção, principalmente através do poder público (FILGUEIRAS, 2009; HERNANDES, 2011; OLIVEIRA, 2013), com o objetivo de recuperar a credibilidade ante os escândalos envolvendo corrupção (MORAES, 2014).

Aponta-se, no entanto, que para o eficaz combate e controle da corrupção, não basta unicamente o poder público reformar e modernizar a administração do Estado e criar Lei na tentativa de coibir a corrupção no setor empresarial (organizações públicas, privadas, de economia mista e sem fins lucrativos). Faz-se necessário também, a participação social, o apoio público e uma sociedade civil disposta a desempenhar um papel significativo na moldagem de seu ambiente (EIGEN, 2015). Sendo assim, o acompanhamento e supervisão do poder público e da população sobre a conduta dos administradores públicos e do setor empresarial em geral, constitui-se numa forma essencial de controle à corrupção (TREVISAN et al, 2003).

Nesse contexto, destacam-se os estudantes como importantes sujeitos na história das lutas sociais, por intervir nos rumos da política governamental em vários países, incluindo o Brasil (SOUSA, 2011). Além disso, a participação política dos estudantes

nas universidades é responsável, em grande parte, pelo desenvolvimento desse universitário como cidadão e pela sua inserção na vida pública (AZEVEDO, 2012).

Entretanto, observam-se críticas à formação dos profissionais de graduação em Administração, quanto à atuação destes, que aparenta estar restrita a ambientes empresariais (OLIVEIRA, et al., 2014; PAES DE PAULA, 2008; TRACTEMBERG, 1990; RAMOS, 1983). Em uma perspectiva idealista, a interdisciplinaridade presente na formação do profissional administrador deveria propiciar a atuação deste (profissional) para além das atividades envolvendo capital e ambientes empresariais.

Ao considerar a gestão como um recurso com potencial para transformar a sociedade em conjunto com os mecanismos criados pelos governos para o controle e combate da corrupção e a necessidade de maior participação popular para a eficácia destes mecanismos, surge o questionamento que dá base à investigação proposta neste trabalho: como a configuração das dimensões da consciência política dos estudantes de graduação em Administração contribui para a participação deles ou não em ações coletivas ou individuais de combate à corrupção no Brasil?

Portanto, o *objetivo geral* desta pesquisa é compreender como a consciência política dos estudantes de graduação em Administração de uma universidade pública no sudeste do Brasil contribui para a participação deles ou não em ações coletivas de combate à corrupção. Para isso, faz-se necessário alcançar os seguintes *objetivos específicos*:

1. Estabelecer as tipologias de consciência política dos estudantes sobre a corrupção no Brasil e como ela contribui ou não para a participação deles no combate a corrupção;
2. Analisar a possível participação dos estudantes no combate à corrupção;
3. Analisar as dimensões do Modelo de Consciência Política dos estudantes de graduação em Administração em relação à corrupção no Brasil.

Para o alcance dos objetivos, adota-se o Modelo Analítico de Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas (SANDOVAL, 2001) como



marco teórico. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa do tipo exploratória (CRESWELL, 2003).

Este trabalho se justifica pelo seu ineditismo, ao preencher uma lacuna verificada durante a revisão de literatura sobre corrupção. Observou-se que não há estudos utilizando o modelo de consciência política proposto por Sandoval (2001) abordando o tema da corrupção e sua relação com a participação ou não de universitários nos movimentos anticorrupção.

Além disso, através do levantamento de teses e dissertações nos programas de pós-graduação em Administração no Brasil (APÊNDICE F), verificou-se a existência de 02 Teses e 22 Dissertações abordando o tema da corrupção no período de 1997 a 2016. Observa-se que se produziu nos programas de pós-graduação brasileiros, 24 pesquisas envolvendo o tema da corrupção, no decorrer de 19 anos. Esse número de produção pode ser considerado pequeno, se comparado à quantidade de programas de pós-graduação existentes no Brasil. Em 2017 a CAPES contava com 7.000 programas de pós-graduação em atividade no país e aproximadamente 4.600 novos programas sendo submetidos à avaliação (NEVES, 2017).

Nas Teses, a corrupção é analisada sob o enfoque organizacional relacionado à identidade (REZENDE, 2014) e à fraude ocupacional nas organizações privadas (SANTOS, 2016). Já as Dissertações, tratam do tema sob diversos enfoques, dentre os quais, destaca-se: a corrupção burocrática em nível empresarial (MELO, 2014); a fiscalização e combate à corrupção (PAULA, 2016); a corrupção organizacional (SILVA, 2016); notícias internacionais (GEHRKE, 2014); administração pública (PINTO, 1997) e; corrupção eleitoral (MORAES, 2014).

Após revisão de artigos publicados tanto em nível nacional quanto internacional sobre o tema, verificou-se que o enfoque destes é bastante variado. Os enfoques são políticos (FILHO, 2001; SARMIENTO, 2015; BONIFÁCIO; RIBEIRO, 2016; FRIEDRICH; SBARDELOTTO, 2016), jurídicos (COSTA, 2010; SOBRINHO, 2015), de percepção (FILGUEIRAS, 2009; ARAÚJO, 2014; GOMES, 2015); combativo (PEREIRA, 2005; ARAÚJO; SANCHES, 2005; FARIA, 2011; MORAES, 2014;

KAERCHER, 2016) e internacional (FERREIRA; MOROSINI, 2013; GRANATO, 2016).

Apesar de a corrupção ser tratada sob enfoques distintos, diversos autores apontam para a participação social como fator relevante para o efetivo controle e combate à corrupção (FILGUEIRAS, 2009; COSTA, 2010; SARMIENTO, 2015; BONIFÁCIO; RIBEIRO, 2016). No entanto, dentre os estudos sobre a corrupção, nota-se que o foco de análise predominante está no enfoque político (mas não no público atingido por este fenômeno ou na participação).

Observou-se ainda, a existência de pesquisas visando analisar a consciência política, através do Modelo proposto por Sandoval (2001), sob diversos enfoques, como apontado a seguir: de participantes de movimentos sociais e de cidadãos às margens da sociedade em relação aos mecanismos participativos institucionalizados (SILVA, 2002; COSTA, 2007); em orçamento participativo (SOUZA; PALASSI; SILVA, 2015); na comunicação comunitária (COSTA; DELIBERADOR; SILVA, 2014); de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra (SILVA, 2002); movimento LGBT (SILVA, 2006); protagonismo feminino (PUDENZI, 2014); de universitários sob a perspectiva da participação política (ANSARA, 2011), da participação em mecanismos participativos (não) institucionalizados (PALASSI; MARTINS; PAES DE PAULA, 2014); no movimento Empresa Junior (MARTINELLI, 2016); de estudantes de universidades particulares (AZEVEDO, 2012); de universitários no movimento estudantil (SOUZA, 2011); das percepções de moçambicanos e moçambicanas sobre a corrupção em Moçambique (FERRO, 2015); análises dos discursos no *Twitter* sobre a reforma política (JUNIOR, 2016); de grupo social do *Service Civil International* (GONTIJO, 2015).

Nota-se que apesar de vasta gama de trabalhos que se utilizaram do modelo de consciência política proposto por Sandoval (2001), não há estudo abordando as dimensões da consciência política de universitários em relação à corrupção. No entanto, há dois estudos realizados junto a graduandos do curso de Administração sob perspectivas distintas (PALASSI; MARTINS; PAES DE PAULA, 2017; MARTINELLI, 2016). Nesse contexto, a presente pesquisa, ao analisar as dimensões da consciência política de estudantes de Administração, possibilita uma

complementação. Essa complementação se dá, na medida em que os resultados desta pesquisa possibilitarão uma maior compreensão das dimensões da consciência política dos universitários do referido curso.

A formação profissional em Administração vem recebendo várias críticas (PAES DE PAULA, 2014; OLIVEIRA *et al.*, 2014; MASCARENHAS *et al.*, 2011; DEMAJOROVIC; SILVA, 2012). O ponto mais comum entre as críticas está na formação instrumental/técnica e na ausência de formação política e cidadã. As críticas em relação à formação instrumental/técnica residem no fato de que há grande distanciamento das expectativas do mercado de trabalho enfatizando o despreparo dos profissionais (FERREIRA, 2014). Tal distanciamento entre ensino e prática pode ser reduzido através de atividades de extensão, que possibilitem o acesso à realidade, levando ao aperfeiçoamento da formação do aluno (TAKEUSHI; SENHORAS, 2003). Já as críticas no que tange à ausência de formação política e cidadã mencionam que se faz necessário uma revisão dos cursos nessa área, pois estes (cursos) possuem ênfase no capital e no enriquecimento individual (AKTOUF, 2005).

As demandas da realidade exigem do gestor o desenvolvimento de muitas habilidades e a aplicação dos conhecimentos adquiridos em diferentes contextos (CHING *et al.*, 2014). Portanto, além de competências técnicas, a formação dos gestores deve contemplar também o desenvolvimento pessoal deste (gestor). Essa contemplação permite a preparação de cidadãos críticos e responsáveis para assumir suas responsabilidades e participar do desenvolvimento da sociedade na qual se encontram inseridos (FIATES *et al.*, 2012). Nesse sentido, defende-se nos estudos organizacionais, uma formação capaz de desenvolver reflexões críticas acerca da atuação dos Administradores nas organizações e na sociedade, visando despertar nos estudantes a percepção de sua prática como Administrador para a transformação social (PAES DE PAULA, 2012). Assim, a atuação deste profissional é reforçada como sendo mais ampla na sociedade e indo além de ambientes empresariais (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

De acordo com Sandoval (1989), o desenvolvimento de maneiras de pensar de um modo pouco reflexivo e crítico prejudica o desenvolvimento da construção da

consciência política do sujeito. Essa consciência (política) é configurada pela participação deste em ações individuais ou coletivas (SANDOVAL, 2001), sendo a consciência formada no percurso da vida desse sujeito, num processo psico-sócio-histórico (SANDOVAL, 2001).

Considerando-se o exposto, a universidade (como parte do cotidiano desses sujeitos), é um dos contextos que podem contribuir ou não para o desenvolvimento da consciência política de seus estudantes. Entretanto, estudos revelam que os estudantes universitários dos cursos de graduação em Administração apresentam baixa participação; participação limitada; desinteresse em participar de ações coletivas; desinteresse em participar de ações políticas e; resistência à participação (PALASSI; MARTINS; PAES DE PAULA, 2016; MARTINELLI, 2016).

Portanto, a relevância social desta pesquisa está em fornecer subsídios (para estratégias/mudanças) a gestores dos cursos de graduação em Administração. Nesse sentido, ao proporcionar uma maior compreensão das dimensões da consciência política de graduandos em Administração, os resultados desta pesquisa podem subsidiar reflexões aos gestores de tais cursos. Essas reflexões podem gerar uma maior preocupação destes gestores em desenvolver currículos de ensino que promovam o desenvolvimento reflexivo e crítico dos profissionais administradores no que tange à uma atuação política e participativa na sociedade e nas organizações.

Gohn (2011) argumenta que a educação não se resume àquela realizada na sala de aula propriamente dita e que há produção de saberes e aprendizagens em outros espaços (como os participativos). Para a autora, há um caráter educativo nas práticas que se desenvolvem no ato de participar, sendo os movimentos sociais, fonte de inovação e matrizes geradoras de saberes (GOHN, 2011). Nesse contexto, os resultados da presente pesquisa podem contribuir com um repensar do ensino dos graduandos em Administração em relação à oferta de atividades extracurriculares. Tais atividades teriam por finalidade, o desenvolvimento da promoção de valores sociopolíticos (LOZANO; ALVARADO, 2011; MARANHÃO; PAES DE PAULA, 2011). Além disso, essas atividades poderiam resultar em uma maior participação dos estudantes em ações política e em ações coletivas.

Esta pesquisa ao utilizar-se do modelo de consciência política proposto por Sandoval (2001), no mesmo *lôcus* que outras pesquisas (MARTINS, 2014; MARTINELLI, 2016), visa possibilitar uma maior compreensão das dimensões da consciência política dos estudantes de Administração desse *lôcus*. Portanto, seus resultados podem contribuir ainda, para a reflexão dos professores que tenham preocupações com a formação cidadã, além da formação profissional dos estudantes de Administração. A presente pesquisa pode ainda, contribuir com as políticas de combate à corrupção, na medida em que os resultados desta (mesmo realizada com grupo específico) podem levar à identificação (empírica) do comportamento e percepções dos indivíduos quanto ao processamento do fenômeno da corrupção.

Sendo assim, este trabalho está estruturado em seis partes, sendo a primeira esta introdução. Na segunda parte, aborda-se a corrupção e o combate à corrupção no Brasil, trazendo-se um panorama geral. Na terceira parte, apresenta-se o modelo analítico de consciência política e sua relação com a participação em ações coletivas. Na quarta parte, descreve-se o percurso metodológico utilizado, envolvendo o tipo de pesquisa, os sujeitos, a produção e análise dos dados. Na quinta parte, apresentam-se os resultados e análises. Nesta parte, são analisados os resultados segundo cada dimensão do Modelo adotado (SANDOVAL; SILVA, 2016), a análise da possível participação dos estudantes no combate à corrupção no país, das dimensões apresentadas pelos *estudantes que participam* e *estudantes que não participam*, assim como os tipos de corrupção e a relação entre participação e consciência política. Por fim, na sexta parte, são tecidas as considerações finais.

## **2 CORRUPÇÃO E O COMBATE À CORRUPÇÃO NO BRASIL**

Este capítulo inicia-se com um panorama histórico da corrupção em nível internacional e nacional. Em seguida, apontam-se os conceitos, tipos e causas da corrupção, em seus aspectos mais gerais e comuns. Posteriormente, apresenta-se um panorama geral dos movimentos anticorrupção no Brasil, objetivando a compreensão dos meios disponibilizados que possibilitem a participação social no combate à corrupção.

### **2.1 Panorama histórico da corrupção no mundo e no Brasil**

A corrupção é apontada por diversos autores (ACKERMAN, 1978; CAVALCANTI, 1991; BEZERRA, 1995; BREI, 1996; FAORO, 2000; CAMPOS, 2016) como um problema tão antigo quanto a humanidade. Portanto, não se pretende desvendar qual é a sua origem ou como ela se iniciou. Pretende-se apenas fazer um breve levantamento de sua inserção na sociedade brasileira, através do exame de como se deu historicamente a responsabilização do Estado e de seus agentes, além de uma visão geral das tentativas de combate à corrupção e cooperação internacionais. Para tanto, apresenta-se primeiramente um panorama histórico da corrupção internacional para em seguida passar ao panorama brasileiro.

No âmbito internacional, o tema da corrupção ganhou foco a partir dos anos 90. Nesse período, surgiram formas de cooperação entre países buscando sanar a brecha causada pela globalização econômica e a limitação dos órgãos na definição legal da corrupção. Isso levou ao surgimento de formas legais de cooperação para a responsabilização criminal da corrupção. Nesse sentido, foram formuladas várias tentativas abordando a cooperação entre países para combater e criminalizar a corrupção. Entre estas cooperações está a primeira Convenção Interamericana Contra a Corrupção (OEA). A OEA surgiu como um compromisso firmado entre os interesses latino-americanos na assistência legal mútua e os interesses norte-americanos na criminalização da corrupção transnacional. Para tanto, foram adotadas reformas na legislação nacional dos Estados que a ratificaram (KLITGAARD, 1994).

Em 1993 foi fundado o Transparency International (TI), que surgiu com enfoque na corrupção em transações econômicas internacionais e em projetos de cooperação econômica, dividindo o mundo em dois hemisférios, no qual o Norte seria o corruptor e o Sul o corrompido. No entanto, enfatizava reformas dos sistemas reguladores e da cultura comportamental em ambos os hemisférios (ABRAMO, 2000). Este mesmo órgão (TI) criou um índice de percepção da corrupção mundial. Neste índice, a percepção da corrupção é realizada através da comparação de dados das agências de risco de investimentos. Assim, cada país ocupa um lugar no *ranking* que vai de 0 a 10, onde quanto mais próximo de zero, maior o nível de percepção de corrupção daquele país. Este índice recebeu várias críticas relacionadas a dois aspectos distintos. Primeiro, por serem consideradas no índice, apenas as percepções sobre os tipos de corrupções, de instituições e empresários. Segundo, por ser um índice subjetivo, no qual o valor de um indicador não corresponde à mesma dimensão de corrupção percebida em outros países (ABRAMO, 2000).

Em 1994, o Conselho Europeu (COE), através de seu Comitê de Ministros do Exterior, criou o Grupo Multidisciplinar sobre Corrupção (GMC). Esse grupo criou um catálogo contendo “vinte princípios mestres para o combate à corrupção”. Isso resultou em duas Convenções sobre o tema. A primeira convenção aconteceu em 1998 e tratava sobre Legislação Criminal e a segunda em 1999, complementando a primeira, porém na área cível (SPECK, 2005). O resultado das duas Convenções culminou na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). A OCDE surgiu como tentativa de trabalhar propostas de adequação das legislações nacionais referentes à regulação de atividades de empresas com atuação transnacional e as penalizações no exterior (TEIXEIRA, 1996). Para isso, este órgão (OCDE) criou resoluções de criminalização do agente privado que cometa corrupção em transações econômicas internacionais, assinada pelos Estados membros e que passou a vigorar em 1999 (TEIXEIRA, 1996).

No contexto brasileiro, a análise histórica da corrupção, em geral, aponta para um tema que aparenta já estar enraizado na cultura luso-brasileira (CAVALCANTI, 1991) quando observa-se que a corrupção do tipo institucionalizada já despontava com o tráfico negreiro ilegal da primeira metade do século XIX (ZANCANARO, 1992) e a

corrupção de nepotismo já se mostrava presente na carta de Pero Vaz de Caminha ao rei Manuel, onde solicitava um favor para um parente (HABIB,1994).

No Mundo Antigo o Estado não era responsabilizado pelos atos cometidos pelos monarcas aos particulares (JÚNIOR,1989). Note-se, contudo, que o tipo de Estado, além de moldar, também condiciona a um tipo de responsabilidade no qual nos governos absolutos, a responsabilidade do Estado (na figura do rei) baseava-se na regra da infalibilidade deste (MEIRELLES,1966).

No entanto, a influência do liberalismo fez com que o Estado fosse comparado ao indivíduo, com o objetivo de imputar-lhe responsabilização por atos culposos praticados por seus agentes. Isto levou à criação de Leis, Normas e Regulamentos com o intuito de impor-lhe sanções de acordo com o tipo de dano praticado, limitando assim, o poder político do Estado (MEIRELLES, 1966). Após a Revolução Francesa, a Declaração dos Direitos do Homem e o nascimento do constitucionalismo, a relação entre Estado e seus habitantes é transformada por uma série de direitos inalienáveis, passando-se assim, do Estado de polícia para o Estado de direito (GORDILLO, 1977).

Foi a partir dos anos 1930 que o tema da administração e da gestão pública tornou-se central e reformas na administração do Estado aconteceram com o intuito de modernização da máquina administrativa. Essas reformas visavam o combate à corrupção, buscando assim, uma ruptura com o passado patrimonialista e estamental (estrutura social existente antes da Sociedade Industrial, dividida em estamentos ou grupos sociais) da administração pública (FILGUEIRAS, 2009).

No Brasil, a vertente do patrimonialismo, no âmbito social e político, formou-se através de um Estado extremamente centralizador e expropriador da riqueza, apoiado na burocracia estatal, levando à formação de um sistema de privilégios (FAORO, 2000). Foram assim, criadas várias leis e decretos com o objetivo de responsabilizar o Estado na figura de seus agentes, como o Decreto-lei nº 1.713, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União; o Decreto-lei nº 3.240/41, que sujeita a sequestro os bens de pessoas indiciadas por crimes de



que resulta prejuízo para a fazenda pública e; a Lei nº 8.249/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.

Dessa forma, definiu-se através da Lei nº 8.429/92, a responsabilização dos agentes públicos pela prática de atos de improbidade. Estes atos são definidos na referida lei como os que produzem enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da administração pública. Nesta mesma lei (Lei nº 8.429/92), são estabelecidas ainda, as penas. Dentre estas, destaca-se, a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; o ressarcimento integral do dano; a perda da função pública; a suspensão dos direitos políticos por determinado prazo e; o pagamento de multa civil e a proibição de contratação com o poder público.

Objetivando o combate à corrupção, em 2003 foi criada a Controladoria Geral da União (CGU), no final do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003). A CGU foi criada com o objetivo de assistir o presidente da República nos assuntos relativos à defesa do patrimônio público, o controle interno, a auditoria pública, a correição, a prevenção e o combate à corrupção, além de atividades de ouvidoria e de incremento da transparência (HERNANDES, 2011).

Nos governos posteriores, comandados por Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) e Dilma Rousseff (2011 a 2016), o combate à corrupção foi ainda mais intenso (HERNANDES, 2011; OLIVEIRA, 2013). Nesse sentido, foram implementados programas e ações nos Planos Plurianuais (PPA) e nas Leis Orçamentárias (LOA) (OLIVEIRA, 2013); a CGU transformou-se em ministério; a Polícia Federal recebeu maior autonomia e; aprovou-se a Lei Complementar n. 135, ou Lei da Ficha Limpa. Essa Lei impede que candidatos condenados concorram a cargos eletivos e despontou como marco da iniciativa popular na luta contra a corrupção (HERNANDES, 2011). Foi criada ainda, a Lei 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas por atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira, praticados em seu interesse ou benefício, ainda que exclusivo ou não.

A corrupção apresenta diferentes conceitos, tipologias e causas. Portanto, faz-se necessário ter um breve conhecimento acerca destes aspectos para que se possa compreender a presente pesquisa. Nesse sentido, é realizada abordagem dos referidos aspectos no subtópico seguinte.

## **2.2 Conceitos, tipos e causas da corrupção**

Não se pretende neste subtópico esgotar a literatura sobre os conceitos, tipos e causas da corrupção. O objetivo proposto se limita a trazer um panorama geral sobre o assunto, com as abordagens mais comuns, para que se possam compreender os aspectos gerais relativos ao tema.

O termo corrupção tem sua origem nas ciências da natureza. No entanto, este (termo) é utilizado por outras ciências, como a ciência política, a economia, a ciência moral e por diversas outras áreas, que passaram a utilizar o termo analogicamente, resultando na adaptação do conceito à área que o utiliza (JOHNSTON, 1982). Há razoável dificuldade em se apontar uma definição consensual do que seja corrupção, pois o termo inclui grande diversidade de atos, tais como: trapaça, velhacaria, logro, ganho ilícito, desfalque, falsificação, fraude, espólio, suborno, peculato, concussão, nepotismo, extorsão, compra de votos, clientelismo, conflito de interesses, tráfico de influência, dentre outros (BREI, 1996).

Essa dificuldade advém ainda, da perspectiva na qual o ato ocorre. Portanto, pode-se considerar um ato como corrupção em uma perspectiva, enquanto que em outra não (BREI, 1996). Nesse contexto, é latente a dificuldade até mesmo entre os autores em chegar a um consenso acerca do conceito de corrupção. Até mesmo por que esta (corrupção) pode incluir uma variada gama de atos e conseqüentemente, pode ser observado numa gradação que beira o infinito. Além disso, pode ir de pequenos desvios de comportamento até fraudes exorbitantes (BREI, 1996).

Entretanto, pode-se conceituar a corrupção como o uso ineficiente dos recursos por aqueles que detêm o poder (ACKERMAN, 1978) ou como o padrão de

comportamento que se afasta das normas predominantes em um dado contexto (FRIEDRICH, 1966). A corrupção pode ainda, ser conceituada como a violação dos interesses comuns visando vantagens especiais (ROGOW; LASSWELL, 1970), ou mesmo, quando interesses considerados comuns não possuem um padrão suficientemente claro que possam definir o que seja corrupção (JOHNSTON, 1982). Uma definição de corrupção direcionada à Administração Pública é a de que esta é um conjunto de atividades que promove trocas entre o detentor do poder de decisão na política (e na Administração Pública) e o detentor de poder econômico, visando à obtenção de vantagens ilícitas para os envolvidos (SCHILLING, 1999).

Nesse contexto, no Código Penal brasileiro, em seu artigo 316, é definida a concussão. Esta consiste no agir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, mesmo que fora da função (ou antes de assumi-la, mas em razão dela), vantagem indevida. Neste mesmo Código (no § 1º) é definido o excesso de exação como o ato de exigir (por parte de funcionário) tributo ou contribuição social que sabe indevido, ou quando devido, emprega cobrança vexatória ou gravosa (não autorizado em lei). A corrupção pode ainda, ser conceituada com um espectro de patologia política que integra atos e intenções que violam leis, procedimentos e expectativas ideológico-culturais em um sistema político (GRONBECK, 1989).

Apesar da dificuldade em definir uma conceituação, as definições do termo corrupção podem ser reunidas em quatro grandes grupos. Esses grupos são definidos de acordo com seu foco, que pode ser no mercado, no interesse público, em regulamentações formais ou na opinião pública (BREI, 1996).

As definições centradas no mercado utilizam teorias econômicas para a compreensão da corrupção, tais como as articulações no processo político, o princípio da livre competição e a maximização dos lucros. Já as definições centradas no interesse público se baseiam em fundamentos estritamente ético-morais, considerando o juízo do bem, em razão do juízo de finalidade (BREI, 1996). As definições centradas nas regulamentações formais são aquelas baseadas em leis e regulamentos para a compreensão do que seja um ato de corrupção, por exemplo, suborno, nepotismo e peculato. Já as definições centradas na opinião pública se

baseiam em aspectos de natureza social atitudinais e em concepções e significados de corrupção política expressos pela opinião pública (BREI, 1996).

No Código Penal Brasileiro (CPB), pode-se observar a conceituação de corrupção com dois significados diferentes, o de perversão (art. 218) e o de suborno (art. 333 e 337 B). No sentido de perversão, corromper implica em induzir à libertinagem, como acontece no crime de corrupção de menores. Já no sentido de suborno, corromper implica o pagamento ou a promessa de algo considerado indevido no intuito de conseguir a realização de ato de ofício. Além dos conceitos apresentados, pode-se ainda analisar o fenômeno da corrupção sob alguns enfoques distintos, como o enfoque moralista, o jurídico e o político.

No enfoque moralista, faz-se necessária conceituação acerca do que seja ética no sentido moral. Isto se faz necessário, já que a corrupção neste enfoque representa a violação de normas éticas ou morais aceitas por determinada sociedade. Ao se falar em ética e moral, faz-se imprescindível destacar o papel dos valores. Estes se constituem em resposta natural às necessidades humanas e assim, capazes de promover a transformação da realidade, na medida em que a educação pode entrelaçar-se aos objetivos individuais levando o sujeito a um ganho de consciência reflexiva. Ademais, valor é algo qualitativamente abstrato que revela a preferência do sujeito e emerge através das características de determinado objeto que satisfaçam suas necessidades ou interesses (PEDRO, 2014). Destaca-se que a problemática dos valores constitui o fundamento da essência humana, onde o valor possui caráter relacional já que sem sujeitos dotados de certa consciência não haveria valores para serem registrados (HESSEN, 2001).

Ao analisar os termos ética e moral através de suas raízes etimológicas, tem-se que ética deriva do grego *ethos*, que significa “lugar onde brotam os atos” (RENAUD, 2001) e moral deriva do latim *mos*, que significa “costumes, normas e leis” (WEIL, 2012; TUGHENDHAT, 1999). Ética refere-se ao modo de ser ou caráter de um grupo social ou pessoa, enquanto que moral refere-se a um conjunto de normas ou regras que se estruturam através do hábito e tradição (BRUNING, 1997). Enquanto na ética questiona-se o porquê de se viver segundo determinado modo, na moral procura-se responder ao questionamento de como se há de viver, (PEDRO, 2014). Nota-se que

enquanto ética pende para o lado reflexivo, moral pende para um lado mais prático. No entanto, há estreita relação entre ética e moral. Nesse sentido, a ética baseia-se fundamentalmente em normas morais aceitas pela totalidade dos membros de um grupo social (GONTIJO, 2006; SINGER, 1994). Portanto, infringir os imperativos éticos de uma determinada sociedade implica em corrupção (BRUNING, 1997).

No enfoque jurídico, deve-se considerar como corrupção apenas os tipos penais que são formalmente conceituados como tal perante a legislação vigente, em seu sentido estrito ou amplo. Nesse contexto, em seu sentido estrito, a corrupção pode ser caracterizada como ativa ou passiva. Segundo o artigo 333 do Código Penal Brasileiro, a corrupção ativa caracteriza-se como o ato de subornar através de promessa de vantagem considerada indevida a funcionário público visando levá-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício em seu favor. Este ato geralmente é praticado por particular contra a administração pública. Nesse caso, entende-se por ato de ofício, aquele que seja compreendido como atribuições funcionais do servidor em questão (BITTENCOURT, 2010).

Considera-se como sujeito ativo no delito, qualquer pessoa (mesmo que funcionário público, desde que não esteja no exercício de seu cargo). Já o sujeito passivo, é o Estado, pois o bem jurídico tutelado no crime de corrupção ativa consiste no prestígio e dignidade da Administração Pública no que se refere à probidade e decoro de seus agentes (COSTA, 2010). A corrupção ativa pode ainda ser classificada em própria ou imprópria. A corrupção própria ocorre quando o ato funcional influenciado pelo autor é ilícito. Já a corrupção imprópria, ocorre quando o ato funcional influenciado pelo autor é lícito (COSTA, 2010). Dessa maneira, a corrupção imprópria se dá quando se compra um benefício ilegal e a corrupção própria acontece quando há suborno para a compra de um benefício legalmente previsto, onde o que se compra é a agilidade sobre outros interessados (BREI, 1996).

Já a corrupção passiva é caracterizada, no artigo 317 do mesmo Código, como o ato de solicitar ou receber, de maneira direta ou indireta e mesmo que fora de sua função, mas em razão desta, vantagem ou promessa considerada indevida. Este ato é geralmente praticado por funcionário público contra a administração pública.

Percebe-se que nesse caso, o que importa para que seja tipificado o crime de corrupção passiva é que a vantagem ou promessa desta, tenha se dado em razão do cargo ou função ocupada por este na Administração Pública. Neste caso, considera-se que a corrupção passiva é um crime classificado como próprio (SOBRINHO, 2015).

Em seu sentido amplo, a corrupção pode ser caracterizada como as demais infrações cometidas contra a Administração Pública. Dessa forma, observa-se que, para definir a corrupção quanto ao sentido ser amplo ou estrito, basta-se analisar se ela (corrupção) pode ser caracterizada juridicamente como ativa ou passiva. Se puder, é corrupção no sentido estrito e se não puder, é corrupção no sentido amplo. Levando-se em conta o enfoque político, a corrupção pode ser caracterizada como o oposto da ação baseada na discricionariedade política. Pois esta (discricionariedade) é pautada na ética e na observância da supremacia do interesse público visando o bem maior (BRUNING, 1997). Assim, a corrupção nesse enfoque, pode ser considerada como a conduta que visa ao benefício privado à custa do interesse público.

Diante das diversas conceituações sobre corrupção, observa-se que definir tal termo consiste em um desafio, na medida em que delimitar a palavra é o mesmo que dizer que esse fenômeno é imutável e estático ao longo do tempo. Fato esse, que não pode ser considerado realístico, já que ao considerar aspectos históricos, a própria palavra corrupção surge sob distintos significados e conotações, sendo assim inviável delimitar o fenômeno através de um único conceito (HEIDENHEIMER; JHONSTON, 2002). No Quadro 02, são elencadas as diversas conceituações sobre corrupção:

Quadro 02 – Conceitos de Corrupção

AUTOR	CONCEITO DE CORRUPÇÃO
BREI (1996)	Desvios de comportamento.
ACKERMAN (1978)	Uso ineficiente dos recursos pelos detentores do poder.
FRIEDRICH (1966)	Padrão de comportamento que se afasta das normas predominantes em um dado contexto.
ROGOW & LASSWELL (1970)	Violação dos interesses comuns visando vantagens especiais.
	Falta de clareza na identificação de interesses considerados

JOHNSTON (1982)	comuns que possam definir o que seja corrupção.
SCHILLING (1999)	Trocas entre o detentor do poder de decisão e o detentor de poder econômico, visando à obtenção de vantagens ilícitas.
BRUNING (1997)	Infringir imperativos éticos de uma determinada sociedade.
COSTA (2010)	Improbidade e falta de decoro.

Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos tipos de corrupção, no Título XI, Capítulo I, do Código Penal brasileiro, são elencados os tipos de crimes de corrupção que podem ocorrer na Administração Pública praticados por funcionários contra a Administração em geral. Por se tratar de vasta gama de informações, foi elaborado um quadro (Quadro 03), que para fins de melhor apresentação didática, pode ser observado no APÊNDICE H. Ainda no Título XI, do mesmo Código, no Capítulo II, são enumerados os tipos de crimes de corrupção que podem ocorrer ocasionados por particular contra a Administração em Geral. Trata-se de extensa lista de atos, portanto, elaborou-se um quadro para facilitar a visualização das informações (Quadro 04), que pode ser observado no APÊNDICE I. São listados ainda, no Código Penal Brasileiro, outros tipos de crimes de corrupção (Quadro 05; APÊNDICE Q).

Os tipos de corrupção devem ser analisados também sob a lente de valores e normas que tenham uma conformação moral. Nesse sentido, deve-se levar em conta a prática social realizada no âmbito do cotidiano das sociedades, observando as relações sociais como tendo um papel fundamental no ordenamento do que seja considerado uma prática corrupta (HEIDENHEIMER, 1970; FILGUEIRAS, 2009). De acordo com Heidenheimer (1970) existem três tipos de corrupção, todas levando em conta o nível de percepção e aceitação da sociedade. Esses três tipos de corrupção podem ser divididos em:

- I. corrupção preta, quando lei e norma social coincidem;
- II. corrupção branca, quando a lei a reprovava, mas a sociedade a tolera e;
- III. corrupção cinza, quando comportamentos são avaliados de forma controversa por cada parcela de determinada sociedade.

A adoção de cores para identificar a percepção e aceitação dos tipos de corrupção expostos, remete à tolerância ou intolerância dos diversos tipos de corrupção sob o enfoque racial. Nesse sentido, a cor preta (ou negra) ganha um sentido conotativo de reprovável ou inaceitável pela sociedade.

Ackerman (1978) aponta que para que haja corrupção, faz-se necessária uma relação de interesses entre os envolvidos. A autora cita ainda, que esse tipo de comportamento é denominado de *rent-seeking*, (busca de renda). Nesse sentido, Cockcroft (2012) argumenta que empresários e burocratas estão constantemente agindo como *rent-seeking*, de forma passiva ou ativa. Pode-se citar como exemplos de *rent-seeking*, a compra e venda de mercadorias sem nota fiscal, a concessão de descontos obtido através do faturamento sem impostos, a propaganda enganosa, e a comercialização de produtos piratas (ABRAMO, 2004).

A corrupção indica o rompimento de um código moral, social ou regra administrativa (TANZI, 1998). Para que haja tal rompimento, faz-se necessário que os atores envolvidos consigam algum tipo de compensação para si. Esse tipo de compensação incorre num tipo de corrupção conhecida como propina ou suborno. As formas de propina evoluíram de tal modo, que exige dos atores um maior grau de especialização no cometimento dos delitos, principalmente dos que envolvem recursos públicos (TANZI, 1998). Este tipo de corrupção já foi apontado como positiva em relação à eficiência da economia (HUNTINGTON, 1968). Argumentava-se que a propina (ou suborno) poderia contribuir ao agilizar os trâmites burocráticos, evitando a demora ao acesso a serviços públicos, além de aumentar a produtividade dos funcionários (HUNTINGTON, 1968). No entanto, após estudos de Ackerman (1978) que apontavam para os efeitos negativos da corrupção sobre a economia, a interpretação da corrupção como positiva à eficiência econômica foi desmistificada.

A corrupção pode se manifestar sob diversas formas, tanto no ambiente público, quanto no privado e suas formas de expressão são variadas (PIMENTEL, 2014). Portanto, a corrupção é uma atividade de pessoas ou grupos reais, que traficam influências em um dado ambiente de oportunidades, de recursos e limitações (JOHNSTON, 1982).

Em relação às causas da corrupção, aponta-se que existem muitas e diversificadas (KLITGAARD, 1994). No entanto, dentre as principais causas, pode-se agrupá-las e dividi-las conforme o Quadro 06:



Quadro 06 - Algumas causas da corrupção

<b>Algumas causas da corrupção</b>	
<b>Causas</b>	<b>Descrição</b>
Culturais	Diferença de valores
Econômico-sociais	Distribuição desigual das riquezas
Econômica	Alta percepção da corrupção
Políticas	Diminuta participação e fiscalização da sociedade
Jurídicas	Ineficácia jurídica

Fonte: Elaboração própria, com base nas causas da corrupção apontadas por Bruning (1997).

Dentre as causas culturais, observa-se que em certas culturas, os valores são tão diferentes a ponto de a corrupção ser mais aceita e menos perseguida e que por uma variedade de razões culturais e históricas as sociedades diferem nessa “aceitação” (KELTGAARD,1994).

Já as causas econômico-sociais, são apontadas como aquelas causadas principalmente pela desigualdade na distribuição da riqueza, pelo contraste entre a situação de empregado e empregador e pelo aumento das desigualdades sociais em geral (OLIVEIRA,1991). Huntington (1973) aponta que a corrupção torna-se latente em períodos de crescimento e modernização acelerados em função do aumento da riqueza e do poder.

Dentre as causas econômicas, a corrupção é apontada como potencial causadora de prejuízos graves (FERREIRA; MOROSINI,2013), dentre os quais, a corrupção nos controles fiscais pode levar a perdas no orçamento do governo; pode afetar as decisões de investimento governamental; pode alterar a composição dos gastos governamentais (MAURO,1997); causar distorções na concorrência; abalar a legitimidade de governo e a confiança no Estado; além disso, a alta percepção da corrupção em um país pode desestimular investimentos estrangeiros (TEIXEIRA; GRANDE,2011). Ressalte-se, que o fenômeno da corrupção passou a se apresentar como uma importante linha de pesquisa econômica apenas na década de 90. Isso se deu através de um trabalho empírico que utilizou modelos econométricos na avaliação da corrupção sobre investimentos e crescimento de produtos (CAMPOS; PEREIRA, 2015).

Dentre as causas políticas, pode-se destacar a diminuta participação da sociedade nas atividades do Estado; o intervencionismo do Estado; a centralização do poder; a falta de transparência político-administrativa e; as distorções no sistema eleitoral e partidário (BRUNING, 1997).

Por fim, dentre as causas jurídicas, destacam-se a ineficácia das penas de prisão; as imperfeições na lei das inelegibilidades; as deficiências dos tipos penais; a desarticulação dos órgãos de controle; as imunidades parlamentares; a ineficácia dos controles oficiais e; as deficiências na apuração dos fatos (HOLANDA, 1991). Assim, pode-se afirmar que a corrupção é decorrente de causas culturais, econômico-sociais, econômicas, políticas e jurídicas, das quais resulta uma interação e um jogo de pressões. Nesse processo, os fatores de uma destas áreas influem nas das outras, aumentando ou diminuindo as possibilidades de corrupção (BRUNING, 1997).

Há ainda, outras causas que geram ou podem gerar a corrupção. Dentre estas, está o elevado poder discricionário, presentes, por exemplo, em restrições ao comércio externo e nos subsídios governamentais. O primeiro observado sob a forma de imposição de licenças de importação/exportação e o segundo sob a forma de protecionismo a setores da economia (RAMALHO, 2006). Outra causa, é o baixo nível salarial, que pode causar estímulos à busca de fontes alternativas para complementação da renda (ARAÚJO, 2014).

Abramo (2004) cita como uma das causas da corrupção, o sistema político. Esta causa está no nível de corrupção geralmente associado ao nível de competição política. O autor aponta ainda, para a tendência em achar que o nível de corrupção seja menor em regimes autoritários, onde há uma menor pressão política. Nesse sentido, Huntington (1968) aponta para a possibilidade de efeitos positivos da corrupção quando em contextos ditatoriais. Isso se deve ao fato dela (corrupção) ser considerada, nesse contexto, como um meio de superar as normas tradicionais e os regulamentos burocráticos. Estes são considerados responsáveis por emperrar o desenvolvimento econômico, do ponto de vista do comportamento cívico.

Dentre as causas da corrupção, pode-se mencionar a impunidade como uma das mais importantes (ARAÚJO, 2014; ABRAMO, 2004; ARGANDONA, 2005). Gil (1999) argumenta que a consciência da falta de punição àqueles que cometem atos corruptos, pode despertar o interesse na prática de tal ato por outros, visando à impunidade. Nesse sentido, a impunidade torna-se um propulsor para os tipos de corrupção (ARAÚJO, 2014). Abramo (2004) aponta ainda, a desigualdade de direitos como causadora da corrupção, na medida em que a diferença de direitos entre os setores da sociedade pode levar à impunidade sobre práticas ilícitas.

No ambiente organizacional, são definidos dois elementos como causadores de corrupção. O primeiro é denominado de *Facilitating Payment*, e o segundo é denominado de *Gift*. O *Facilitating Payment* (facilitadores de pagamento) é definido por Argandona (2005) como o ato e o efeito de um funcionário (do setor público ou privado) de fazer ou deixar de fazer algo, ou fazer mais lentamente, de modo menos eficaz, em troca de pequenos valores ou benefícios. Vale salientar que os pagamentos apesar de pequenos, são vistos como um fator de diferenciação.

O *Gift* (lembrança) tem como objetivo promover uma atmosfera de amizade, criando um ambiente em que o receptor veja o doador sob um prisma positivo. Nesse sentido, a intenção do doador não é obter alguma vantagem direta (ARGANDONA, 2005). Diferentemente do *Facilitating Payment*, o *Gift* tende a ser público, pois, não é visto a necessidade de se esconder o ato, já que este consiste (supostamente) em uma forma de estreitar o relacionamento com alguém através de um agrado (ACKERMAN, 2004).

O Estado, na condição de um ente perfeitamente burocrático, revelado no comportamento de seus agentes (escolhas não pessoais), deixa de ter sua estrutura burocrática preservada quando seus agentes aceitam propina, sonegação ou cometem algum tipo de fraude (ARGANDONA, 2005). Nas organizações privadas, quando isso ocorre (corrupção), a eficiência do empregado é destruída (ACKERMAN, 2004). Esse fato depende de variáveis como a formação do indivíduo (educação e moral) e o ambiente ser propício ou não ao ato de corrupção (ACKERMAN, 2004).

Nesse contexto, são articulados como causadores de um ambiente corrupto, três fatores. O primeiro diz respeito à adequada mobilização de recursos e capacidades para atividades capazes de gerar mais recursos do que a prática ilícita. O segundo relaciona-se à inadequada seleção de mão-de-obra. Por fim, o terceiro relaciona-se a um ambiente corporativo com normas socializadas que estimulem e não reprimam práticas ilegais (ACKERMAN, 2004).

Diante do exposto, adota-se nesta pesquisa, o conceito de corrupção como o comportamento desviante dos deveres formais que um papel público implica, levando em conta a sobreposição dos interesses pessoais para ganhos financeiros ou de *status* (NYE, 1967) e o comportamento condenado e censurado (BAYLEY, 1970). Adota-se ainda, como sinônimo de ações coletivas contra a corrupção no Brasil, o conceito de movimento social. Nesse sentido, o conceito de movimento adotado, consiste naquele tido como as ações de grupo organizado ao alcance de determinadas mudanças sociais através de luta política (FERREIRA, 2003).

Feitas as considerações pertinentes, parte-se para uma abordagem sobre movimentos em seu aspecto mais geral. Esta abordagem possibilita a compreensão de como se dá a participação da sociedade no combate ao fenômeno da corrupção, objeto desta pesquisa.

### **2.3 Panorama geral do combate a corrupção no Brasil**

Movimento pode ser definido como uma forma particular de organização de rede (KNOKE, 2002) ou ainda, uma forma sustentada e específica de luta (GOHN, 2010). Pode ainda ser definido como as ações de grupos organizados ao alcance de determinadas mudanças sociais através de luta política (FERREIRA, 2003). Porém, essa luta política não é aquela considerada partidária e oficial, mas sim aquela no sentido dos gregos que manifestam e discutem em praça pública (GOHN, 2014).

Em uma rápida contextualização histórica dos movimentos sociais, pode-se apontar para vários momentos distintos, nos quais se pode ressaltar o papel da igreja católica, dos sindicatos, da população rural e da população urbana. A sociedade civil

brasileira entrou em processo de organização e politização a partir da segunda metade da década de 1970. Esse processo foi marcado pela igreja católica, que influenciada pelas ideias da “teologia da libertação” e através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, davam suporte às pastorais sociais. Estas, por sua vez, agiam no fomento dos processos de organização de base, que ocorriam na época por todo o país (SANTOS et al, 2005).

Já o renascimento do movimento operário, datado entre 1979-1980 como o “novo sindicalismo” foi marcado por greves no ABC paulista (composto por Santo André, São Bernardo e São Caetano). Esse processo foi responsável pelo surgimento de três centrais sindicais, evidenciando assim, as diferentes visões sobre o papel das lutas operárias no processo de transição para a democracia (RECK, 2005). No “campo”, houve maior apoio aos trabalhadores rurais e aos povos indígenas (historicamente marginalizados) através da criação de entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Entre as décadas de 1950 e 1960 surgiu um sindicalismo independente. Tal independência se deve ao fato dos sindicatos não estarem vinculados ao Estado e ao governo (Getúlio Vargas). Esse fato deu início à retomada da luta pela reforma agrária. Neste período, surgiram ainda, vários sindicatos rurais, dentre os quais, destacam-se as ligas camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB, o Movimento dos Agricultores Sem-terra e a Conferencia Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG (SANTOS et al, 2005).

Na década de 80 surge entre a população urbana, um novo tipo de movimento social, aglutinando pessoas com demandas específicas. Dentre esses tipos de movimentos, podem-se citar como exemplos, as associações de moradores de bairros, os movimentos reivindicando saúde, moradia, etc. (GOHN, 2000). Diante desse panorama, surge nos atores sociais, o desejo do aprofundamento de sua noção de cidadania, reafirmando dessa forma, suas demandas por justiça, assim como direitos humanos, sociais, econômicos e ambientais. Percebe-se assim, a importância da informação e participação na vida comunitária através do exercício da cidadania. Esse exercício de cidadania consiste em buscar o desenvolvimento da comunidade em que se insere e exigir um comportamento ético dos poderes constituídos e da eficiência nos serviços públicos prestados (TREVISAN et al, 2003).

Portanto, a participação e o controle social são essenciais para que se possa combater a corrupção. Essa participação e controle podem ser exercidos através do acompanhamento e supervisão frequente sobre a conduta dos administradores públicos (TREVISAN et al, 2003). Nesse sentido, o comportamento político dos cidadãos brasileiros em relação à corrupção, é representado basicamente por dois tipos de comportamentos. Esses comportamentos podem ser divididos em pró-corrupção e anticorrupção.

Para análise empírica desses comportamentos, toma-se como base, a Lei nº 9840/99 (que criminalizou a compra e venda de votos) e a Lei nº 135/10 (que impede que políticos condenados criminalmente sejam eleitos). Ambas as leis foram instituídas a partir da iniciativa popular, que se mobilizou para colher assinaturas e pressionar o Congresso Nacional para sua aprovação. Dessa maneira, tem-se que um comportamento é pró-corrupção, quando se é conivente com a troca de voto por favores ou benefícios e quando se vota em políticos notoriamente corruptos. Já o comportamento anticorrupção, pode ser considerado como aquele em que se participa ativamente de alguma causa considerada de interesse público. Para efeito desta pesquisa, adota-se como comportamento anticorrupção, o ato de participar de movimentos que tenham como objetivo combater ou controlar a corrupção.

A importância da consciência e da participação popular no combate à corrupção é apontada no *Source Book* (2015), da ONG Transparency International (TI) como a adoção de uma visão holística, atraindo todos os atores principais no processo de reforma ao combate à corrupção. Aponta-se no referido material, que nesse processo de reforma, o elemento principal é a sociedade atuante politicamente e desempenhando seu papel na moldagem de um ambiente menos corrupto. Assim, não se pode negar que concorre-se para enriquecer a impunidade, quando se deixa de reagir, pelo menos às formas exacerbadas de corrupção (LEITE,1987).

A ONG Transparency International (TI) é a responsável por publicar anualmente, desde 1995, um *ranking* contendo o índice de percepções da corrupção, no qual são atribuídas notas aos países em relação ao grau de corrupção. Este índice recebeu várias críticas metodológicas sobre a imprecisão e dificuldade de se firmar uma

correlação que seja efetiva entre a corrupção existente em um país e sua percepção pela população (ABRAMO,2005). Apesar disso, esse índice teve um grande impacto no debate internacional sobre a corrupção e é considerado uma referência mundial na análise do tema, portanto, o assunto será retomado mais adiante.

O Brasil, no último índice de percepções da corrupção, realizado pelo TI em 2017, ficou em 96º colocado no *ranking*, tendo caído três pontos em comparação à colocação em 2016 (agenciabrasil). Ressalte-se que quanto mais próximo de zero, maior a percepção da corrupção naquele país. Assim, com o aumento da percepção da corrupção pela população brasileira, até mesmo o governo do Brasil tem demonstrado preocupação no combate e controle do fenômeno.

No *Source Book* de 2015, são apontadas as razões pelas quais o governo brasileiro moderno tende a preocupar-se com a integridade como um valor político, adotando “uma série de mecanismos destinados a aumentar essa integridade”. Nesse sentido, o governo brasileiro tem investido na criação de vários mecanismos de controle, como sistemas de informações e algumas leis, tal como a Lei nº 12.527 (Lei da transparência), de maneira a possibilitar a detecção de alguns tipos de corrupção. Foram criadas ainda, outras Leis e Decretos nacionais, com o intuito de combater a corrupção, como apontados no Quadro 07:

Quadro 07 - Leis e Decretos de combate à corrupção

<b>Leis e Decretos de combate à corrupção</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Data</b>	<b>Sobre o quê dispõe</b>
Decreto-Lei 201	27 de fevereiro de 1967	Crimes de Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores.
Lei nº 7.347	24 de julho de 1985	Sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito.
Lei nº 8.666	20 de junho de 1993	Regras de Licitações.
Lei nº 8.625	12 de Fevereiro de 1993	Organização do Ministério Público.
Lei Complementar nº 64	18 de maio de 1990	Casos de inelegibilidade.

Lei Complementar nº 101	04 de maio de 2000	Responsabilidade Fiscal.
Lei Complementar nº 75	20 de maio de 1993	Organização, Atribuições e o Estatuto do Ministério Público da União.

Fonte: Elaboração própria.

Na Cartilha de Combate à Corrupção nas Prefeituras do Brasil (TREVISAN et al, 2003) aponta-se que as comunidades se tornaram indiferentes e alheias ao processo orçamentário. Isto se deve ao fato dos cidadãos terem se tornados céticos em relação à possibilidade de punição de políticos desonestos, após anos de abusos e impunidade. Portanto, para que ocorra mobilização por parte da sociedade contra a corrupção, fazem-se necessários estímulos e provocações. Esses estímulos e provocações podem levar a reações que perpassam pela incredulidade, seguidos de sentimentos de resignação e medo, passando então à indignação e por último, ocorre a reação contra a situação (TREVISAN et al, 2003).

Cita-se ainda, na referida Cartilha, como exemplo bem sucedido de movimento de combate à corrupção, a Amigos Associados de Ribeirão Bonito (AMARRIBO). A AMARRIBO é uma organização não governamental, que assumiu a liderança do movimento de combate à corrupção em Ribeirão Bonito e conseguiu mobilizar toda a população num movimento de repúdio ao comportamento corrupto do chefe do executivo municipal, que culminou em seu afastamento (TREVISAN et al, 2003). Esse exemplo demonstra que o cidadão pode e deve lutar contra a corrupção. Para isso, tal cidadão conta com o acesso a órgãos nos quais se podem fazer denúncias de corrupção. Como exemplo destes órgãos, tem-se o Tribunal de Contas do Estado, o Tribunal de Contas da União, a Controladoria Geral da União, o Ministério Público Estadual (Promotoria de Justiça da Comarca), a Câmara Municipal, a Procuradoria Geral da República, a Secretaria da Receita Federal, e a Imprensa (TREVISAN et al, 2003).

Além disso, os cidadãos contam hoje com vários mecanismos disponibilizados pelo próprio Governo através dos quais podem participar e acompanhar a transparência e legitimidade das informações prestadas pelos órgãos, mesmo sem sair de casa, através da chamada “ciberdemocracia”. Não há conceito específico para este tipo de



democracia, mas genericamente, a “ciberdemocracia” consiste na utilização das tecnologias de comunicação e informação, que criam condições de participação direta do cidadão na coisa pública. Como exemplos, têm-se o portal *e-democracia*, da Câmara dos deputados e o portal *e-cidadania*, do Senado Federal, que disponibilizam informações e possibilidades de participação cidadã sem qualquer custo financeiro ou vínculo.

Nesses portais, podem-se dar opiniões nas consultas públicas, participar dos debates interativos, ou até mesmo propor uma nova lei através do espaço “ideia Legislativa”, nos quais é necessário fazer cadastro informando nome completo, e-mail e cadastrar senha. Há ainda, diversas informações disponibilizadas nestes portais, tais como: resultados sobre número de usuários e participações; o *ranking* das proposições com mais opiniões na consulta pública; o relatório de opiniões sobre proposições com base na autoria; o número de opiniões por Estado sobre determinada proposição e; o número de ideias Legislativas por situação.

Além dessas informações, são disponibilizados ainda: o acompanhamento de propostas de debate; o portal das comissões e a atividade Legislativa; o portal do orçamento; o portal da transparência; os dados abertos Legislativos e; o acesso a publicações e documentos. Além disso, o portal também possibilita através do canal de ouvidoria, o envio de mensagens aos senadores, ao Congresso nacional, à Câmara dos Deputados e ao Tribunal de Contas da União. No portal *e-cidadania*, do Senado Federal é possível ainda, consultar alguns Projetos de Decreto Legislativo (PDL) e Projetos de Lei do Senado (PLS) de combate à corrupção, dentre os quais destaca-se alguns no Quadro 08:

Quadro 08 - Alguns PDL e PLS de combate à corrupção

<b>Descrição</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ementa</b>
PDL nº 7 de 2015	Senador Magno Malta	Prisão perpétua de crimes relacionados à pedofilia, narcotráfico e à corrupção ativa.
PLS nº 97 de 2016	Senador Randolfe Rodrigues	Disciplina, nos termos do art. 5º, inciso XIV, da Constituição Federal, o sigilo da fonte da informação que deu causa à investigação relacionada à prática de atos de corrupção.
		Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a fim de prever a responsabilização dos partidos políticos por atos de corrupção e

PLS nº 98 de 2016	Senador Rodrigues	Randolfe	similares; acrescenta os arts. 32-A e 32-B à Lei nº 9.504, de 30 de setembro 1997, para tornar crime o caixa 2, e altera a redação do art. 105-A da mesma lei.
PLS nº 105 de 2016	Senador Rodrigues	Randolfe	Disciplina a aplicação de percentuais de publicidade para ações e programas, bem como estabelece procedimentos e rotinas para prevenir a prática de atos de corrupção.
PLS nº 147 de 2016	Senador Oliveira	Ataídes	Estabelece medidas contra a corrupção e demais crimes contra o patrimônio público e combate o enriquecimento ilícito de agentes públicos.

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações do portal *e-cidadania*, do Senado Federal.

A *internet* possibilita e estimula experiências que ultrapassam os limites entre representantes e representados, ampliando a deliberação, a auto-organização, a socialização do saber e o desenvolvimento de competências críticas nos cidadãos que participam e se tornam cada vez mais ativos (CARDON,2012). Dessa forma, pode-se apontar a *internet* como importante ferramenta para o alargamento do espaço público e transformação da natureza da democracia (CARDON,2012), possibilitando o surgimento da mobilização de grandes massas através das redes sociais. Surge assim, o conceito de *ciberativismo* (ativismo realizado através do uso da *internet*).

Nesse contexto, despontaram diversos movimentos sociais organizados. Dentre estes, destacam-se o Movimento Passe Livre (MPL), o Movimento Brasil Livre (MBL), o Movimento #VemPraRua e o Movimento de combate a corrupção proposta pelo Ministério Público Federal.

O Movimento Passe Livre (MPL) foi fundado em Janeiro de 2005, durante o Fórum Social Mundial na cidade de Porto Alegre. O Fórum contou com a presença de grupos e coletivos de diversas cidades brasileiras, que lutavam pelo passe livre estudantil. Acontecimentos que contribuíram para a criação do Movimento foram a “Revolta do Buzú”, a “Revolta da Catraca” e as Manifestações na cidade de Vitória, no Espírito Santo. A “Revolta do Buzú” aconteceu em Agosto de 2003 e durou cerca de 3 semanas (LACERDA; PERES, 2014). Participaram estudantes, que tomaram as

ruas de Salvador e realizaram intensas manifestações contra o aumento das passagens de ônibus (LACERDA; PERES, 2014). A “Revolta da Catraca” foi desencadeada em Florianópolis. Este evento contou com intensos protestos contra o aumento nas tarifas de ônibus e durou 10 dias. Um novo protesto foi realizado em 2005 e durou três semanas. As Manifestações na cidade de Vitória ocorreram em 2005 e também foram bastante intensas (LACERDA; PERES, 2014).

O MPL declara ter como princípios a independência, o apartidarismo, a horizontalidade, as decisões por consenso e o federalismo (aliança em que as partes se obrigam por reciprocidade e igualdade). A principal reivindicação do movimento pauta-se na migração do sistema de transporte privado para um sistema público, sem cobrança de tarifa (TATAGIBA, 2014). Este movimento recebeu críticas em função da falta de estratégias de mobilização (que não contava com lideranças bem definidas) e pelo discurso anticapitalista.

O Movimento Brasil Livre (MBL) foi fundado em 01 de Novembro de 2014 e declara publicamente que defende o neoliberalismo - liberdade de mercado com restrição a intervenção estatal sobre a economia - e o republicanismo - nação governada como república (OLIVEIRA; MACHADO, 2016). Declara ainda, ter como objetivos: a imprensa livre e independente; a liberdade econômica; a separação de poderes; eleições livres e idôneas e; fim dos subsídios diretos ou indiretos para ditaduras (AZEVEDO, 2015). O referido Movimento conseguiu reunir cerca de 5.000 pessoas no Museu de arte de São Paulo (MASP) para apoiar as investigações e punições aos envolvidos nos escândalos desencadeados pela Operação Lava Jato e em favor da liberdade de imprensa, após a sede do grupo Abril ter sido vandalizada (SOBRINHO, 2015).

Este Movimento – MBL – organizou uma marcha em favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. A marcha foi realizada de São Paulo até Brasília e recebeu o nome de “Marcha pela Liberdade”, tendo durado 33 dias (AZEVEDO, 2015). Ao chegar a Brasília, os participantes se reuniram no Congresso Nacional com o então presidente da Câmara dos deputados, Eduardo Cunha, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (PRAZERES, 2015). O MBL recebeu críticas quanto a suas lideranças e finanças. Tais lideranças foram apontadas como

criminosos de longa data e favoráveis a determinados partidos em detrimento a outros, sem contar que a origem de seus recursos não é revelada de maneira transparente (COSTA et.al, 2016). Além disso, o canal do MBL, denominado de “Mamãe falei”, onde um dos coordenadores do Movimento aborda manifestantes e os questiona quanto ao entendimento deste sobre o que está reivindicando (Zero Hora Notícias, 2016), e a disseminação de notícias falsas ou *fake news* (Nexo Jornal, 2018) tem causado transtornos

O Movimento #VemPraRua surgiu em Outubro de 2014 e mobilizou a população em meados de 2015, em favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (TELLES, 2016). Tal movimento conseguiu mobilizar 6,7 milhões de pessoas de todos os Estados, incluindo o Distrito Federal, a ir para as ruas (OLIVEIRA; MACHADO, 2016). Em 2016, foi disponibilizado no sítio eletrônico do movimento, uma ferramenta denominada de “Mapa do impeachment” e inaugurado em São Paulo, um painel, que recebeu o nome de “Muro da Vergonha” (sítio eletrônico *vemprarua.net*). A ferramenta visava o contato entre os cidadãos favoráveis ao *impeachment* da presidenta e os deputados federais que participariam da votação deste ato. Já o “Muro da Vergonha”, foi utilizado após a referida votação, para mostrar o posicionamento de cada um dos deputados federais em relação ao *impeachment* (sítio eletrônico *vemprarua.net*).

O #VemPraRua se alto declara como apartidário e preocupado com o combate a corrupção (OLIVEIRA; MACHADO, 2016). Entretanto, o movimento recebeu diversas críticas devido à falta de clareza quanto ao recebimento de doações de grandes organizações e a escândalos envolvendo as lideranças do movimento. O Movimento #VemPraRua declara publicamente que apoia a Operação Lava-Jato e o Ministério Público Federal (MPF) em relação às Medidas de alterações legislativas, denominadas de 10 medidas contra a corrupção e a impunidade (ZALIS; GONÇALVES, 2015). As referidas medidas propostas pelo Ministério Público Federal (MPF) contaram com mais de dois milhões de assinaturas e se transformou na PL 4.850/2016 (Informações do sítio eletrônico das dez medidas contra a corrupção, do MPF).

De acordo com informações do sítio eletrônico do MPF, a campanha denominada de 10 medidas contra a corrupção teve seu início em 2014, através de iniciativa de membros do Ministério Público Federal (MPF), integrantes da força-tarefa da operação “Lava Jato”. Os membros do MPF da referida operação, com base nas experiências adquiridas durante a mesma, começaram a desenvolver propostas de alterações legislativas para tornar mais efetivos o combate à corrupção e à impunidade. Essas propostas culminaram na elaboração das 10 medidas contra a corrupção, expostas no Quadro 09:

Quadro 09 – As 10 medidas contra a corrupção

MEDIDA	DESCRIÇÃO	PROPOSTAS
01	Prevenção à corrupção, transparência e proteção à fonte de informação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- realização de testes de integridade;</li> <li>- destinação de percentual de <i>marketing</i> visando conscientização dos malefícios da corrupção e dos canais de denúncia;</li> <li>- realização de treinamentos sobre posturas e procedimentos contra a corrupção;</li> <li>- garantia de sigilo da fonte;</li> <li>- obrigação de prestação de contas sobre processos do Judiciário e do Ministério Público.</li> </ul>
02	Criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos	- Não haja impunidade do agente que praticar atos ilícitos, mesmo quando não for possível descobrir ou comprovar os atos específicos.
03	Aumento das penas e crime hediondo para corrupção de altos valores	- Quando os valores desviados ultrapassarem R\$ 8 milhões ou cem salários mínimos será considerado crime hediondo.
04	Aumento da eficiência e da justiça dos recursos no processo penal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Possibilidade de condenação imediata, quando for reconhecido abuso do direito de recorrer;</li> <li>- Revogação dos embargos infringentes e de nulidade;</li> <li>- Extinção de revisor;</li> <li>- Simultaneidade no julgamento de recursos especiais e extraordinários;</li> <li>- Regras novas para habeas corpus e;</li> <li>- Execução provisória da pena após julgamento de mérito do caso por tribunal de apelação.</li> </ul>
05	Celeridade nas ações de improbidade administrativa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adoção de defesa inicial única e não duplicada;</li> <li>- Possibilidade de o juiz extinguir a ação, caso seja considerada infundada e;</li> <li>- Criação de varas, câmaras e turmas especializadas no julgamento de ações decorrentes, tanto de improbidade administrativa quanto da lei anticorrupção.</li> </ul>

06	Reforma no sistema de prescrição penal.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mudanças nos prazos da prescrição da pretensão executória e extinção da prescrição retroativa;</li> <li>- Contagem do prazo da prescrição da pretensão executória comece a contar do trânsito em julgado para todas as partes, e não apenas para a acusação;</li> <li>- Alterações para evitar que o prazo para prescrição continue correndo enquanto há pendências de julgamento de recursos especiais e extraordinários.</li> </ul>
07	Ajustes nas nulidades penais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Condicionamento da superação de preclusões à interrupção da prescrição do momento em que a parte deveria ter alegado o defeito e se omitiu;</li> <li>- Aproveitamento máximo dos atos processuais e exigência da demonstração, pelas partes, do prejuízo gerado por um defeito processual à luz de circunstâncias concretas.</li> <li>- Acrescentar causas de exclusão de ilicitude previstas no Direito norte-americano (Direito Comparado).</li> </ul>
08	Responsabilização dos partidos políticos e criminalização do caixa 2.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Responsabilização dos partidos políticos por práticas corruptas;</li> <li>- Criminalização da contabilidade paralela;</li> <li>- Criminalização da lavagem de dinheiro relacionados à fontes de recursos eleitorais indevidas.</li> </ul>
09	Prisão preventiva para evitar a dissipação do dinheiro desviado.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prisão extraordinária quando medidas cautelares se mostrarem ineficientes.</li> <li>- Mudanças para rastreamento mais rápido e eficaz do dinheiro desviado.</li> </ul>
10	Recuperação do lucro derivado do crime.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de confisco alargado, que permite que o confisco à diferença entre o patrimônio de origem comprovadamente lícita e o patrimônio total da pessoa condenada.</li> <li>- Ação civil de extinção de domínio, que possibilita dar perdimento a bens de origem ilícita.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações disponíveis em [www.dezmedidas.mpf.mp.br](http://www.dezmedidas.mpf.mp.br)

As 10 medidas contra a corrupção recebeu diversas críticas. De uma forma genérica, as críticas apontam que a reformulação do Código de Processo Penal (CPP) não teria impacto somente nos casos envolvendo corrupção.

Após a apresentação do panorama geral do combate à corrupção no Brasil, parte-se para a descrição do marco teórico a ser adotado neste trabalho. Tal abordagem visa

explicitar conceitos e o Modelo propriamente dito, para que se possa compreender as reflexões que levam o sujeito a agir de forma individual ou coletiva.

### **3 O MODELO ANALÍTICO DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA PARA COMPREENSÃO DA PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES COLETIVAS**

A formação da consciência política faz parte da complexidade vivida pelos sujeitos. Essa consciência é obtida através de um processo psico-sócio-histórico no qual o sujeito constrói seus conhecimentos baseado no diálogo consigo mesmo, tecendo respostas à dinâmica social a qual se encontra inserido (SILVA, 2002).

O processo de lidar com aspectos psicossociais do sujeito em relação à sociedade em que está inserido, resulta na consciência política (SANDOVAL, 2001). Observa-se, entretanto, que esta (consciência política) não pode ser compreendida a partir de si mesma e sim dos significados atribuídos pelo indivíduo à realidade social (COSTA, 2007).

Destaca-se, que a consciência política não é inata (GAMSON, 1992) e seu processo de construção é contínuo (SILVA, 2002), pois os sujeitos adotam símbolos e significados que podem levar a diferentes concepções ao longo de sua convivência em sociedade (SANDOVAL, 2001). Além disso, ocorrem modificações nas formas de interação e de comportamento (GAMSON, 1992).

Para a análise da consciência política, considera-se que esta é sistematizada em categorias de percepção da realidade social. Isto possibilita a análise sistemática de tais categorias (SANDOVAL, 2001). Surge assim, o Modelo Analítico de Consciência Política para compreensão da participação em ações coletivas. Tal modelo foi proposto por Sandoval (2001) e constitui-se de dimensões analíticas distintas, com conceituações baseadas em sentimentos (PALASSI, 2011).

Silva (2006) destaca que o modelo de consciência política proposto por Sandoval (2001), recebeu influências de diversos autores, dentre os quais, destacam-se Touraine (1966), Gamson (1992), Klandermans (1997), Mansbridge (2001), Tilly (2003), Tajfel (1983) e Hewstone (1989).

Para Gamson (1992), a consciência é vista como um componente ideológico do pensar e os *frames* (moldura ou referência no pensar) como os componentes



responsáveis pela área reivindicativa e identificatória no pensamento. O autor afirma ainda, que a relação entre *eu* e *sociedade* deve levar em conta aspectos micro e macrossociais. Klandermans (1997) e Mansbridge (2001) acrescentaram aos *frames* (aos quais chamam de *frames* de protestos ou de oposição), os conceitos de identidade de grupo e identificação de injustiças.

A influência de Touraine (1966) advém de seu esquema de consciência operária, que contém três dimensões: identificação de classe, oposição ao adversário e totalidade da sociedade. No entanto, tal esquema recebeu críticas de Sandoval por não considerar a capacidade de intervenção do indivíduo (SANDOVAL, 1994). Com base no esquema proposto por Touraine (1966), acrescenta-se ainda uma quarta dimensão, denominada de *predisposição para intervenção*. Essa dimensão refere-se à percepção que o indivíduo tem sobre seu poder de intervenção, com o intuito de alcançar seus objetivos, sendo associados a uma noção de consciência voluntarista (SANDOVAL, 2001).

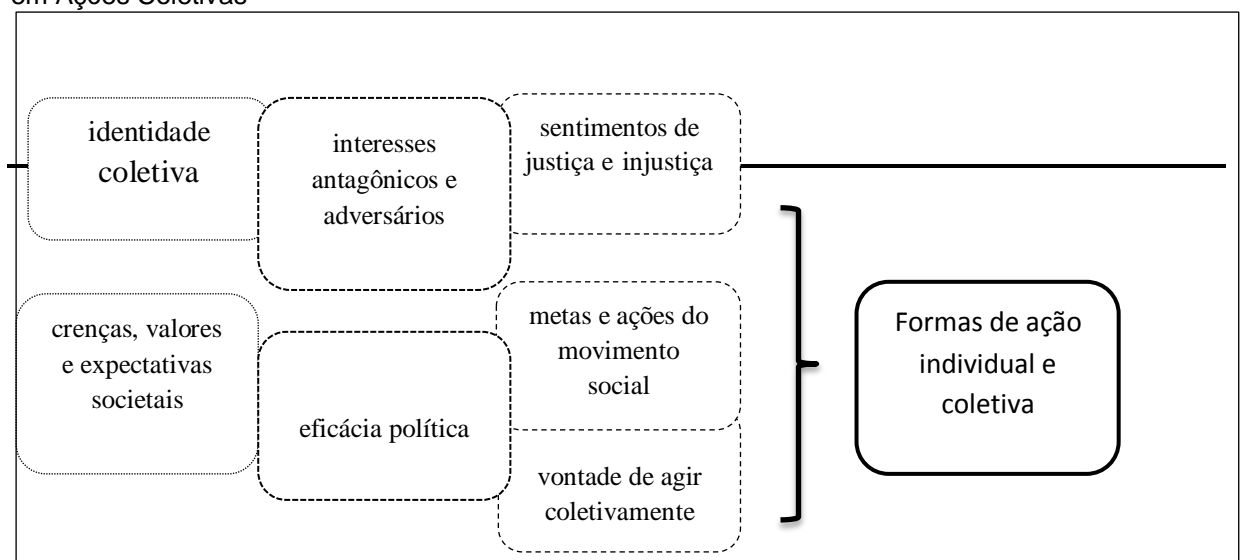
A Teoria de Hewstone (1989) influencia o modelo de consciência política de Sandoval (2001) através das interpretações das causas e motivações atribuídas pelos indivíduos às coisas que lhes acontecem. Já Tilly (2003), trabalhou como orientador de Sandoval durante seu processo de doutoramento e isso o influenciou quanto aos processos e dinâmicas dos conflitos no agir coletivo, enquanto Tajfel (1983) o influenciou com seus estudos sobre mobilização de grupos.

Com base nas informações expostas, o modelo de consciência política proposto por Sandoval (2001) constitui-se como um modelo mais completo e que permite analisar não só a mobilização, mas também a desmobilização individual e coletiva (SANDOVAL; SILVA, 2016). Portanto, o modelo é composto e organizado por categorias teóricas que representam as várias dimensões psicossociais constituintes do saber político de um indivíduo em relação à sociedade e si mesmo como parte dessa sociedade. Em consequência, representa sua disposição em agir de acordo com esse saber (SANDOVAL, 2001).

O modelo (SANDOVAL, 2001) consiste em sete dimensões psicossociológicas diferentes entre si, não hierarquizadas e dinâmicas, que em conjunto se configura

como um conjunto de representações e significados que podem levar o indivíduo a agir individualmente ou em ações coletivas, neste caso, agindo como um ator político. As sete dimensões psicossociológicas são: 1) identidade coletiva; 2) crenças, valores e expectativas sociais; 3) interesses antagônicos e adversários; 4) eficácia política; 5) sentimentos de justiça e injustiça; 6) metas e ações do movimento social e; 7) vontade de agir coletivamente, conforme aparecem na figura a seguir:

Figura 1- Modelo Analítico de Estudo da Consciência Política para a Compreensão da Participação em Ações Coletivas



Fonte: Sandoval (2001).

A primeira dimensão, denominada de *identidade coletiva*, refere-se aos sentimentos de identificação e pertencimento relativos à sociedade (SANDOVAL, 2001). Este conceito relaciona-se com o sentimento de solidariedade, que permite ao sujeito desenvolver laços sociais que possibilitam a criação do sentimento de coesão social (COSTA, 2012). Nesse sentido, o sentimento de solidariedade traz consigo o compartilhamento de interesses comuns, criando vínculos interpessoais (PALASSI; MARTINS, 2014).

Essas relações entre sujeitos e seus meios sociais é que possibilitam a construção de significados e a partilha de interesses considerados comuns (GONÇALVES, 2008). É nesse processo de construção de significados e interesses comuns da identidade coletiva que são despertados os sentimentos de coesão social e de pertencimento a um grupo, levando à mobilização para a reivindicação coletiva

(ANSARA, 2011). Com o fortalecimento das relações construídas nesse processo, há a possibilidade de ação pelo indivíduo, em função de sua percepção de pertencimento como ator coletivo (MARTINS, 2014). Assim, os indivíduos atribuem valor às metas coletivas como se fossem benefícios tanto pessoais quanto coletivo, instrumentalizando-se para alcançar a mudança desejada e mobilizando-se para a ação (COSTA, 2012).

Portanto, a identidade social e a identidade coletiva não são distintas (SANDOVAL, 2001). Segundo Sandoval, a identidade coletiva é uma especificação da identidade social, que se desenvolve pela politização do indivíduo (SANDOVAL; SILVA, 2016). Essa politização constitui-se da capacidade crítica que o indivíduo adquire através de experiências com o Estado e na concepção da identidade coletiva ao grupo de pertença (SANDOVAL; SILVA, 2016).

Nesse contexto, Sandoval traça uma aproximação com a obra de Mead (1972) ao tratar da consciência de si. Segundo Sandoval e Silva (2016), toda consciência de si é social e por conta disso, pode vir a ser política. Isto porque nos processos de interiorização e de apropriação do outro generalizado, é necessário que o *Eu* faça a leitura dos componentes (estruturas, instituições e o outro) com os quais o *Mim* teve contato e assim propõe a interiorização no *Eu* em uma constante leitura e releitura desse processo (SANDOVAL; SILVA, 2016). Mead (1972) não destaca o aspecto político da consciência de si. No entanto, o autor aponta que o aspecto político do *self* constitui-se em um condicionante implícito à existência deste (*self*).

A segunda dimensão, denominada de *crenças, valores e expectativas sociais* refere-se ao modo como o sujeito percebe a realidade na qual está inserido, que se dá através da construção de ideologias políticas e de sua visão de mundo (SANDOVAL, 2001). Isto impacta diretamente as escolhas e o modo como agem esses sujeitos (COSTA, 2012), pois é através das crenças e internalização de valores que há inserção social dos indivíduos (RECK, 2005). Segundo Heller (2001), o cotidiano aparenta estar naturalizado e assim, orientado pelo senso comum. Nesse sentido, no cotidiano não há reflexões, e, portanto, a única consciência que aflora é a do senso comum (SANDOVAL, 1994).

Tal dimensão está comumente ligada à espontaneidade da vida cotidiana, que permite a cristalização de crenças e valores sociais. Condição esta que pode levar ao comodismo do sujeito em virtude da não racionalidade e segmentação em que se encontram essas práticas diárias (SILVA, 2002). Para Heller (2001), a espontaneidade constitui-se em tendência em todas as formas de atividades cotidianas. Já para Sandoval (1994) essa espontaneidade equivale à assimilação de maneira não racional de formas de pensar imediatista, utilitarista e pragmaticista, que podem levar ao desenvolvimento do pensamento superficial.

Esta dimensão, por se relacionar com a memória política do indivíduo, permite a expressão de sua ideologia política (ANSARA, 2011). No entanto, a internalização sem reflexão de crenças, valores e expectativas sociais, pode atuar como obstáculo à conscientização e politização do sujeito (SOUZA, 2012), ou ainda, gerar a alienação e comodismo dos indivíduos (ANSARA, 2011).

Nesse sentido, Sandoval (2001) aponta que é necessário um tipo de interrupção da rotina para que seja acionada a mudança da consciência individual (SILVA, 2006). Faz-se necessário promover rupturas na estabilidade cotidiana, que possibilite sua reinterpretção e impeça assim, o comodismo (ANSARA, 2011). Souza (2012) aponta que existem nos indivíduos, sentimentos que proporcionam a ação coletiva em detrimento ao isolamento. Estes sentimentos baseiam-se não somente na existência de interesses favoráveis, mas também de interesses contrários aos seus ou aos do grupo ao qual pertence (SOUZA, 2012).

A terceira dimensão do Modelo, denominada de *interesses antagônicos e identificação de adversários*, como o próprio nome sugere, refere-se à identificação de interesses antagônicos (simbólicos) que podem levar à percepção de adversários.

Silva (2007) aponta que quando não se identifica o adversário, fica impossível coordenar ações para o combate deste. Portanto, esta dimensão facilita a coordenação e mobilização da ação coletiva frente a um objetivo comum, na medida em que possibilita a visualização e identificação dos adversários (SANDOVAL, 2001). É nesse processo de identificação que acontece a mobilização dos indivíduos

para o alcance dos objetivos do grupo (COSTA, 2012). Através desse sentimento é que o sujeito percebe que existem grupos divergentes do seu (SILVA, 2009), identificando-os assim, como adversários. Nessa dimensão são notórias as influências de Tajfel (1983) e de Touraine (1966). Tajfel (1983) propõe alguns pontos para que haja a mobilização do grupo. Tais pontos são definidores da relação de pertença ao grupo em relação a outros grupos, e são apontados a seguir:

- identificação dos interesses que sejam comuns ao próprio grupo;
- identificação de interesses que sejam contrários à manutenção desse grupo;
- identificação de outros grupos que possuam interesses acerca de questões antagônicas aos interesses do grupo.

Touraine (1966), em seu esquema da consciência operária - utilizada para estudar a consciência de trabalhadores franceses - propõe três dimensões, todas relacionadas à percepção do indivíduo (SANDOVAL; SILVA, 2016). São elas: identificação de classe, oposição ao adversário e totalidade da sociedade (SANDOVAL; SILVA, 2016). A primeira dimensão, denominada de *identificação de classe*, constitui-se da percepção pelo sujeito sobre qual classe ele pertence. A segunda dimensão, denominada de *oposição ao adversário*, refere-se à percepção que o indivíduo faz entre a sua classe e as demais classes. E a última dimensão, denominada de *totalidade da sociedade*, é a percepção do indivíduo relacionada à compreensão da dinâmica social (PALASSI, 2011). Entretanto, Sandoval (1994) critica o esquema proposto por Touraine (1966), argumentando que o referido esquema não leva em conta a percepção do indivíduo quanto à sua capacidade de intervenção e assim, insere no modelo de consciência política uma quarta dimensão que visa sanar essa lacuna (SILVA, 2007).

A quarta dimensão do modelo de consciência política de Sandoval (2001), denominada de *eficácia política*, refere-se aos sentimentos dos indivíduos em relação à sua capacidade de intervenção e de modificação em sua realidade ou em uma situação política (SANDOVAL, 2001). Em relação às formas de intervenção dos indivíduos, devem-se levar em conta os acontecimentos e as interpretações de suas causas (MARTINS, 2014). Assim, essa dimensão do modelo proposto por Sandoval (2001), apoia-se na teoria da atribuição de Hewstone (1989). Essa teoria propõe que os indivíduos costumam atribuir nexo de causalidade em três posições.

Na primeira posição, as causas dos eventos sociais são atribuídas pelos indivíduos, a forças transcendentais, tais como desastres naturais, tendências históricas e intervenções divinas (SANDOVAL, 2001). Esses eventos levam a reações de conformismo e submissão, pois o indivíduo entende que estes (eventos) independem de suas ações (SILVA, 2009). Com isso, podem-se desenvolver sentimentos de baixa eficácia política (SANDOVAL, 1994). Esse sentimento faz com que os indivíduos pouco se envolvam em ações (individuais ou coletivas) que busquem desenvolver soluções aos problemas que os afligem (SANDOVAL, 2001).

Na segunda posição, os indivíduos que buscam soluções individualizadas para os conflitos sociais que julgam causados por ações ou capacidades individuais, acabam falhando. Entretanto, tais indivíduos podem atribuir a culpa a si mesmos ao não conseguir lidar com a angústia social e assim não perceber, que o problema é na verdade social (SILVA, 2009).

Na terceira e última posição, há um processo de externalização e de transferência de culpa para o outro (SILVA, 2007). Os indivíduos que interpretam os eventos sociais como resultados da ação de outros grupos ou indivíduos, confiam que a ação individual ou coletiva contra os geradores da angústia social tem potencial (SILVA, 2007).

De acordo com Silva (2007), as ações políticas são eficazes para gerar mudança social e causar a superação da situação problemática, levando os indivíduos a tornarem-se atores sociais, possibilitando mudanças em suas vidas. No Quadro 10, é possível observar melhor as três posições:

Quadro 10 - As três posições dos nexos de causalidade da teoria da atribuição de Hewstone (1989)

<b>Posição</b>	<b>Nexo de causalidade</b>	<b>Posição do indivíduo</b>
1ª posição	Forças transcendentais	Postura conformista, causada por sentimento de baixa eficácia política.
2ª posição	Ações ou capacidades individuais	Busca de soluções individualizadas para situações sociais.

3ª posição	Resultado da ação de outros grupos	Ações individuais ou coletivas que possibilitem ao indivíduo tornar-se um ator social.
------------	------------------------------------	--

Fonte: Elaboração própria.

A quinta dimensão do modelo de consciência política (SANDOVAL, 2001), denominada de *sentimentos de justiça e injustiça*, recebe influências de Moore (1987) sobre injustiça social. Nesta dimensão, os sentimentos de justiça referem-se aos sentimentos de reciprocidade social e os sentimentos de injustiça referem-se à violação desta, sendo mais comuns em integrantes de movimentos sociais, como forma de legitimação de suas reivindicações (SANDOVAL, 2001).

Entender como se processa uma relação equilibrada de reciprocidade e do entendimento se ela foi violada ou não, são processos construídos social e historicamente. Isto se deve ao fato de os sentimentos de justiça e injustiça serem medidos através de critérios utilizados para a medição do que seja reciprocidade, determinados em contextos ao longo da história (SANDOVAL, 2001). Nesse contexto, a reciprocidade social quando violada coletivamente, pode gerar descontentamento social e como consequência manifestações e protestos (SILVA, 2009). Esse fato ocorre quando os indivíduos percebem os arranjos sociais de forma analítica, verificando o nível de reciprocidade social entre estes e os que ele(s) considera(m) injustos (SANDOVAL, 2001). Portanto, é comum os movimentos sociais reivindicarem contra situações de injustiças, que são utilizadas para legitimar seus clamores e responsabilizar adversários (SANDOVAL, 2001). Dessa forma, os sujeitos fazem um balanço entre os objetivos do movimento e seus interesses, analisando as metas e ações do movimento.

Na sexta dimensão do Modelo de consciência política proposto por Sandoval (2001), denominada de *metas e ações do movimento*, tem-se o resgate de algumas das outras dimensões, fazendo-se a confrontação entre os objetivos do movimento e os interesses do sujeito (AZEVEDO, 2012). Nessa dimensão o sujeito decide participar ou não do movimento social, tanto individual quanto coletivamente, considerando as informações e significados das outras dimensões presentes no Modelo

(SANDOVAL, 2001). Nesse sentido, o indivíduo faz um balanço entre a correspondência das metas e ações do movimento ao qual faz parte, frente a seus sentimentos pessoais de justiça e injustiça, interesses e eficácia política (SANDOVAL, 2001).

Para Sandoval (2001), tanto as decisões individuais quanto as coletivas tomadas pelos sujeitos em relação à sua participação em uma ação coletiva, provém de escolhas informadas e significadas que atuam como influenciadoras da participação e do comprometimento dos sujeitos com a ação (SILVA, 2006). Essa dimensão consiste numa avaliação feita pelos indivíduos em relação às metas, propostas e liderança do movimento em relação à compatibilidade ou não com seus interesses materiais e simbólicos (SOUZA; PALASSI; SILVA, 2015). Ao fazer essa avaliação, decidem participar ou não, trazendo à tona sua vontade de agir coletivamente.

A sétima e última dimensão do modelo, denominada de *vontade de agir coletivamente*, é baseada em trabalhos de autores da teoria da escolha racional e nos estudos de Klandermans (1997) e de Touraine (1966). Essa dimensão refere-se à predisposição individual para participação em ações coletivas com objetivo de sanar injustiças ou conquistar novos direitos. Nessa dimensão o indivíduo avalia as condições organizacionais e contextuais para sua participação (SANDOVAL; SILVA, 2016). De acordo com Klandermans (1997) existem alguns aspectos que devem ser considerados em relação à participação em ações coletivas, tais como:

- a relação entre custo e benefício de manutenção da lealdade do sujeito em relação à participação deste em ações coletivas;
- os gastos ou perdas de benefícios materiais envolvidos na participação dessas ações e;
- os riscos físicos envolvidos e as condições na qual acontece essa oportunidade de participação.

Um dos pontos de discordância entre Sandoval (2001) e Touraine (1966), diz respeito à disposição em agir coletivamente (SILVA, 2006). Para Sandoval, os indivíduos, de um modo geral (em relação à participação em ações coletivas), possuem mais predisposição a não participar do que a participar, pois avaliam racionalmente todos os benefícios e perdas (ANSARA, 2009).



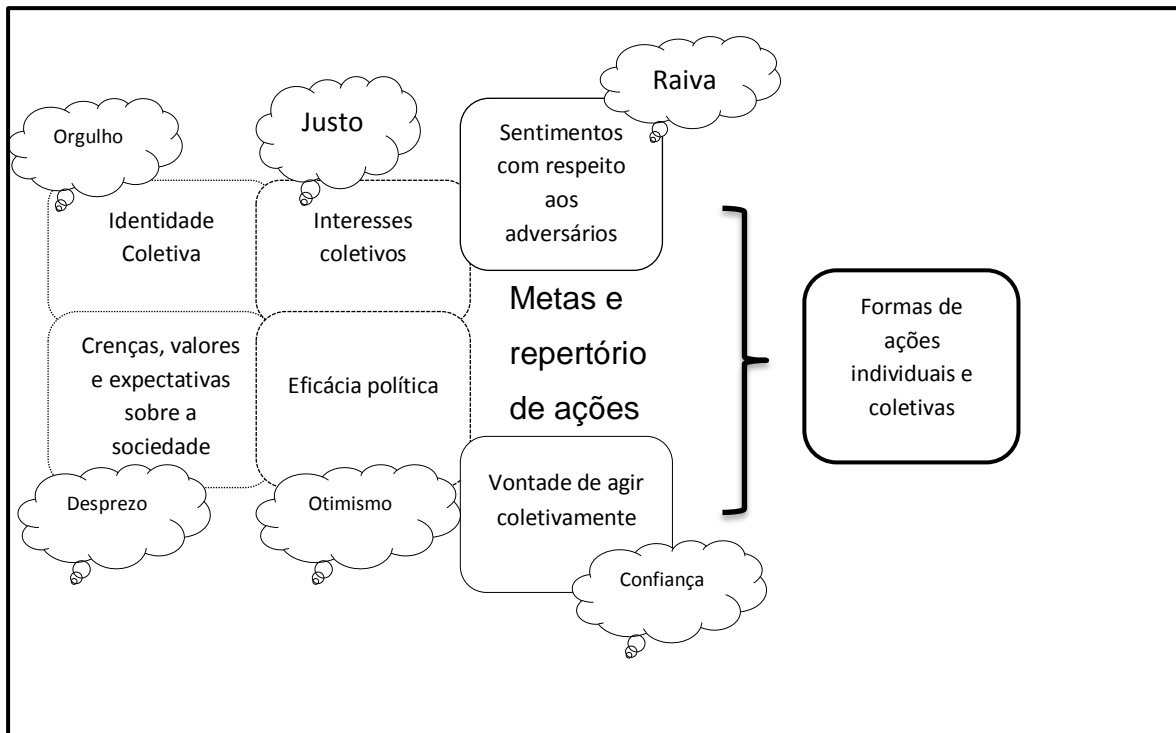
Verifica-se que o Modelo proposto por Sandoval (2001) integra tanto aspectos psicológicos quanto sociológicos, possibilitando a análise de fatores e processos que tenham influências nas formas e motivos que levam as pessoas a agirem individual ou coletivamente (MARTINS, 2014). Ao considerar a necessidade de análise do papel das emoções presentes no processo de conscientização de pessoas no contexto de movimentos sociais, Sandoval reformulou esse Modelo. Essa reformulação culminou na inserção de emoções e sentimentos às dimensões constitutivas do Modelo, exposto na Figura 1. O modelo reformulado tem como base o pressuposto de que as emoções têm papel funcional e chave na formação da consciência política (SANDOVAL; SILVA, 2016).

Sandoval (2005) aponta que os sentimentos emotivos (resultado das emoções) possuem quatro importantes funções para a predisposição ao engajamento em movimentos sociais. Nesse sentido, o autor aponta que esses sentimentos:

- 1) atribuem em relação ao passado do indivíduo, significado e importância às pessoas e experiências desse passado;
- 2) afetam o processo de conscientização, através da retenção seletiva causadas pelas emoções acerca de eventos, experiências e pessoas do passado;
- 3) impactam na sociabilidade entre pessoas, levando ao desejo ou não de agrupamento ou agregamento;
- 4) impactam na disposição de ação individual ou coletiva do indivíduo relacionados em parte, à experiências anteriores envolvendo eventos, conteúdos ou pessoas.

Sandoval (2005) argumenta que a importância dos sentimentos emotivos está no impacto sobre as emoções e seus respectivos sentimentos, como a atribuição de um significado emotivo a um fato e sua ação; a valoração negativa ou positiva, mas nunca neutra, de tal sentimento e; a intensidade do sentimento emotivo. O modelo reformulado pode ser observado na Figura 2 a seguir:

Figura 2- Modelo de Consciência Política para a Compreensão da Participação em Ações Coletivas Reformulado



Fonte: SANDOVAL; SILVA (2016).

No Modelo Analítico de Consciência Política reformulado, eliminou-se os *sentimentos de justiça e injustiça*, e há relação entre os conteúdos sociocognitivos e os sentimentos emotivos de cada dimensão da consciência política (SANDOVAL; SILVA, 2016). Na análise da consciência política do indivíduo ou grupo, o Modelo original observava apenas os fatores sociocognitivos. Já o Modelo reformulado, leva em conta estes fatores (sociocognitivos) em relação aos sentimentos denominados emotivos (ou emoções), presentes em cada dimensão.

As emoções podem ser analisadas pela abordagem psiconevolucionária, que propõe que as emoções “básicas” são biologicamente primitivas e com finalidades reprodutivas. Nesse contexto, Plutchik (1986) aponta para uma análise classificatória das emoções e suas respostas emocionais. Esta teoria considera a existência de oito emoções primárias. São elas: raiva, medo, tristeza, nojo, surpresa, curiosidade, aceitação e alegria (PLUTCHIK, 1991). De acordo com o referido autor, cada emoção corresponde a um comportamento. Tal comportamento visa à sobrevivência, como por exemplo, o medo, que pode inspirar um comportamento de fuga ou de luta.

Na abordagem culturalista, Goodwin, Jasper e Polleta (2006) adotam uma posição centrada na dimensão microssociológica para analisar o papel das emoções. Estes autores buscam reforçar a importância das emoções dos envolvidos em movimentos sociais e refutar as emoções como algo ligado ao irracional. Nesse sentido, os autores propõem a especificação de alguns conceitos distintos de emoção. São eles: emoções de reflexo; emoções com base em concepções morais e cognitivas complexas; laços afetivos e; estados de espírito.

As emoções de reflexo, tais como medo, raiva, surpresa, tristeza, nojo e alegria, surgem repentinamente. Portanto, são emoções involuntárias, pois não há um processamento cognitivo consciente (GOODWIN; JASPER; POLLETA, 2006). As emoções com base em concepções morais e cognitivas complexas, como o próprio nome sugere, surgem de entendimentos cognitivos complexos e sua relação com a consciência moral. Nesse grupo estão inseridos os sentimentos de compaixão e de indignação. O primeiro reflete um sentimento complexo cultural e o segundo, muitas vezes reflete um choque moral, que pode levar os indivíduos a procurar grupos de protesto, ou mesmo, servir de propulsor a denunciante (GOODWIN; JASPER; POLLETA, 2006). Os laços afetivos consistem nas ligações estabelecidas pelos indivíduos através de sentimentos que são nutridos por um objeto ou por uma pessoa (GOODWIN; JASPER; POLLETA, 2006). Como exemplo desse grupo, pode-se citar o sentimento de solidariedade. Os estados de espírito são normalmente “carregados” de uma situação para outra. Pode-se citar como exemplos desse grupo, o otimismo e a esperança. Estes sentimentos podem causar um efeito positivo, que levem o indivíduo a desejar fazer parte de uma ação coletiva (GOODWIN; JASPER; POLLETA, 2006).

As emoções tem importante papel nos estímulos à participação dos indivíduos nos movimentos sociais. Portanto as emoções exibidas por membros ou líderes dos movimentos podem estimular ou desestimular a participação. Nesse sentido, os membros destes movimentos podem montar estratégias acerca dos tipos de emoções que serão exibidos a fim de estimular a adesão dos indivíduos ao movimento.

A participação em movimentos sociais podem provocar emoções que caracterizem a experiência do “viver” o movimento social (JASPER, 1997). Tais emoções contribuem para o afloramento da criatividade nesse tipo de movimento e possuem papel-chave no impulsionamento de indivíduos às ações de protesto (JASPER, 1997). Jasper (1997) propõe uma perspectiva analítica das emoções através de *frames*. Nesta perspectiva, as emoções e os *frames* são analisados como dois processos mentais separados, mas que são estimulados simultaneamente por acontecimentos relativos aos movimentos sociais (SANDOVAL; SILVA, 2016). Em contraponto a essa perspectiva dos *frames*, Sandoval (2005) aponta que as emoções auxiliam no resgate da história do indivíduo e assim fazem parte do processo de conscientização e transformação qualitativa da consciência deste (indivíduo). Observa-se que enquanto para Jasper (1997) não há a possibilidade de traçar uma análise integrada entre emoções e o processo de conscientização, para Sandoval há o entrelaçamento entre as dinâmicas sociocognitivas e emotivas (emoções) em tal processo.

Em relação à participação, Sandoval (1994) afirma que é nos processos de micro-mobilização que a conscientização cotidiana acontece, pois é através da interação entre consciência e as experiências de micro-mobilização que surgem a solidariedade grupal e a mobilização para ações coletivas. A ação coletiva consiste na ação do sujeito em um contexto de coletividade que vise o alcance de objetivos específicos compartilhados por uma identificação coletiva capaz de impulsionar os sujeitos à ação em grupo, visando o alcance do objetivo pretendido (SANDOVAL, 2001).

Os movimentos sociais podem ser conceituados como uma ação coletiva orientada por solidariedade, onde se manifesta um conflito que culmina na ruptura de limites (compatibilidade) do sistema a qual a ação se direciona (MELUCCI, 2001). Podem ainda, ser conceituados como uma organização relativamente formal e estável, com ações não limitadas a uma atividade específica e compostas por indivíduos com identidades, necessidades e pertencimento específicos de classes (MONTANA; DURIGUETTO, 2011). Observa-se, no entanto, que os movimentos contemporâneos são heterogêneos e possuem como características a mobilização fora da esfera

trabalhista e uma relação de indiferença às referências político-ideológicas dos movimentos tradicionais (MONTANA; DURIGUETTO, 2011).

Para Gohn (2011), os movimentos sociais são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. No entanto, não se trata de um processo isolado e sim de um processo caracterizado como político-social. Segundo Streck e Adams (2006), os movimentos sociais constituem-se em elementos importantes para a democracia, pois ampliam os limites do instituído e do jogo político, possibilitando novos caminhos de participação. Assim, mesmo as ações coletivas sendo oportunidades de mobilização coletiva (PALASSI; MARTINS; PAES DE PAULA, 2016), as ações das pessoas não acontecem de forma igualitária, pois estas agem de acordo com a composição de suas consciências políticas (SANDOVAL, 2001).

A consciência política emerge através da composição de significados atribuídos pelo sujeito aos acontecimentos cotidianos e da mediação de instituições que fazem parte do cotidiano do sujeito comparando-os aos movimentos sociais (GANSO, 1992). Sandoval e Silva (2016) apontam que a consciência política aflora de um espaço intersubjetivo. Nesse espaço (intersubjetivo), ocorre a interação entre o universo cultural do sujeito e suas estruturas cognitivas (SANDOVAL; SILVA, 2016).

O termo “consciência política” adotada na presente pesquisa constitui-se de uma conceituação psico-política. Nesse sentido, ao invés de analisar os aspectos psicológicos e políticos separadamente, tende-se a um enfoque integrado. Tal enfoque permite a compreensão dos fatores e processos que influenciam as formas e motivos que levem o sujeito a agir de forma individual ou coletiva. Parte-se da premissa de que a consciência política se refere aos diversos significados que cada indivíduo atribui às interações diárias e acontecimentos vividos (SANDOVAL, 2001) e que a participação busca significar o ato de participar (SILVA, 2006).

A participação pode ser conceituada de diversas formas, tais como o processo através do qual duas ou mais partes podem influenciar no processo de tomada de decisão, contribuindo assim para a melhoria tanto da eficiência quanto da eficácia desses processos (PATEMAN, 1992). Pode ainda, ser conceituada como uma forma de poder, que pressupõe presença em ações consideradas arriscadas, conquista e

autopromoção, além de exercício democrático, constituindo-se em instrumento de participação política (DEMO, 1993). Entretanto, a conscientização humana não existe fora do agir-refletir. Nesse sentido é que a participação política é elemento produtor de consciência política, pois, por meio dessa participação o ser dá e recebe educação e consequentemente adquire consciência (FREIRE, 1980).

A participação em ações coletivas, muitas vezes, tem relação com a participação política. De acordo com Bonifácio e Ribeiro (2016), há quatro modalidades de participação política. Estas aparecem listadas no Quadro 11:

Quadro 11 – Participação política e seus indicadores

<b>PARTICIPAÇÃO POLÍTICA</b>	<b>INDICADORES</b>
Ativismo comunitário	Assistir a reuniões de associação de bairro e agir em prol de melhorias na comunidade.
Contato com atores políticos e governamentais	Contato com deputado estadual e federal, com ator político local, com ator governamental e com vereador e atores governamentais locais.
Ativismo partidário e eleitoral	Trabalho em campanha eleitoral, assistir a reuniões de partido político, tentar convencer os outros sobre a escolha do voto.
Ativismo de protesto	Participação em manifestações e protestos e assinatura de abaixo-assinado e petição.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações de Bonifácio e Ribeiro (2016).

Atualmente, existem variados lugares (instituídos) de participação social, tais como associações, conselhos gestores de políticas públicas, referendos, plebiscitos, conferências, fóruns, câmaras setoriais, sindicatos, dentre outros. Nesta pesquisa, é adotado como lugar de participação, o ativismo de protesto, como os movimentos sociais de combate à corrupção.

Demo (1993) aponta que o agir coletivo constitui-se em um processo de compromisso, envolvimento e exercício democrático de socialização e participação política. No entanto, para Sandoval (1994), as pessoas estão mais propensas a não participar do que a participar, levando em conta que nem sempre a cooperação é a opção mais vantajosa para o indivíduo. Existem alguns fatores que podem levar os indivíduos a participar de ações coletivas. Dentre estes, destacam-se: as fronteiras

existentes nos agrupamentos, evidenciando a coletividade; a solidariedade entre os membros da coletividade; a coesão grupal; os repertórios de ações coletivas (SANDOVAL, 1994); a possibilidade de exercer a cidadania; a busca por melhorias nas políticas públicas; conhecer pessoas (CAYRES, 2009) e; a capacidade de entender informações políticas (FONT, 2007). Dentre os fatores que podem levar a não participação em ações coletivas, estão os processos fatigantes; a inconstância da participação; a falta de disponibilidade e; a incompreensão dos processos (FUENTE, 2010).

Em relação aos fatores que podem levar à participação, Vaz (2013) aponta que existem quatro modelos explicativos. São eles: o modelo de centralidade; o modelo indentitário; o modelo racionalista e; o modelo institucionalista. No modelo de centralidade, fatores objetivos, tais como renda e escolaridade estariam diretamente relacionadas com a maior propensão à participação. Em contrapartida, os desprovidos destes recursos se sentiriam intimidados, implicando em uma não participação. Nota-se neste modelo, que quanto mais central a posição do sujeito em relação à estrutura social, maior será sua propensão em participar (VAZ, 2013).

No modelo indentitário, os motivos para a participação estariam relacionados às redes interativas. Essas redes seriam aquelas construídas ao longo da vida dos sujeitos capazes de definir sua identidade (VAZ, 2013). No modelo racionalista, a ênfase está na maximização do bem-estar do sujeito, que se utiliza de sua capacidade analítica para avaliar os custos e oportunidades envolvidos no processo de participação (LUCHMANN; BORBA, 2008). Nesse sentido, sua participação (sujeito) se daria em razão da percepção de que seu engajamento seria necessário ao alcance dos benefícios individuais desejados (LUCHMANN; BORBA, 2008). Já a sua não participação (de modo racional), se daria em consequência da percepção de que mesmo sem seu engajamento na ação coletiva, seria beneficiado ao aproveitar-se da ação alheia, num efeito “carona” (LUCHMANN; BORBA, 2008). No modelo institucionalista, os motivos para participar estariam nas oportunidades existentes no âmbito social. A ênfase deste modelo está em instituições e regras inibidoras dos comportamentos oportunistas (não participação racional), visando à participação de todos os sujeitos envolvidos (VAZ, 2013).

Segundo Gohn (2011), há um caráter educativo nas práticas que se desenvolvem no ato de participar, sendo os movimentos sociais fonte de inovação e matrizes geradoras de saberes. Portanto, adota-se na presente pesquisa como participação coletiva, a proposta por Melucci (1996), que se baseia em uma posição construtivista. Essa posição considera que os atores sociais são construídos na ação coletiva e não a precedem ou são determinados por ela (GOMES, 2010).

Propõe-se assim, princípios de análise das ações coletivas, dentre os quais, destaca-se o princípio de que a análise deve proporcionar distinções dentre as várias orientações presentes nas ações coletivas (MELUCCI, 1996). Tal distinção de orientações permite a construção de um sistema de referências presente em outro princípio, no qual a análise é dependente do sistema de relações onde cada ação ocorre e para o qual é direcionado, podendo ser representado por eixos, que possuem em seus polos os extremos das dicotomias (GOMES, 2010). As dicotomias constituem-se de conflito, ruptura de limites do sistema, agregação, consenso, manutenção de limites do sistema e solidariedade. Através de tais dicotomias ou eixos, pode-se verificar os processos pelos quais as coletividades se constituem, se posicionam perante outras coletividades e ante o sistema social vigente (MELUCCI, 1996).

De acordo com Silva (2006), a construção da consciência política constitui-se de um processo contínuo e de infinito enfrentamento psico-sócio político, não se limitando a um conjunto de elementos que podem levar o indivíduo a participar politicamente de ações coletivas. Dessa forma, a participação ou não participação não significa o fim de um processo, mas um momento deste (SILVA, 2006). A participação, segundo Brady (1999) e Borba (2012) pode ser considerada como um comportamento ou uma ação; sendo assim, não é uma atitude (que possui caráter subjetivo). Portanto, pode ser analisada (estudada). Nesse sentido, para Sandoval (2001), tanto a dinâmica da participação quanto de outras ações, sejam individuais ou coletivas, pode ser revelada através do Modelo Analítico de Consciência Política (SANDOVAL, 2001).

Feitas as considerações pertinentes, parte-se para o percurso metodológico adotado nesta pesquisa. A metodologia utilizada visa compreender as dimensões da



consciência política dos estudantes de graduação em Administração e como ela contribui para a participação deles ou não em ações coletivas ou individuais de combate à corrupção.

## 4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo visa descrever o percurso metodológico adotado para atingir os objetivos geral e específicos propostos nesta pesquisa. Este percurso consiste na descrição do contexto da pesquisa; do tipo de pesquisa; dos sujeitos de pesquisa; da produção; e análise dos dados.

### 4.1 Contexto da pesquisa

Segundo o sítio eletrônico da universidade pesquisada, a mesma foi fundada em 05 de maio de 1954, mantida pelo governo Estadual. No dia 30 de janeiro de 1961, passou a ser Federal. Atualmente, possui quatro *campi* universitários, com 102 cursos de graduação, 56 mestrados e 26 doutorados. Ainda segundo o sítio eletrônico, o curso de graduação em Administração (de modo geral) visa formar profissionais aptos a organizar, planejar, comandar e controlar organizações públicas, privadas e sociais, com o objetivo de aumentar a rentabilidade (ou produtividade) e controlar os resultados em todas as vertentes da administração, com foco na qualidade de vida nos ambientes organizacionais onde o administrador atuar.

O curso de Administração matutino foi instituído em Março de 1969 e conta com a oferta de 96 vagas anuais. Já o curso noturno, foi instituído em Março de 2007, no Reuni e conta com a mesma oferta do matutino. Destaca-se que a primeira turma do curso noturno iniciou-se apenas no segundo semestre de 2009. Este curso declara ter por objetivo formar profissionais abrangendo conhecimentos conceituais e técnicos, capacitando-os a exercer seu papel com **consciência crítica** (grifos nossos), acerca dos contextos organizacionais e sociais nos quais estiverem inseridos. Importante notar que há certa disparidade entre o que se declara que o curso visa (de modo geral) e o que se declara que o curso noturno visa. Enquanto na primeira declaração (geral), o foco está na rentabilidade, no segundo (curso noturno), o foco está no desenvolvimento de uma consciência crítica dos estudantes. Importante destacar que a universidade pesquisada disponibiliza algumas alternativas de aprendizagem complementares, como Empresa Júnior, Estágio Supervisionado, Programa de Educação Tutorial e Centro Acadêmico.

Considerando o exposto, e salientando-se que a grade curricular dos cursos é formada por disciplinas obrigatórias e optativas, estas foram analisadas em relação ao tema desta pesquisa. Observou-se que há disciplinas obrigatórias para ambos os cursos (matutino e noturno) que estabelecem esta relação. No curso matutino, dentre as disciplinas obrigatórias, estão Ética Empresarial e Política e Administração. Dentre as disciplinas optativas está Tópicos Especiais em Administração Pública. No curso noturno, dentre as disciplinas obrigatórias estão, ética empresarial, responsabilidade social e 3º setor. Dentre as disciplinas optativas, está gestão pública. Tais disciplinas podem ser consideradas como uma forma de despertar nos graduandos reflexões sobre a relação entre Estado, sociedade e as organizações, de modo a influenciar no processo de formação cidadã destes (PALASSI; MARTINS; PAES DE PAULA, 2017).

Para além da grade curricular dos cursos, vale ressaltar que a universidade declara em seu sítio eletrônico ter forjado lideranças na vida pública e privada no estado. No entanto, algumas pesquisas realizadas na universidade envolvendo estudantes dos cursos de graduação em Administração revelam que estes demonstram “desinteresse pelos assuntos públicos”, baixa participação (PALASSI; MARTINS; PAES DE PAULA, 2017) e a Empresa Júnior é utilizada apenas como uma ferramenta de desenvolvimento de lideranças (MARTINELLI, 2016).

#### 4.2 Tipo de Pesquisa

Por ser o objeto de estudo desta pesquisa, a análise da consciência política de universitários, para alcançar os objetivos propostos, utiliza-se abordagem metodológica qualitativa do tipo exploratória (CRESWELL, 2003). A abordagem qualitativa é identificada como apropriada na medida em que possibilita reconhecer a singularidade do sujeito e de sua experiência social (MARTINELLI, 1999). Esta abordagem possibilita ainda, uma melhor compreensão das visões de mundo e de aspectos psico-políticos do sujeito (SANDOVAL, 2001). Além disso, a abordagem qualitativa possibilita a investigação de um universo de significados, que corresponde a um espaço mais profundo das relações, processos e fenômenos que não seriam possíveis através da operacionalização de variáveis (MINAYO, 2008).

Ressalta-se que a presente pesquisa trata de um tema bastante conhecido (corrupção). No entanto, ainda não explorado em sua relação com a consciência política de estudantes de cursos de graduação em Administração. Portanto, a tipologia exploratória permite ao pesquisador aumentar seu conhecimento acerca do fenômeno e aprofundar seus estudos nos limites de uma realidade específica (TRIVIÑOS, 1987).

#### 4.3 Sujeitos de Pesquisa

As críticas à formação do profissional Administrador refere-se a uma formação profissional que aparenta estar preocupada somente com a demanda mercadológica; desconsiderando outras possibilidades de atuação na sociedade civil (PAES DE PAULA, 2014; OLIVEIRA et al., 2014). Para além das críticas, considera-se que a formação destes profissionais (administradores) tem o potencial de contribuir para outros aspectos que ultrapassem a busca de lucro e demais fatores capitalistas (FARIA, 2012; PAES DE PAULA, 2012).

Portanto, esta pesquisa se delimita aos estudantes dos cursos de graduação em Administração de uma universidade pública federal brasileira localizada no Sudeste do Brasil. A escolha dos sujeitos pesquisados, se dá em consequência do imaginário de que o ensino superior promove emancipação política, econômica e social (MORTADA, 2009; LOZANO; ALVARADO, 2011). A escolha do curso deve-se ao curso estar voltado para a formação profissional de gestão. Já a escolha (e limitação) do *lócus* de pesquisa (neste caso, uma universidade pública federal brasileira), se dá pela possibilidade de atuação mais livre dos professores a ela vinculados, que podem apresentar posicionamentos críticos frente aos saberes repassados (PETINELLI-SOUZA; SOUZA, 2012). Esse posicionamento pode vir a influenciar na formação dos estudantes do curso de graduação em Administração.

Ressalta-se que, no *lócus* de pesquisa são definidos tempo de duração mínima e de duração máxima para os cursos de graduação em administração, de acordo com o turno. No curso matutino, a duração mínima é de 8 períodos e a duração máxima 12

períodos. Já no curso noturno, a duração mínima é de 9 períodos e a duração máxima 13 períodos.

Para a compreensão da consciência política e da participação dos graduandos em Administração, foram selecionados como sujeitos de pesquisa, estudantes com matrícula ativa no período letivo 2017/1, de preferência a partir do 6º período. De acordo com o coordenador do curso noturno, há 420 estudantes regularmente matriculados no curso de graduação em Administração (matutino e noturno). Deste total, 170 são estudantes que ingressaram nos últimos cinco semestres (ou períodos) e assim, não fazem parte dos sujeitos de interesse da pesquisa (estudantes a partir do 6º período). Assim, estima-se que haja 250 estudantes nos cursos a partir do sexto semestre (ou período).

A escolha deste semestre (ou período) em diante é uma forma de garantir que o estudante tenha cumprido a maior parte da grade curricular do curso e assim, já consiga entender o que é ser um Administrador (ao menos em tese). Em razão de o referido curso ser ofertado em dois turnos (matutino e noturno), foram selecionados sujeitos de ambos os turnos. Opta-se por contemplar estudantes dos dois turnos devido às características dos estudantes que decidem por um ou outro turno, possibilitando o acesso a opiniões diferentes. Entretanto, merece destaque que a grande maioria dos estudantes desta pesquisa são do turno noturno. Isto se dá em consequência da relutância dos estudantes do turno matutino em participar até mesmo do preenchimento dos questionários na primeira etapa da pesquisa, conforme pode-se observar no Quadro 13, de acordo com o turno.

Quadro 13 – Entrevistados segundo o turno

Estudantes que Participam	Turno	Estudantes que não Participam	Turno
02	Matutino	01	Matutino
04	Noturno	04	Noturno

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se grande disparidade entre a quantidade de *estudantes que participam* e *estudantes que não participam*. Considerando o exposto, não foram realizados comparativos entre os estudantes em função do curso.

Foram selecionados os *estudantes que participam* ou já participaram e os *estudantes que não participam* ou nunca participaram de ações coletivas contra a corrupção no Brasil. Selecionar *estudantes que participam* e *estudantes que não participam*, possibilita analisar os motivos que podem leva-los a participar ou não de tais ações e assim traçar comparativos entre eles.

Obedecendo aos princípios da ética em pesquisa envolvendo seres humanos (MARSICANO et al, 2008), a pesquisa contempla o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O TCLE foi elaborado em duas vias, ficando uma via com a pesquisadora e outra com o pesquisado. Este documento serve de amparo legal, quanto ao uso e divulgação das informações coletadas e quanto ao consentimento e esclarecimento dos participantes. Ressalta-se ainda, que os nomes dos participantes serão mantidos em sigilo, adotando-se para isso, o uso de nomes fictícios para cada participante. Estes nomes poderão aparecer no corpo da pesquisa, quando se fizer necessário utilizar-se de trechos da transcrição de relatos. Desta forma, os estudantes pesquisados não serão expostos, pois somente a pesquisadora saberá a identificação real destes.

#### 4.4 Produção dos Dados

A produção dos dados refere-se ao calendário acadêmico 2017/1 dos cursos de graduação (APÊNDICE E). Esse fato se dá em função da melhor organização e programação de datas. Nesse sentido, para a realização da primeira etapa da produção de dados, que consiste na aplicação de questionários, os estudantes do turno matutino foram abordados no dia 30 de Maio e os do período noturno no dia 01 de Junho. Isto por que nesse período já havia ocorrido a reprogramação da oferta de disciplinas referentes ao ajuste de matrícula do período letivo 2017/1. Isso possibilitou à pesquisadora, a identificação, através das disciplinas listadas como obrigatórias para estes estudantes, das turmas que concentravam os estudantes de graduação a partir do 6º período.

Identificou-se como obrigatórias para os estudantes de ambos os turnos as seguintes disciplinas: Administração Financeira e Orçamentária II; Administração de Produção; Administração e Ciência; Administração de Marketing; Seminário de Gestão com Pessoas e; Estágio II. Ressalta-se que os estudantes de graduação em Administração do *lócus* pesquisado, tem a possibilidade de cursar disciplinas optativas (além das obrigatórias) para cumprir os créditos necessários do curso. Nesse sentido, foram abordadas as turmas que continham disciplinas obrigatórias ou optativas. As disciplinas abordadas foram: Gestão de pessoas II; Gestão de serviços; Tópicos avançados I em gestão de pessoas; Tópicos avançados II em gestão de operações; Administração de sistemas de informação; Tecnologias de gestão e subjetividades.

Foi solicitado aos professores destas disciplinas um tempo, durante a aula (no início ou no final) para que a pesquisadora pudesse expor brevemente a pesquisa. Após esta exposição foi oferecido aos alunos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A), esclarecendo-o. Em seguida foram aplicados os questionários (APÊNDICE B). Isto permitiu maior adesão à pesquisa, além de possibilitar o esclarecimento de possíveis dúvidas que pudessem ocorrer durante o preenchimento destes (GASKEL, 2002). A aplicação dos questionários foi realizada mediante a autorização dos professores das disciplinas listadas anteriormente. Apenas uma professora se opôs à aplicação dos questionários no início ou no final de sua aula.

O tempo médio que os estudantes gastaram no preenchimento dos questionários foi de 20 a 25 minutos. Foram aplicados um total de 108 questionários. Deste total, 08 eram estudantes de períodos anteriores ao definido e, portanto, não serão utilizados nesta pesquisa. Nesse sentido, foram consideradas apenas as informações dos questionários que satisfizeram ao critério “período do curso”. No Quadro 14 é possível observar as informações sobre a aplicação dos questionários:

Quadro 14 – Informações sobre a aplicação dos questionários

Questionários aplicados	Satisfizeram ao critério período	Sexo	Período
-------------------------	----------------------------------	------	---------

108	100	Masculino: 59	Matutino: 39
		Feminino: 41	Noturno: 61

Fonte: Elaboração própria.

A aplicação dos questionários buscou identificar dentre os estudantes regularmente matriculados a partir do sexto período, os que participam ou já participaram de ações coletivas contra a corrupção e os estudantes que não participam ou nunca participaram das referidas ações.

Vale ressaltar, que na parte inferior do questionário, há um campo sobre informações de contato pessoal, como e-mail e telefone, que foi preenchido pelos estudantes que desejaram participar da segunda etapa. Esta etapa consiste em conceder entrevistas individuais. Dentre os estudantes que preencheram os questionários, 17 concordaram em conceder entrevista individual (concordância esta, exposta através do preenchimento do campo destinado a este fim). No Quadro 15 pode-se observar as informações sobre sexo e turno destes estudantes:

Quadro 15 – Estudantes que aceitaram participar das entrevistas

<b>Sexo Masculino (matutino)</b>	<b>Sexo Masculino (noturno)</b>	<b>Sexo Feminino (noturno)</b>
04	12	01

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que os quatro estudantes do turno matutino são do sexo masculino e apenas um não participa ou nunca participou de ações coletivas contra a corrupção no Brasil; três participam ou já participaram das referidas ações.

Do turno noturno, observa-se que dos 13 estudantes que aceitaram participar das entrevistas, apenas um é do sexo feminino. Destes, 06 não participam ou nunca participaram de ações coletivas contra a corrupção no Brasil e sete participam ou já participaram das referidas ações.

Todos os estudantes foram formalmente convidados através de e-mail e mensagem telefônica via *whats app* para participar das entrevistas. Portanto, foi agendada entrevista com os sujeitos que responderam ao convite. No entanto, apesar de 17



estudantes terem preenchido o campo referente ao desejo de conceder entrevista, apenas 11 foram entrevistados quando se constatou haver saturação empírica do campo de observação. Considera-se saturação empírica, quando não são mais apreendidos novos elementos que possam subsidiar a teorização ou aprofundá-la (FONTANELLA, 2008). Os estudantes entrevistados aparecem listados no Quadro 16:

Quadro 16 – Estudantes selecionados para participar das entrevistas

<b>Sexo Masculino</b>	<b>Sexo Feminino</b>	<b>Turno Matutino</b>	<b>Turno Noturno</b>	<b>Participa ou já participou de ações coletivas contra a corrupção</b>	<b>Não participa ou nunca participou de ações coletivas contra a corrupção</b>
11	0	03	08	06	05

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que todos os estudantes são do sexo masculino e que há maior quantidade de estudantes do turno noturno. A quantidade de estudantes que participam ou já participaram de ações coletivas contra a corrupção é maior que de estudantes que não participam ou nunca participaram deste tipo de ação. As idades dos estudantes variam entre 23 e 36 anos. Já o período do curso varia do 6º ao 11º período. Em relação à ocupação dos sujeitos, 03 são estudantes. Os outros são: assistente de farmácia, servidor público, gerente de relações comerciais, gerente administrativo, técnico químico, estagiário, comerciário e empresário.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 19 de Junho e 05 de Julho de 2017. Foi combinado com estes sujeitos, os dias, horários e locais para realização das entrevistas, que aconteceram nas dependências do próprio *lôcus* de pesquisa. Aos estudantes que não foram selecionados para esta etapa, foi enviado um agradecimento via mensagem de texto e e-mail explicando os motivos.

As entrevistas mais curta e mais longa tiveram um tempo de duração que variaram entre 17 minutos e 1 hora e 34 minutos. A duração média das outras entrevistas variou entre 25 a 30 minutos. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, mediante o consentimento dos sujeitos entrevistados e realizadas presencialmente. Isto permitiu à pesquisadora perceber os elementos de comunicação não verbais,

como expressões corporais, tonalidades e ênfases nas respostas dos entrevistados, possibilitando a obtenção de dados que possam ser relevantes para a pesquisa (GIL, 1987). Além disso, a entrevista semiestruturada apresenta maior flexibilidade ao entrevistador frente às possibilidades que podem vir a surgir no decorrer da entrevista (RECK, 2005).

Para não se perder o foco do objetivo pretendido, utilizou-se um roteiro de entrevista (APÊNDICE C). Este roteiro foi formulado levando em conta cada uma das dimensões do modelo de consciência política proposto por Sandoval (2001), pelo fato dessas dimensões comporem a consciência política. Ressalta-se que será utilizado o Modelo Reformulado (SANDOVAL; SILVA, 2016) por ser esta a versão mais atual do modelo. As entrevistas individuais visam possibilitar a pesquisadora, o aprofundamento na coleta de dados, apontando as emoções presentes quando o indivíduo expõe suas opiniões.

O objetivo desta etapa consiste em sondar o conhecimento dos estudantes acerca da corrupção e das formas de combate à corrupção. Nesse sentido, busca-se identificar os mecanismos de participação utilizados pelos mesmos, além de esclarecer os motivos que levaram os estudantes a participar (ou ter participado) ou não participar (e não ter participado) de ações coletivas contra a corrupção no Brasil.

As entrevistas foram agendadas em horários que eram próximos aos de entrada ou saída destes estudantes. Visando facilitar a adesão à esta pesquisa (em relação ao deslocamento dos sujeitos), as entrevistas foram realizadas em salas de aula que não estavam em uso e que eram próximas à sala que o aluno teve ou teria aula ou em locais abertos nas proximidades.

Admitindo-se a complexidade do objeto de estudo – o ser humano – assim como a limitação em se encontrar bases comuns de compreensão e explicação do comportamento e ação humana, a utilização de duas técnicas em conjunto (questionários e entrevistas), possibilita uma complementaridade. Sendo os métodos meios através dos quais as proposições teóricas averiguam evidências lógicas,

empíricas e *insights* necessários à interpretação esta complementação visa sanar as limitações das técnicas (STRAUSS e CORBIN, 1994).

#### 4.5 Análise dos dados

Ao organizar os dados dos questionários de acordo com as dimensões do modelo (SANDOVAL; SILVA, 2016), verificou-se se haviam questões a serem acrescentadas no roteiro de entrevista. As respostas dos questionários foram tabuladas no *word* para facilitar a identificação dos estudantes que atendiam aos critérios para participar das entrevistas.

Quando de posse dos questionários preenchidos, foram adotados códigos identificadores para cada estudante. Estes códigos obedecem a uma sequência numérica que vai de 001 a 100. Desta forma, foram agrupados primeiramente todos os estudantes do turno matutino e em seguida todos do turno noturno. No entanto, os estudantes que participaram das entrevistas, receberam nomes fictícios e estes serão utilizados quando da necessidade de transcrição de trechos de suas entrevistas.

Na análise das entrevistas foram considerados os elementos de comunicação não verbal que ocorreram durante esses processos. Estes elementos foram registrados na Ficha de Transcrição das Entrevistas (APÊNDICE D). Isto por que na análise de conteúdo, o pesquisador possui como tarefa, a compreensão do sentido da comunicação do *corpus* analisado. No entanto, tal tarefa não se restringe à compreensão desse *corpus* unicamente através da comunicação verbal. Estão presentes também aspectos psicológicos, históricos, políticos, sociológicos, dentre outros, que cabe ao pesquisador realçar (BARDIN, 2011).

O ideal para fins acadêmicos é que as transcrições sejam realizadas pelo próprio pesquisador envolvido. Visando otimizar o tempo de transcrição das entrevistas, seria utilizado o *software Speechmote* (que realiza este processo). No entanto, tal software se mostrou ineficaz e problemático por não conseguir transcrever as palavras da maneira correta e suprimir várias partes do diálogo, tornando-o

incompreensível. Portanto, optou-se por realizar as transcrições da maneira tradicionalmente usual. As transcrições foram feitas na íntegra.

Os dados obtidos através das transcrições das entrevistas foram agrupados e analisados por meio de categorias definidas *a priori*, que são as dimensões do Modelo Analítico de Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas (SANDOVAL; SILVA 2016) como macro categorias de análise, passando por várias etapas.

Estas etapas são: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2011). A pré-análise consiste na preparação (ou pré-análise) dos conteúdos. Nesta etapa define-se o material que será submetido à análise; a formulação de hipóteses e objetivos e; os indicadores que fundamentarão a interpretação final (BARDIN, 2011). Em relação à exploração do material, destaca-se que dos objetivos de análise, são definidos os índices a serem detectados no material a ser analisado, visando à obtenção de indicadores precisos e seguros (BARDIN, 2011). Os indicadores de análise da presente pesquisa são os elementos que reúnem características que se aproximam do modelo de consciência política proposto por Sandoval e Silva (2016) em conjunto com a literatura sobre corrupção adotada.

A unitarização é o processo de tratar os dados através de recortes, agregação e numeração, definindo-se unidades de registro. Essas unidades podem ser frase, tema ou palavra (BARDIN, 2011). Na presente pesquisa, adota-se como unidade de registro, o tema e como regra de contagem, a presença e a frequência. Esta unidade de registro é comumente aplicada em estudos de motivações de tendências, opiniões e valores (BARDIN, 2011), portanto se aplica ao pretendido nesta pesquisa.

De posse do material a ser analisado, foram elaboradas colunas agrupando as unidades de registro semelhantes, de modo a distingui-las das demais unidades (BARDIN, 2011). Nesse sentido, elaborou-se uma tabela no *Word* contendo colunas com os vários temas e as dimensões do modelo de consciência política proposto por Sandoval e Silva (2016). As unidades de registro foram então agrupadas de acordo com cada tema e relacionadas com a dimensão do modelo (marco teórico).

Em relação ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação, aponta-se que esta etapa é destinada ao tratamento dos resultados. É nesta etapa que ocorre a condensação e o destaque das informações para análise. Como resultado deste processo, obtêm-se interpretações inferenciais. Tais interpretações estão envoltas em um momento de reflexão crítica, intuição e análise reflexiva (BARDIN, 2011).

Ressalta-se que as informações coletadas ficarão guardadas por um prazo de cinco anos, com o objetivo de resguardar as informações, caso sejam necessárias possíveis consultas. Findo este período, todo o material contendo tais informações serão incineradas.

Seguindo a orientação de Bardin (2011), realizou-se a leitura flutuante das transcrições das entrevistas. Destaca-se que através da referida leitura, observou-se que os estudantes mais informados foram os que deram entrevistas mais longas, tanto no bloco de *estudantes que participam* ou já participaram de ações coletivas contra a corrupção no Brasil, quanto dos *estudantes que não participam* ou nunca participaram das referidas ações.

Uma observação importante a se considerar é que além da realização e transcrição das entrevistas, foi adotada uma ficha de transcrição. Nesta ficha há campos referentes às emoções (SANDOVAL; SILVA, 2016) identificadas e as palavras-chave de cada entrevista. Nesse sentido, a exposição de atitudes carregadas de sentimentos durante a realização das entrevistas, demonstraram as emoções relativas às dimensões da consciência política no modelo (SANDOVAL; SILVA, 2016) presentes tanto nos *estudantes que participam* quanto nos que não participam. Para a interpretação dos resultados adota-se a revisão de literatura sobre corrupção em paralelo às dimensões da consciência política.

O capítulo dos resultados analisados está organizado de acordo com cada uma das dimensões do Modelo proposto por Sandoval e Silva (2016) adotadas como macro categorias de análise. Além disso, as perguntas do roteiro de entrevista servem como balizadoras em cada dimensão. Importante destacar que no Modelo adotado (SANDOVAL; SILVA, 2016) há certa inter-relação entre as dimensões que constituem a consciência política. Desta forma, uma dimensão pode se relacionar

com diversas questões expostas no roteiro utilizado (APÊNDICE C). Apesar desta ampla possibilidade de utilização das questões, estas são agrupadas de acordo com sua especificidade e pertinência em cada dimensão.

## 5 ENTRE O CONFLITO E O SENSO COMUM

Este capítulo visa apresentar os resultados da pesquisa. De um lado, têm-se os estudantes que participam de ações coletivas contra a corrupção e do outro, estudantes que não participam ou nunca participaram destas ações. Para facilitar a compreensão, estes serão denominados simplesmente de *estudantes que participam* (5.1) e *estudantes que não participam* (5.2). Vale lembrar, que os nomes citados são fictícios para preservar a identidade dos estudantes.

### 5.1 Estudantes que participam de ações coletivas contra a corrupção

Dos 11 estudantes entrevistados, 6 participam de ações coletivas de combate à corrupção no país. Dentre estes, 4 são do curso noturno (Neilan, Kevin, Enrico e Cloves) e 2 do matutino (Giancarlo e Jimeno). Neilan, Cloves, Giancarlo e Jimeno estão nos períodos finais do curso. Os estudantes do turno matutino não exercem atividade remunerada, enquanto os do turno noturno conciliam o curso com o trabalho. Os 6 estudantes estão na faixa etária entre 23 e 33 anos.

Pode-se dizer que estes estudantes tem uma consciência política de conflito (SANDOVAL, 1989). Isto porque mesmo desconfiando dos gestores públicos e da baixa eficácia política das ações coletivas contra a corrupção eles não deixam de participar. Sua participação é influenciada por um sentimento de *identidade coletiva*, aliada a *crenças, valores e expectativas sobre a sociedade*, em conjunto com o *interesse coletivo* de mostrar que são contra a corrupção, revelando *sentimentos com respeito aos adversários* bem definidos. Alegam já terem sido mais participativos e terem consciência que sua participação como cidadão é necessária, mas perderam de certo modo o desejo de ser mais participativo. Apresentam baixo sentimento de *eficácia política* e pouca conexão com as *metas e repertório de ações* dos movimentos de combate à corrupção no Brasil e consequentemente baixa *vontade de agir coletivamente*.

Estes estudantes revelam acentuado sentimento de *identidade coletiva*. Isto por que, expressam elevado sentimento de pertencimento a um grupo em que são unânimes

em expor sentimentos negativos acerca da corrupção no Brasil e os pontos negativos da profissão do Administrador mediante o mercado de trabalho. Nota-se certa heterogeneidade nos posicionamentos dos estudantes, evidenciando-se o que expõem Sandoval (2001) e Costa (2012) sobre esta dimensão. Segundo os autores esta dimensão está relacionada aos sentimentos de identificação e pertencimento social (SANDOVAL, 2001) e com o sentimento de solidariedade, que permite ao sujeito desenvolver laços sociais que possibilitam a criação do sentimento de coesão social (COSTA, 2012). Tal sentimento é revelado em relação ao orgulho da profissão ao ressaltarem aspectos positivos do curso, relacionados à aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades interpessoais.

Com exceção de Enrico, que alega ter entrado no curso apenas para ter um diploma de formação superior e que não se sentirá como um Administrador nem mesmo depois de formado, Neilan, Kevin, Cloves, Giancarlo e Jimeno se sentem Administradores. Todavia, estes estudantes destacam pontos negativos da profissão do Administrador, como: “qualquer um pode ser administrador no Brasil” (Neilan); “a administração tem um certo estigma de ser a profissão de quem não sabia o que escolher...e entrou...pra fazer uma faculdade, pra pegar um diploma” (Jimeno); “como se a administração fosse uma coisa que qualquer um pudesse fazer, independente do conhecimento científico” (Cloves); “Não há um administrador pra gerir realmente as atividades voltadas ao administrador” (Enrico).

Destaca-se que o Administrador é o profissional adequado a gerir todos os recursos de uma organização (GOHN, 2002). No entanto, ao observar-se a importância dos sentimentos emotivos na influência sobre as emoções e seus respectivos sentimentos (SANDOVAL, 2005), nota-se que os estudantes apresentam sentimentos emotivos relacionados à baixa autoestima e inferioridade em relação ao curso mediante o mercado de trabalho.

Apesar de destacarem aspectos negativos da profissão, revelam sentirem-se Administradores (exceto Enrico). Neilan aponta que se vê como um Administrador por que escolheu administrar e não é outro profissional que faz gestão, pois ele estuda pra fazer gestão e se empenha somente nisso. Jimeno argumenta que sabe lidar com pessoas e que o relacionamento interpessoal é muito importante para o



profissional Administrador, além de adorar a parte de organização da produção. Kevin revela que se vê como um Administrador, mesmo não tendo o título, por que possui competências diferentes das que tinha quando ingressou no curso. Giancarlo argumenta que se vê como Administrador apenas em alguns sentidos, pois não possui a prática e a considera muito importante. Já Cloves ainda não se vê completamente como um Administrador por que acha que ainda tem muito a aprender. O fato de Neilan, Jimeno, Kevin, Giancarlo e Cloves sentirem-se Administradores, revela o sentimento de solidariedade. Tal sentimento possibilita ao sujeito o desenvolvimento de laços sociais que influenciarão a criação do sentimento relativo à coesão social (COSTA, 2012). O único estudante que não se vê como um profissional Administrador, talvez nem mesmo depois de formado, é Enrico:

“só entrei no curso de Administração por que eu queria fazer um curso superior [...] até hoje eu ainda não me achei enquanto profissão. O conhecimento aqui adquirido me possibilita enxergar o mundo de uma forma muito melhor [...] me ver como administrador no futuro...de gestão...não ainda [...] me vejo muito mais como estudante de um curso superior. Nunca pensei e parei pra pensar assim, eu gerindo uma empresa, administrando uma empresa, isso não”.

Observa-se que apesar da maioria se sentir Administrador, mesmo não tendo a titulação, eles demonstram ter orgulho da profissão ao ressaltar aspectos positivos do curso. O mesmo não acontece com Enrico, que admite não se sentir um Administrador por que escolheu o curso apenas para ter uma formação superior. Isto acaba por ratificar a visão negativa do curso ser a opção de quem não sabia o que escolher e entrou somente pra pegar um diploma e se formar.

Os estudantes revelam sentimentos negativos enquanto cidadãos brasileiros. Neilan se sente lesionado e insatisfeito, mas acredita que não tem opção. Kevin se sente inerte, pois “vai pras mobilizações, vai pras ruas, mas não vê mudança”, uma vez que sempre há o início de um processo que parece nunca chegar à fase de amadurecimento. Enrico cita que há um sentimento de impunidade e que o judiciário é muito omissivo nas questões para com o povo. Giancarlo revela um sentimento de pessimismo e considera que seu nacionalismo está bem apagado. Jimeno e Cloves alegam que se sentem envergonhados citando escândalos envolvendo corrupção para justificar este sentimento. Tais sentimentos podem estar relacionados ao que expõe Moraes (2014). Para o autor a corrupção na política tem se tornado um tema

bastante recorrente nas mídias e como consequência, gerou descrédito da população em relação ao Estado, aos políticos e à administração pública.

Faz-se notório o sentimento de identidade coletiva nos estudantes. Tal sentimento fica aparente ao revelarem sentirem-se como Administradores, mesmo ainda não tendo concluído o curso e certa homogeneidade ao destacar pontos negativos da profissão e da nacionalidade. Importante destacar que os laços de identidade grupal constituem-se em importante elemento na construção social da realidade de cada indivíduo, em conjunto com suas *crenças*, e *valores sociais* (SANDOVAL & SILVA, 2016).

Considerando o exposto, os estudantes revelam suas *crenças*, *valores* e *expectativas sobre a sociedade*. Nesse sentido, acreditam que a corrupção ocorre geralmente no âmbito político e as práticas de combate devem ocorrer tanto no âmbito político quanto no empresarial. Acreditam que participar de protestos, petições e abaixo assinados contribui para combater a corrupção no país, mas que há descrédito nas lideranças. Jimeno e Enrico expressam certo conhecimento acerca da existência das dez medidas contra a corrupção e Neilan, Giancarlo e Cloves alegam que a corrupção empresarial é imposta pelos políticos. Percebem a graduação em Administração com potencial para gerar profissionais éticos, mas que o debate deveria ser mais rico no curso.

Face o exposto, as práticas mais comuns de corrupção apontadas pelos estudantes são: os subsídios de campanha, o caixa dois, desvios, corrupção passiva e corrupção ativa (Giancarlo); levar vantagem em algum negócio (Jimeno) e; o conflito de interesses e enriquecimento ilícito (Cloves). Kevin menciona que se for em grandes organizações as práticas mais comuns de corrupção estão relacionadas ao financeiro, mas se for em pequenas organizações são relacionadas ao favorecimento. Nota-se que os estudantes ratificam o que expõe Brei (1996). Para a autora, no ato corrupto sempre haverá ganho para o corruptor e para o corrupto e perdas para os outros. Neilan dá exemplos dentro de sua área de atuação (hospital), como pode-se observar no seguinte trecho de sua entrevista:

“[...] dentro da minha área, eu sei...trabalho na gestão de hospitais. Então...ah...a corrupção tá na...no momento da...das compras, né?! Quando você vai fazer uma licitação. Corrupção tá no momento que você...alguém indica um paciente pra ser internado...então...por que ele é conhecido, ou é favor de alguém, então ele não [repetiu] ele não respeita uma fila de atendimento. A corrupção tá no corporativismo ali da...das...classes que se ajudam...e...e...pro hospital que olham primeiro a vantagem deles antes de colocar o que realmente eles tinham que estar fazendo de responsabilidade”.

O exposto por Neilan corrobora com o que aponta Brei (1996) sobre a corrupção. A autora afirma que os atos de corrupção podem ir de pequenos desvios de comportamento até o crime organizado. Nesse sentido, observa-se que um ambiente hospitalar, pode comportar diversas práticas de corrupção, que vão de atos mais simples, como dar preferência a um paciente para ser internado em detrimento à fila de atendimento a atos mais complexos, como os processos envolvendo licitações.

Dentre as práticas de combate à corrupção apontadas pelos estudantes estão a auditoria e a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI (Neilan); a gestão mais consciente que visa o lucro, mas não o lucro a qualquer preço (Enrico); o monitoramento e dar visibilidade aos gastos (Kevin). Ressalta-se que as CPIs têm sido utilizadas na fiscalização e apuração de irregularidades e práticas de corrupção que envolva políticos eleitos e funcionários públicos (PEREIRA, 2005). Neilan aponta que o combate à corrupção na área da saúde não é algo muito comum e Jimeno cita as dez medidas de combate à corrupção do Ministério Público Federal, mas sem lembrar ao certo, assim como Enrico, conforme pode-se observar nos trechos a seguir:

“[...] teve os...os dez...dez alguma coisa de combate à corrupção[...] eu...assinei esse abaixo assinado, mas...fora isso, eu não saberia dizer [...]” (JIMENO)

“[...] algumas coisas é...se...é...a gente vê divulgando, né?! [...] é...o Ministério Público...os movimentos é...do...daquele de combate à corrupção [...]” (ENRICO)

Importante ressaltar que, para que se desenvolva e implemente mecanismos de conscientização de ética e conduta, faz-se necessário, a clara definição do que seja corrupção e dos meios para combatê-la (PUMAR, 2014). Portanto, os estudantes

aparentam ter certa clareza quanto a estes aspectos e sobre a importância da participação social.

Nesse contexto, acreditam que a participação da sociedade nos movimentos anticorrupção pode ter um papel fundamental no combate à corrupção no Brasil. Entretanto, citam ressalvas. Dentre estas, Neilan e Enrico apontam que:

“[...] isso dá o [repetiu] dá o entendimento leve de que a sociedade...é contra a corrupção [...] Mesmo que a sociedade seja corrupta [...] por que a corrupção nasce na sociedade [...] isso é bom pra...de algum modo acho que isso vai ter um efeito positivo num futuro um pouco distante, mas vai ter.” (NEILAN)

“se um representante nosso tiver consciência [...] eu acho que os caras tem consciência, que vai se fazer e a população não vai correr atrás [...] como você vê, o [nome do político]. Eu acho um absurdo esse cara, depois de tudo que foi falado dele e gravado, o cara tá até hoje e você vai fazer uma greve e a população não vai pra rua. Você vai debater com algumas pessoas...as pessoas acha o idealismo partidário maior do que a causa [...] a população tem que reagir [...] mostrar [...] que é contra”. (ENRICO)

Neilan entende que apesar da sociedade ser corrupta, deve-se lutar contra a corrupção. Seu argumento corrobora com o que apontam Pumar (2014) e Leite (1987). Pumar (2014) afirma que a corrupção é um fenômeno social causador de amplo efeito econômico sobre a sociedade. Leite (1987) alega que ao se deixar de reagir pelo menos às formas mais acentuadas, concorre-se para inflar a impunidade. Nota-se que o estudante apesar de considerar-se corrupto (pois é parte da sociedade) não deixa de reagir em oposição à corrupção, pois sabe que isso trará algum resultado positivo, mesmo que não seja imediato. Já Enrico demonstra revolta ao argumentar sobre o político acusado de corrupção.

Para Giancarlo a participação da sociedade neste tipo de movimento pode ter um papel fundamental no combate a corrupção, mas que “o pessoal tá muito dividido, muito sem foco e muito sem representação”. Enrico, por outro lado, afirma que a população tem um papel importante, mas que esta algumas vezes serve de empecilho determinados aspectos. Nesse sentido, argumenta que:

“Tem um papel! [...] se um representante nosso tiver consciência [...] eu acho que os caras tem consciência, que vai se fazer e a população não vai correr atrás [...] como você vê, o [nome do político]. Eu acho um absurdo esse cara, depois de tudo que foi falado dele e gravado, o cara tá até hoje e você vai fazer uma greve e a população não vai pra rua. Você vai debater

com algumas pessoas...as pessoas acha o idealismo partidário maior do que a causa [...] a população tem que reagir, mostrar que eles tem um papel mais de ir pra rua. Efetivo, de mostrar [...] que é contra [...]”.

Observa-se o aflorar de revolta ao alegar ser um absurdo o político acusado de corrupção, mesmo com provas contra ele, ainda continuar no cargo. Este fato condiz com o que expõe Filho (2001). Segundo o autor, os que detêm poder, constantemente obtêm meios de obstar a apuração dos fatos ou cercear o processo punitivo em função de contar com a solidariedade de seus “colegas”. O estudante revela ainda emoções de conflito e ressentimento ao apontar que ao fazer uma greve, a população não vai pra rua e que para algumas pessoas o idealismo partidário supera a causa. Além disso, argumenta que muitas pessoas estão preocupadas em fazer revoltas através de mídias sociais, mas que não levam adiante. Ficam apenas na revolta *on line* e na prática não tomam qualquer tipo de atitude. Isto corrobora com o que Coutinho (2002) expõe acerca do discurso envolvendo participação. Nesse sentido, para o autor, as pessoas estão interessadas em tecer um discurso sobre participação que de fato não se concretiza em suas ações, sendo que esta participação, quando ocorre, volta-se para formas limitadas e parciais. Já Kevin afirma que o papel da sociedade nos movimentos anticorrupção atualmente tem descrédito. Isto por que:

“Uma hora você tem de trocar as pessoas que tão à frente [...] cê tenta depositar sua confiança e sua fé num...em pessoas que podem mudar o cenário político [...] aí você vê que aquela figura ali é carta já [...] a figura só assumiu um novo papel, mas a história é a mesma.”

Nota-se que Kevin alega que quando há troca das lideranças, há a tentativa de acreditar em uma mudança. Mas, apesar disso, o estudante demonstra desesperança e incredulidade ao expor que não vale à pena depositar confiança e fé nas pessoas, pois a história se repete sempre e não há mudanças.

Giancarlo alega que participar de protestos, petições e abaixo assinados ajuda a formar um pensamento sobre a coisa e Cloves considera que o abaixo assinado pode abrir um processo dependendo da quantidade de pessoas que aderirem à causa. Já Enrico afirma que são os protestos de rua que podem trazer mudanças realmente. Por outro lado, Neilan, Kevin e Jimeno avaliam que contribuem, mas de forma mínima. Nesse sentido, Neilan argumenta:

“Numa proporção pequena [...] é um início [...] demonstra o interesse de mudar [...] ir pra rua com 100 mil pessoas não tem o mesmo poder que os 500 deputados pra fazer uma votação [...] eles se mobilizam e acabam às vezes indo em função da massa [...] a massa se movimenta e eles votam dentro do que a massa quer...alguns.”

Percebe-se a presença de inferioridade. Isto por que, segundo o estudante, a população, mesmo em maior número, não tem tanto poder quanto os deputados, por conta do voto parlamentar.

Deve-se atentar ao fato de que a ação coletiva pode ser uma extensão de significados e orientações que se desenvolve através das relações sociais (GAMSON, 1992) como oportunidade de mobilização que tem formas diversificadas e atinge variados níveis da sociedade (MARTINS, 2014). Portanto, os estudantes reconhecem que as diversas formas de ações coletivas, como protestos, petições e abaixo assinados, são essenciais para o combate à corrupção. No entanto, compreendem a extensão (ou poder) de seu alcance em relação a outros níveis da sociedade, como a classe política.

A essência da corruptibilidade tanto política quanto administrativa não está em transgredir a lei ou a norma, mas sim na ameaça à solidariedade social e na inversão da subordinação de interesses particulares aos gerais (BREI, 1996). Ante o exposto, Neilan acredita que os gestores das grandes organizações se envolvem em esquemas de corrupção porque são obrigados a se submeter à corrupção para se manter no mercado:

“às vezes você ser gestor de uma grande organização, pra você...pra organização existir [ênfase] por mais que sua índole seja certa, você é obrigado às vezes a se submeter à corrupção. Não é uma escolha [...] mas se ele não der aquilo, a empresa dele não vai pra frente, ele não vai conseguir trabalhar no Brasil. Ele vai quebrar, por que outra pessoa que vai topa aquilo, vai...vai...pegar o serviço. E infelizmente, eu não tô dizendo que eles não tem culpa, mas ser gestor no Brasil é se submeter a isso [...]”.

Verifica-se no relato de Neilan, o que aponta Pumar (2014). Nesse sentido, a autora alega que a corrupção quando sistêmica e não combatida, pode se impor como alto imposto a ser pago por empresários que queiram ter seus negócios viabilizados ou autorizados. O estudante revela calma e compreensão. A calma pode ser observada na forma como o estudante trata o assunto. Já a compreensão aflora na descrição

da situação dos gestores mediante a imposição da corrupção pelos políticos. Giancarlo também considera os políticos culpados pelos esquemas de corrupção. Nesse sentido, afirma que “o roubo é institucionalizado pra classe política e que se sente de mãos atadas onde a única coisa que consegue fazer é se sentir mal pela situação e esperar que a Polícia Federal prenda todos os corruptos”. Percebe-se a confiança na Polícia Federal como solução para os corruptos que estão soltos. A institucionalização do roubo pode ser configurada como a antinomia entre normas morais e prática social em que normas informais acabam por institucionalizar algumas práticas consideradas moralmente incorretas, mas que são cotidianamente toleradas (FILGUEIRAS, 2008).

Para Cloves é a ganancia e a vontade de vencer que faz com que os gestores sejam influenciados a se corromper. Nesse contexto, o “vencer” basicamente significa ser bem sucedido financeiramente. Para Enrico isso acontece devido à cultura, como se pode observar no trecho de sua entrevista:

“Ah, por causa da cultura, né?! [...] no Brasil, a gente tá vendo essas grandes empresas, depois que teve esse prejuízo grande, depois que teve essas Operações da Lava Jato...não foi por que a empresa não tinha recursos, mas sim por uma má gestão, por falta de ética, de corrupção. E...essa corrupção, no Brasil, ela é gigantesca [...] e o engraçado é que falam, como se fosse algo normal [...] você ir lá, subornar a pessoa, sair...e ficar ileso. É como se fosse...uma prática, assim...normal, né?! Como se toda a sociedade aceitasse e pra funcionar, só funciona dessa forma.”

Enrico acredita que as organizações se corrompem pela má gestão de quem está à frente e não por falta ou escassez de recursos. Já Kevin alega que isso acontece por que a Operação Lava-jato decidiu ir atrás dos maiores e que a mídia opta por divulgar apenas os maiores casos e os que estiverem mais em evidência.

Ao se referir a emoções, destaca-se que há aquelas baseadas em concepções morais e cognitivas complexas. Estas emoções surgem do entendimento cognitivo complexo dos indivíduos em relação à sua consciência moral. Neste grupo estão presentes os sentimentos de compaixão e indignação. A compaixão transmite um sentimento complexo ligado ao lado cultural e a indignação reflete um choque moral (GOODWIN; JASPER; POLLETA, 2006). Nesse sentido, os estudantes afloram certa compaixão em relação aos empresários envolvidos em escândalos de corrupção e

indignação com os políticos. Portanto, a consciência moral destes estudantes pende em favor dos empresários e contra os políticos. No entanto, observa-se que a Lei 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, deve prevalecer em todo caso. Nesse sentido, há responsabilização objetiva da pessoa jurídica pelos atos de corrupção nas esferas civil e criminal (PUMAR, 2014).

Quase todos os estudantes concordam que a graduação em Administração contribui para formar profissionais éticos, com exceção de Jimeno. Para ele, o conhecimento adquirido não é o principal fator de contribuição no desenvolvimento da ética. Neilan acredita que quando se tem conhecimento, há como se proteger através das normas e leis. Giancarlo alega que o conhecimento torna a pessoa mais ética por que aumenta o seu poder de julgamento e; Enrico menciona que “o conhecimento faz você refletir mais sobre as coisas”. Já Cloves afirma que há disciplinas no curso que abordam a questão da ética, ao que Kevin concorda, mas alega que:

“ainda que...falte ainda...esse algo que melhore esse debate [...] acho que esse debate poderia ser mais suscitado nas salas [...] São poucas as disciplinas que...que conversam e trazem esse tema como transversal na...na...nos debates [...] Tem professores que optam muito mais pela teoria e outros que enveredam pela questão da prática.”

O único estudante que não concorda que o curso contribui para formar profissionais éticos é Jimeno. Para ele, a graduação não influencia em ser ético por que isso é uma questão de princípios e valores construídos fora do ambiente acadêmico:

“[...] acredito que não. Assim como qualquer outra...graduação não me [...] não iria interferir de forma efetiva á...na parte da ética, porque isso novamente [...] vem da família. São valores familiares [...] não podem ser ensinados. Cê pode até tentar coibir ações não éticas, mas [...] isso não vai impedir a pessoa de praticar sinistros, nem nada desse tipo.” (Jimeno)

Para este estudante a ética é construída no âmbito familiar e pode-se ensinar no ambiente acadêmico como coibir ações corruptas, mas que de fato, as ações serão escolha do sujeito. Portanto, para Jimeno, o ambiente acadêmico possibilita um ensino apenas superficial de conduta ética. Cabe salientar que os cursos matutino e noturno oferecem apenas uma disciplina obrigatória abordando o assunto da ética empresarial. Entretanto, é imperativo que a condução de atividades em qualquer



área de atuação, sejam pautadas por valores éticos e íntegros (ETHOS, 2009). Portanto, os conhecimentos acerca de ética adquiridos no curso, mesmo que considerados superficiais e dependentes de outros fatores (cultura, ambiente familiar, valores) são importantes, pois podem proporcionar um despertar de reflexões sobre o assunto.

Nota-se como as significações da realidade presentes nas *crenças e valores sociais* reveladas pelos estudantes os influencia a participar de ações coletivas contra a corrupção por creditarem que participar deste tipo de ação contribui para combatê-la. Vale ressaltar que esta dimensão relaciona-se aos valores e crenças que as pessoas produzem acerca de suas sociedades e suas relações de poder (SANDOVAL; SILVA, 2016). Portanto, os estudantes ao se verem como Administradores aparentam um laço identificatório com a categoria empresarial e assim revelam a *crença* de que os empresários são os corrompidos e que esses se submetem à corrupção por necessidade de manter-se no mercado.

Estes estudantes revelam ainda *interesses coletivos*. Vale ressaltar que esta dimensão encontra-se relacionada aos *frames* de protesto ou de oposição em sua relação com a identidade de grupo e de identificação de injustiças (KLANDERMANS, 1997; MANSBRIDGE, 2001). Assim, os estudantes (com exceção de Giancarlo) avaliam que há injustiça e parcialidade do MPF em relação aos partidos acusados de corrupção. Nesse sentido, Jimeno, Cloves, Enrico e Kevin alegam que há certo protecionismo a alguns partidos e “perseguição” ao Partido dos Trabalhadores - PT. Revelam ainda, não sentirem-se à vontade para discutir política com amigos ou familiares.

Sobre as medidas de combate à corrupção propostas pelo Ministério Público Federal, Neilan e Giancarlo não as conhece e não tem se informado sobre o assunto por não ter conhecimento da existência dessas medidas. Neilan menciona que nem sabe onde pode encontrar tal texto. A argumentação destes estudantes demonstra que o excesso de informações veiculadas diariamente pode confundi-los. Desta forma, a boa e necessária informação perde-se neste universo (DOWBOR, 2003). Já Jimeno, Cloves, Enrico e Kevin apontam ter tido algum tipo de contato com as referidas medidas. Inclusive, Jimeno alega ter assinado o abaixo assinado a favor

das medidas. Cloves revela ter lido o texto, mas não se lembra das medidas ao certo. Já Enrico e Kevin argumentam que:

“sei que o Ministério Público mandou pro Senado essas dez medidas e foram alteradas [...] uma até queriam colocar a culpa no...se o cara denunciar e não tiver certeza daquilo, se...o...o a pessoa...que denunciou o juiz, o MPF pode abrir um processo contra ele [...] Eu sei que existe! Mas exatamente o teor dela, eu não sei.” (ENRICO)

“Assim, eu já li [...] vi as campanhas que estavam veiculadas no *outdoor*, recebi mensagem, mas...de cabeça assim, se me perguntar, não. Eu lembro acho que da corrupção passiva. É...tornar crim... é...só do crime, é tornar inafiançável, eu acho, o crime de corrupção. Eu cheguei a ler [...] alguns embates em grupos de redes sociais, que tanto a medida tinha um lado positivo, que era tentar abraçar a causa da corrupção, como tinha também [...] enviesado pelo caminho político. (KEVIN)

Nota-se que os estudantes aparentam saber da existência das medidas por ter tido contato com as que foram amplamente divulgadas pela mídia causando polêmicas. É perceptível no discurso de Kevin a indecisão ao mencionar ter lido as medidas e acompanhado diversas discussões e mesmo assim, ainda não conseguir tecer um posicionamento sobre elas. Há de se destacar que as informações veiculadas pela mídia, acabam tendo como objetivo único fomentar escândalos políticos e, portanto, gera nos indivíduos pouco envolvimento com as informações que são veiculadas (FILGUEIRAS, 2011). Isto ocorreu com as medidas propostas pelo MPF e apenas as que causaram polêmica foram amplamente divulgadas pela mídia. Este fato pode ter gerado certo desestímulo nos indivíduos a se informar mais sobre o assunto.

Acerca da (in)justiça e (in)parcialidade do MPF mediante os partidos políticos acusados de corrupção, Neilan cita que os grandes empresários estão presos, fazendo delações e os políticos delatados não são presos, revelando um massacre dos empresários em comparação aos políticos. De acordo com Tanzi (1998), corromper-se indica o rompimento de código moral, social ou regra instituída. Assim, para que tal rompimento ocorra, faz-se necessário que haja algum tipo de compensação dos envolvidos. Tal compensação incorre no crime tipificado como suborno ou propina (TANZI, 1998). Portanto, tanto empresários quanto políticos acusados, tendo agido de maneira ativa ou passiva, concorrem para a ocorrência de tal crime e, portanto, ambos devem receber punição igualitária.

Para Jimeno há proteção dos partidos maiores e dos partidos de oposição (os que não fazem parte do PT). Já Cloves considera que no início da Operação Lava-jato havia a lógica de ter começado pelo PT por ser o partido que estava no poder. No entanto, com o passar do tempo, o partido continuou sendo “perseguido”, demonstrando um tipo de protecionismo em relação às siglas da “direita”. Enrico concorda parcialmente com o “protecionismo” citado por Jimeno e Cloves:

“não sou partidário, não sou filiado a nenhum partido, mas...hoje, você vê, igual o PMDB tá aí todo lascado, todo...e você não vê a punição que você viu nos outros partidos, entendeu?! Por coisas até menores, assim, cê viu no...não sei explicar o por que...não sei se por que a rede do PMDB ela...tá no poder há muito tempo, não é?! Não em um poder principal [...] mas ele tava sempre muito próximo do poder. Eu acho que ele construiu uma rede, tão bem construída pra poder fazer...pra apoiar essas coisa errada, que...ele vai se perpetuando [...]”. (ENRICO)

Enrico alega que a punição realmente não é igualitária para todos os partidos e que há o discurso de que “somos todos iguais, mas uns mais iguais do que outros”. Além disso, cita que há uma rede construída ao longo do tempo para apoiar e manter a corrupção. Nesse sentido, Kevin ratifica esta *crença* e afirma que no cenário político há um grupo muito forte que consegue conduzir os projetos que quiserem.

O único estudante que alega não saber se há justiça ou imparcialidade é Giancarlo. Para ele, há muitas peculiaridades em um julgamento político e não há como ter certeza de nada, pois este tipo de julgamento envolve uma série de fatores distintos dos julgamentos “comuns”. Nesse sentido, menciona os privilégios, como o foro privilegiado e o tribunal especial.

Giancarlo revela sentimentos de incapacidade e decepção. A incapacidade está no fato de não conseguir formar sua opinião a respeito de um assunto e mostrar-se confuso. Já a decepção emerge ao ver que os políticos parecem estar todos no mesmo barco e que nenhum deles presta. Fato este que é desencadeado em função da divulgação negativa da gestão pública despertando um processo de apatia política que decorre da baixa confiança nas instituições (FRIEDRICH; SBARDELOTTO, 2016).

Em geral, todos os estudantes afirmam já ter discutido política com membros da família ou amigos, mas não a ponto de gerar brigas ou rompimento de amizades. As argumentações de Cloves, Enrico e Neilan, demonstram que preferem não conversar sobre política com amigos que tem convicções muito fortes. Isso por que:

“acho que nunca tinha acontecido no Brasil essa polaridade que tá acontecendo agora, na política. Assim...sempre tinham pessoas que...aderiram um lado ou outro, um tipo de linha de pensamento ou outro, mas isso nunca separou pessoas do jeito que tá separando agora. Isso tá gerando um egoísmo muito...muito grande.” (Cloves)

Para os estudantes, as pessoas estão separadas por pólos de convicções políticas e isso costuma gerar discussões acaloradas que pode acarretar no rompimento de amizades. Por conta disso, preferem não discutir sobre o assunto. Neilan e Jimeno quando discutem política e observam que a discussão está se tornando mais intensa, acabam ficando quietos ou concordando com o outro. Isto para tentar não perder a amizade e manter uma convivência agradável. Jimeno e Giancarlo citam ainda, que ocupam espaços em que a tendência política seja semelhante à sua para evitar conflitos.

Nota-se que os *interesses coletivos* revelados pelos estudantes aparenta certa coesão. Nesse sentido percebe-se o que propõe Klandermans (1997) e Mansbridge (2001) sobre a identidade de grupo e identificação de injustiças. A identidade de grupo está no fato de apresentarem posicionamentos semelhantes em diversos questionamentos e as injustiças se relacionam ao tratamento dado pelo MPF aos partidos acusados de corrupção. Além disso, verifica-se certa politização destes estudantes. Vale destacar que a politização pressupõe ruptura da rotina cotidiana e inserção de reflexão racional e política ante as condições da vida diária (SANDOVAL, 1994). Portanto, os estudantes, apesar de se informarem sobre acontecimentos políticos e terem posicionamentos bem definidos, preferem não discutir com amigos ou familiares, visando não entrar em confronto.

Além do exposto, a participação em ações coletivas depende ainda do sentimento de *eficácia política*. Segundo Sandoval (2001) a dimensão *eficácia política* refere-se aos sentimentos do indivíduo sobre sua capacidade em intervir em dada situação política. Nesse sentido, Cloves, Neilan, Jimeno e Enrico demonstram baixo

sentimento de *eficácia política* em seus relatos. Isto por se sentirem desmotivados e incapazes de fazer algo à respeito da corrupção, deixando transparecer a raiva e o sentimento de injustiça. Além disso, Kevin, Giancarlo, Jimeno e Enrico não acreditam na eficácia do MPF em relação ao combate à corrupção no Brasil. Portanto, pode-se dizer os estudantes revelam diminuto sentimento de *eficácia política*. Isto por exporem o que aponta Silva (2002). Nesse sentido, há baixa percepção em relação ao poder de intervir em situações, que neste caso, envolvem corrupção. Segundo Hewstone (1989), as pessoas, ao crerem que as causas de um problema vão além de seus limites, tendem a reagir com conformismo e submissão.

Para Kevin, Giancarlo, Jimeno e Enrico o movimento anticorrupção proposto pelo MPF é ineficaz para combater a corrupção no Brasil. Isto por que:

“O movimento por si só acho que é ineficaz. Qualquer movimento por si só, qualquer bandeira é ineficaz, se não existir o comprometimento das instituições públicas e isso não só no Ministério Público, seria uma causa que outras instituições deveriam protagonizar, como as pessoas. Se as pessoas não conhecem ou se as pessoas não acompanham a ideia, certo?! Aquilo pra mim num...acho que o papel das pessoas é fundamental.”  
(KEVIN)

O relato de Kevin vai de encontro ao que é exposto no Source Book (2015), ou seja, para que haja eficiência no combate à corrupção é necessário que haja consciência e participação popular e a adoção de uma visão holística em que todos os atores e instituições se envolvam num processo de reforma ao combate à corrupção.

Para Giancarlo a proposta também é ineficaz por que parece não “sair do lugar” e que “tudo vai acabar em pizza”. Isto por que os cidadãos se tornaram céticos em relação à possibilidade de punição de políticos desonestos, após anos de abusos e impunidade (TREVISAN et al,2003). Para Jimeno, a ineficácia está no fato de que coibir ações não éticas pode funcionar somente até certo ponto, pois sempre existirão brechas. Já Enrico acredita que apesar de ser ineficaz, é um passo importante, mas que não é “a cartada final”.

Em contrapartida, para Neilan e Cloves as ações propostas pelo MPF são eficazes para combater a corrupção no Brasil. Neilan destaca que estas ações são um princípio para a mudança e o início de um longo processo. Cloves destaca que

qualquer medida contra a corrupção “já é uma pedra no sapato, por causar bloqueios”. Observa-se então, o otimismo e a confiança destes sujeitos em relação às propostas do MPF, por acreditar na capacidade deste órgão em modificar suas realidades ou mesmo a situação política do país.

Frente às ambições dos indivíduos em acumular riquezas, as ações corruptas tornaram-se elementos chave para os que querem obter vantagens oportunistas em certas situações (ARAÚJO, 2014). Portanto, faz-se necessário conscientizar a sociedade civil acerca dos custos provenientes das ações corruptas e desta forma, proteger-se para que instituições e mercado não sejam alvos vulneráveis (PEREIRA, 2005). Nesse contexto, os estudantes apontam algumas ações políticas como eficazes para superar a corrupção. Giancarlo e Cloves citam a reforma política. Jimeno e Enrico mencionam investimentos na educação política da população. Neilan e Kevin mencionam a transparência, seja ela na gestão ou no financeiro.

Destaca-se que qualquer reforma é algo de extrema complexidade, pois envolve a reavaliação de práticas e valores arraigados na sociedade. Além disso, não há um modelo instituído que contenha princípios e orientações capazes de se ajustar à capacidade política e institucional da realidade nacional. Portanto, para além de qualquer reforma, faz-se necessário incluir maior transparência na gestão do setor público e um amplo processo de conscientização da sociedade para que se alcancem mudanças em relação à cultura e à educação cidadã (PEREIRA, 2005).

Ao se falar em conscientização da sociedade, deve-se considerar o papel da mídia frente aos escândalos envolvendo corrupção. Isto por que, a mídia com seus variados traços ideológicos, em conjunto com as instituições sociais (família, escola, igreja e movimentos sociais), age como instrumento de mediação e construção de significados, com destacado papel no processo de formação da consciência política de indivíduos ou grupos (GANSO, 1992). Nesse sentido, os estudantes revelam reações variadas ante os escândalos envolvendo corrupção. Giancarlo e Kevin avaliam que há um certo desgaste neste tipo de notícia, pois estão sendo exploradas exaustivamente. Nota-se nos relatos sentimentos de saturação e desânimo. A saturação está no fato das notícias terem sido tão exploradas que se tornaram comuns. Já o desânimo aparece nos relatos que revelam a impunidade

dos acusados, como algo já esperado. Importante destacar que dentre as principais causas da corrupção encontra-se a impunidade (ARAÚJO, 2014; ABRAMO, 2004; ARGANDONA, 2005). Fato este que ocorre devido à consciência de falta de punição aos infratores que acarreta no despertar de interesse na prática visando à impunidade (GIL, 1999). Cloves aponta que este tipo de notícia tanto o motiva quanto o desmotiva:

“Acho que um pouco dos dois [...] você fica com vontade de fazer alguma coisa [...] mas quanto mais você faz, menos poder você vê que você tem [...] uma pessoa que tá numa posição como político, ele acaba tendo...muito mais poder de influência do que...uma quantidade enorme de pessoas civis.” (CLOVES)

Nota-se no relato de Cloves o sentimento de impotência ao comparar o poder de uma multidão ao de um único político. Neilan, Jimeno e Enrico concordam com Cloves. Neilan considera um absurdo estas notícias e isso o desmotiva. Acredita que a única ação que se sente capaz de realizar é ir pra rua protestar. Já Jimeno sente que deveria estar fazendo algo a respeito, mas que passou a ter certa descrença nos movimentos ao perceber que “não depende da gente”. Enrico revela que este tipo de notícia lhe causa indignação e revolta por observar que muitos envolvidos em corrupção ganham salários bastante elevados enquanto a população passa necessidade.

Percebe-se no relato dos estudantes a raiva em um primeiro momento ao apontar tais notícias como um absurdo, a descrença ao revelar que não acreditam nos movimentos de combate à corrupção ou em seu poder como cidadão e a injustiça ao considerar que não possuem o poder de voto dos políticos.

Ao observar-se que esta dimensão apoia-se na Teoria da Atribuição (SANDOVAL; SILVA, 2016), os indivíduos podem interpretar como causas dos acontecimentos o resultado de forças transcendentais, dos próprios indivíduos ou de outros indivíduos ou grupos (HEWSTONE, 1898). Assim, os *estudantes que participam* acreditam que a corrupção é um evento resultante das ações de grupos com poder político ou monetário que agem de forma ativa ou passiva. Importante destacar que de acordo com Hewstone (1898) quando os eventos que causam a situação de angústia social são causados por outros grupos que não o do indivíduo, este tende a acreditar na potencialidade de suas ações no combate à situação de angústia e assim na

promoção de mudança social. No entanto, isto não acontece com os estudantes. Isto por que se percebem com pouco poder de intervir em situações que envolvam corrupção. Este fato se dá em função dos grupos causadores de corrupção estarem além do alcance dos estudantes. Assim, os estudantes revelam seus sentimentos em relação a estes grupos.

Considerando o exposto, os estudantes expõem *sentimentos com respeito aos adversários*, onde revelam ter bem definido quem são os inimigos do combate à corrupção. Para Neilan e Kevin são os corruptos. Para Jimeno e Cloves são os corruptores e corrompidos. Para Giancarlo e Enrico são a classe política e a mídia. Neilan e Enrico criticam a presença de políticos notoriamente corruptos nos movimentos contra a corrupção, considerando-as ridículas. Jimeno acredita que isso desvirtua o movimento, enquanto Cloves, Giancarlo e Kevin alegam que não passa de marketing pessoal. Para Enrico, pode-se atestar que este tipo de político não tem escrúpulos. Para Jimeno, tal fato se configura numa total desvirtuação do movimento em si devido a inversão de valores. De acordo com Cloves e Neilan, esses políticos só estão preocupados em “limpar seus nomes”, não em lutar de fato contra a corrupção:

“Ele tá interessado em ter o nome dele...tirado do...da lista dos corruptos e corruptíveis pra...pra entrar na lista dos bonzinhos, vamos dizer assim...que tá tentando fazer alguma coisa pra mudar. Mas, acho que é só marketing, né?! Só marketing pessoal mesmo. Tentando aproveitar uma situação, entendeu?!” (CLOVES)

“aquele movimento que teve aqui em [...] na época da ponte, aquela coisa toda...os político descia da Assembleia pra tirar foto ali embaixo, no meio da...no meio do povo, entendeu?! Cercado de...de assessor, porque eles não podiam ir, se não iam apanhar do povo né?! Mas cada assessor ali fazendo foto ali e partiam lá pra cima de novo. Ridículo! Vários, que eu não vou falar o nome...” (NEILAN)

Observa-se que os estudantes consideram que participar dessas ações é um tipo de marketing pessoal utilizado por esses políticos para passar a imagem de que são a favor das reivindicações sociais. Isto coincide com os argumentos de Giancarlo, pois alega que os políticos têm que fazer a propaganda deles e seu marketing pessoal por que esse é o trabalho deles. No entanto, salienta que cabe ao povo julgar e ao próprio político ter bom senso. Para Kevin, este tipo de ação é vista como hipocrisia e destaca que esses políticos estão ali claramente protagonizando uma ação que



será divulgada como um recorte utilizado pelas empresas de comunicação para vender uma imagem.

Os inimigos dos movimentos ou ações coletivas de combate à corrupção apontados pelos estudantes são elencados no Quadro 17:

Quadro 17 – Inimigos dos movimentos de combate a corrupção

<b>Estudante</b>	<b>Resposta</b>
Neilan/Kevin	Os corruptos.
Jimeno/Cloves	Corruptores e corrompidos.
Giancarlo/Enrico	A classe política e a mídia

Fonte: Elaboração própria.

Para Neilan e Kevin, são os corruptos, independente do patamar de corrupção, pois estes podem ser feirantes, atendentes de hospital ou mesmo políticos, que almejam benefícios que não estão previstos em lei, com o intuito de se destacar no mercado. Observa-se que a corrupção referida pelos estudantes consiste naquela apontada por Schilling (1999). Para o autor, a corrupção consiste em trocas entre o detentor de poder de decisão e o detentor de poder econômico, objetivando a obtenção de vantagens ilícitas (SCHILLING, 1999). Para Jimeno e Cloves, os inimigos são os corruptos e as pessoas que se corrompem, pois estes tendem a ter uma linha de pensamento de que a corrupção é quem faz o país avançar. Tal referência condiz com o passado em que a corrupção do tipo suborno era vista como positiva em relação à eficiência da economia, pois serviria para agilizar os processos burocráticos, evitando assim a demora ao acesso a serviços públicos, aumentando a produtividade dos empregados (HUNTINGTON, 1968).

Para Giancarlo e Enrico os inimigos são toda a classe política, pois buscam de alguma forma atrapalhar o processo. Além disso, apontam a mídia. Esta é considerada inimiga por mostrar apenas os pontos ruins causados pelas ações coletivas. Como exemplo, Giancarlo cita um episódio que presenciou durante uma manifestação em que uma pessoa foi atingida por uma bala de borracha e teve sua perna ferida:

“[...] em nenhuma das mídias saiu que um manifestante foi ferido [...] saiu que manifestante bloqueou pista [...] impediu a população de ir e vim [...] que manifestante quebrou vidraça... saiu um monte de coisa que justificava a ação da polícia pra tirar o pessoal da rua. Mas, em nenhum momento saiu...o que eles estavam buscando, por que que eles estavam lutando. Então, eu acho que [...] ela se articula pra poder minar, pra poder continuar é...na mídia aí, pra continuar no poder.” (GIANCARLO)

Giancarlo demonstra chateação e ressentimento ao avaliar que a mídia só veicula os pontos negativos dos protestos e que os políticos se escondem por trás destas notícias, a fim de desmobilizar a população e continuar no poder.

Fica aparente no discurso dos *estudantes que participam* o que propõem Sandoval e Silva (2016) sobre esta dimensão. Para os autores, esta dimensão está relacionada ao confronto entre os interesses simbólicos e materiais do indivíduo em oposição aos de outros grupos. Portanto, os estudantes revelam ter clareza sobre quem são os opositores do combate à corrupção no país. Vale destacar que segundo Sandoval (2001), se não houver o delineamento de um adversário concreto fica impossível sensibilizar indivíduos a agirem ou coordenar ações contra um propósito específico. Desta forma, os estudantes manifestam ter visibilidade contra quem deve ser as ações de combate à corrupção e demonstram oposição a estes ao não se inserirem como corruptos ou corrompidos.

Consonante ao exposto, os estudantes avaliam as *metas e repertório de ações* dos movimentos de combate à corrupção como não compatíveis com seus interesses. Isto por que consideram tanto os movimentos como sua própria participação como cidadãos ineficazes. Portanto, apresentam certa incompatibilidade em relação às *metas e repertório de ações*. Além disso, não acreditam nem mesmo nas notícias que são veiculadas pela mídia sobre corrupção. A confiança, tanto nos movimentos, quanto nos veículos de comunicação mostra-se abalada.

Em relação às *metas e ações* de combate à corrupção do MBL e #Vem pra rua quase todos os estudantes manifestam que não as conhecem. A única exceção foi Neilan. Este argumenta ter lido, mas que isso foi na época dos protestos de 2013 e não lembra atualmente quais são as metas ou ações desses movimentos. Entretanto, considera que esses movimentos têm poderes diferentes. Isto, por que MBL e #Vem pra rua, tem o poder de movimentar a população a se indignar e ir pra

rua e o MPF tem o poder de fazer investigações e prisões. No entanto, acredita que o MPF é mais efetivo para combater a corrupção que os outros movimentos.

Destaca-se que é fundamental que as propostas de ações de cunho coletivo objetivadas pelo movimento social se insiram nas expectativas dos sujeitos (Silva, 2006). Todavia, Neilan, Cloves, Giancarlo, Jimeno, Kevin e Enrico revelam nunca terem lido nada a respeito de nenhum dos referidos movimentos. Giancarlo porque não gosta muito destes movimentos porque não parece que eles tem um discurso sólido ou alguma força. Jimeno por acreditar que todos esses movimentos são ineficazes, inclusive o do MPF. Kevin também aponta a ineficácia desses movimentos, mas alega que tal ineficácia se dá em função das pessoas que estão por trás destes grupos, manipulando-os. Já Enrico aponta que:

“Elas tem um apelo popular muito grande [...] mas são totalmente partidários [...] o MBL [...] e...o Vem pra rua cê vê que quando o governo que tava lá era um governo de esquerda, eles tavam muito ativos, muito na mídia [...] o governo de esquerda caiu, assumiu um de direita, que o Temer é um cara muito de direita. Corrupção pra tudo quanto é lado e os cara tão quieto [...] O Ministério Público, é...por mais que você veja que não é...não só, o tratamento não é igual, mas eu acho que eles conseguem ainda, dar uma disfarçada melhor.”

Para Enrico, apesar do MBL e #Vem pra rua ter um grande apelo popular eles são movimentos partidários. Já o MPF, apesar de não adotar tratamentos igualitários, consegue disfarçar melhor suas falhas.

Sobre as lideranças ressalta-se que as emoções tem importante papel no estímulo à participação dos indivíduos nos movimentos sociais. As emoções exibidas por membros ou líderes dos movimentos podem estimular ou desestimular a participação. Portanto, membros de movimentos podem montar estratégias acerca dos tipos de emoções que serão exibidas, a fim de estimular a adesão dos indivíduos ao movimento (SANDOVAL; SILVA, 2016).

Em relação às tentativas de emendas às medidas propostas pelo MPF, Neilan, Enrico e Cloves relatam:

“os juízes, eles precisam de ter poder, mas eles não são soberanos [...] na gestão pública ninguém pode estar sobre ninguém...então, tem que ter um

patamar ali de igualdade de algum modo [...] dar um pouco de limites pra eles também e um pouco de fiscalização pros juízes” (NEILAN)

“O cara fica acuado de não poder denunciar o que ele denuncia pra ser investigado [...] A denúncia não é condenação. É você levantar suspeita [...] tem que ser fundamentada, certinha. Se o papel da pessoa é investigar e denunciar, ele não tá condenando, ele tá denunciando”. (ENRICO)

“Eu penso que foram...o...a ação correta foi não incluir essas duas medidas, por que os políticos estavam tentando se proteger exatamente jogando o...a...culpa, [ênfase] a possível culpa pro juiz ou promotor né?! Então, assim...eles iam ficar com medo de tentar acusar algum político.” (CLOVES)

Enquanto Neilan demonstra ser a favor de tal emenda por acreditar que os juízes e promotores precisam ser equiparados aos demais membros da gestão pública, Enrico acredita que tal proposta serviria apenas para causar medo em denunciar a corrupção. Já para Giancarlo e Cloves, tal emenda é um absurdo, pois estas foram uma tentativa dos políticos de se livrar das acusações. Kevin acredita que isso foi apenas mais uma jogada da mídia dando visibilidade apenas às emendas polêmicas, fazendo o recorte que lhe interessava. Isto porque as notícias e escândalos contam apenas com a percepção selecionada e elaborada pela reportagem (FRIEDRICH, SBARDELOTTO, 2016) e todos os modelos democráticos sujeitam-se a alguma forma de manipulação ideológica, através da mídia (MARTÍ, 2006).

Em relação à previsão de anistia a crime de caixa dois todos os estudantes que participam concordam que tal emenda deveria ficar fora das propostas. Enrico expõe que:

“você vê com...como é grande o escrúpulo dessa corja que tá aí hoje [...] nos gerindo [...] o caixa dois, ele é fundo de corrupção [ênfase] isso é fato! Todo mundo...como é que você vai anistiar corrupção? Assim, é um troço impensável. Então assim, que...que [risos] onde...você, assim, a sociedade tá vendo as delações...que a corrupção, ela é voltada pros partidos das legislações entendeu?! [...] Como que você vai anistiar isso? Você vai tá anistiando a corrupção, entendeu?! Você vai tá dando dinheiro pra eles de uma forma...de uma forma legal.” (ENRICO)

Observa-se no relato de Enrico a calma, bom-humor, coerência e incredulidade. Calma ao tratar de um assunto sério e também bom-humor ao rir da situação. Além disso, pode-se observar a coerência no seu relato quando afirma que isso dará

legalidade à uma ação notoriamente corrupta. Pode-se notar ainda, que há incredulidade quando afirma não acreditar que a sociedade poderia anistiar tal ação.

A percepção da corrupção pela sociedade pode ser avaliada como um tipo de manifestação do que é noticiado pela mídia. Assim, quanto maior for a propagação dos casos envolvendo escândalos de corrupção, maior será a percepção dos indivíduos sobre os caminhos obscuros que corrompem as fronteiras éticas e morais (ARAÚJO, 2014). Portanto, ao avaliar o papel da mídia nos escândalos de corrupção, esses estudantes demonstram posicionamentos negativos.

Para Giancarlo, Neilan e Cloves, a mídia aparenta não estar transmitindo informações corretas e com imparcialidade, conforme se pode observar nos trechos a seguir:

“por exemplo, quando quiseram renunciar a Dilma, fizeram uma...uma campanha enorme para a renúncia. E agora, pro Temer...é...tentaram esconder ao máximo o...a participação do Temer em escândalos e...até um momento que...já não era vantajoso defender o Temer. Por isso, ela voltou a...a Globo voltou a...a...atacar o Temer e...jogar a opinião pública do...contra os políticos, né?! E até o momento que era interessante, ela se manteve do lado dos políticos.” (GIANCARLO)

“se você for mudar de canal, assistindo outros jornais, eles dão as mesmas notícias de formas diferentes, é de acordo com quem é o canal que tá falando [...] Por que o canal ele tem acordos com os partidos e com os órgãos [...] pra você ter a plena certeza do que aconteceu, você tem que ler todas as mídias, pra você entender o...fazer sua opinião [...] as mídias tem donos e esses donos são poderosos e muitas vezes são poderosos da política.” (NEILAN)

“a mídia, como formadora de opinião, acaba...talvez, eu não sei realmente, se está escolhendo um lado em determinada ocasião, se está escolhendo outro lado em outra ocasião também. Mas, acho que no começo também, foi uma ação muito...vamo derrubar PT, Vamo derrubar PT. Mas agora acho...que estão saindo várias informações corretas sobre...sobre outros partidos também. Acho que tá um pouco mais neutro agora, passado tempos.” (CLOVES)

Percebe-se que a confiança de Giancarlo foi abalada. Ele não consegue acreditar no que a mídia veicula, pois foram despertadas em si, a desconfiança e a descrença por acreditar que o jornal transmite as informações de acordo com sua ideologia e assim, selecionam o que deve ser divulgado e o que deve ser “ocultado”. Neilan manifesta coerência, compreensão e conformismo. A coerência justifica-se pelo fato

de apontar os motivos pelos quais os canais adotam posicionamentos diferentes e a compreensão reside em observar de forma clara o que se passa e buscar se informar de maneira variada. Cloves demonstra incapacidade e confiança. A incapacidade está no fato de não conseguir avaliar se há a escolha de posicionamentos diversos pela mídia. Já a confiança se revela em acreditar que as informações passaram a ser transmitidas de forma correta e neutra. Vale destacar que a mídia pode constituir-se de um espaço pouco democrático, de modo que parte considerável das informações veiculadas disfarcem ideologias e outros interesses ocultos (FRIEDRICH; SBARDELOTTO, 2016). Assim, descrédito e desconfiança nas informações veiculadas são consequência disto.

Em contrapartida, Kevin julga que a mídia explora exaustivamente os escândalos de corrupção e que não há diversificação das pautas. Aponta ainda, que a mídia não mostra as medidas que deveriam ser tomadas, nem algum caso de sucesso ou “alguém lutando contra”. Observa-se que no relato de Kevin desgaste e saturação. Já Enrico acredita que a mídia é parcial e que esta informa grande parte da população, pois a “massa” tem acesso ao que ela informa, mas deveria declarar sua orientação partidária, como acontece em outros países.

O posicionamento dos estudantes sobre o papel da mídia nos escândalos de corrupção ratifica o que Ganson (1992) diz sobre o papel da mídia na construção da consciência política. Segundo o autor, a mídia, em conjunto com as instituições sociais, exerce um papel acentuado na construção da consciência dos indivíduos. Isto por que através de suas múltiplas facetas ideológicas, pode servir de instrumento para mediar a construção de tal processo (GANSO, 1992). Aliado a isto, tem-se o papel que as *metas e ações do movimento social* exercem sobre os estudantes.

Segundo Sandoval e Silva (2016), as *metas e ações do movimento social* relacionam-se à correspondência entre os propósitos do movimento, as táticas de ação deste e os sentimentos de eficácia política, de injustiça e interesses do indivíduo. Nesse contexto, os estudantes revelam que as metas e ações de combate à corrupção dos movimentos MBL, #Vempruarua e MPF não são compatíveis com seus interesses e consideram tanto os movimentos como sua própria participação

como cidadãos ineficazes para combater a corrupção no país. Estes fatores os levam a uma diminuição na *vontade de agir coletivamente*.

Ao considerar que a participação em ações coletivas envolve alguns aspectos, como a manutenção da lealdade, custos ou perdas e riscos físicos envolvidos neste processo (KLANDERMANS, 1992), os estudantes revelam diminuta *vontade de agir coletivamente*. Isto se dá devido ao medo da violência que permeia essas ações e pela falta de tempo. Outro fator que contribui para a diminuição da vontade de participar coletivamente é o sentimento de diminuta *eficácia política* de suas participações nessas ações. Importante destacar que Giancarlo, Cloves, Enrico e Kevin, alegam que o desejo em participar de ações coletivas contra a corrupção é influenciado pelo curso. No entanto, mesmo sendo *estudantes que participam*, demonstram que o desejo em participar de tais ações tem sofrido certo abalo (Neilan, Cloves e Giancarlo). Portanto, pela lógica, há de se considerar que o curso pode gerar certa motivação nos estudantes em relação à participação nas referidas ações.

Sobre a participação em algum movimento, protesto, abaixo assinado (*on line* ou presencial) contra a corrupção, os posicionamentos estão expostos no Quadro 18:

Quadro 18 – Participação em movimento, protesto, abaixo assinado contra a corrupção

<b>Estudante</b>	<b>Resposta</b>
Neilan / Cloves/ Giancarlo	Participaram de protestos e já foram mais ativos.
Jimeno	Participou assinando as dez medidas contra a corrupção.
Enrico / Kevin	Assinaram abaixo assinados presenciais e <i>on line</i> .

Fonte: Elaboração própria.

Neilan afirma já ter participado bastante de ações coletivas contra a corrupção. Dentre estas ações, argumenta que assinou diversos abaixo assinados, mesmo ressaltando que eles parecem não ter validade. Entretanto, revela que gosta de participar para dar volume e mostrar que a população está interessada. Acredita ainda, que isso e votar de forma consciente é o máximo que pode fazer. No relato do

estudante verifica-se a decepção e o conformismo. Neilan parece decepcionado com os abaixo assinados ao dizer que estes aparentam não ter validade. O conformismo se apresenta no ato de continuar a assinar os abaixo assinados mesmo que eles não alcancem suas expectativas ou os frutos desejados.

Giancarlo argumenta que já foi mais ativo, mas hoje em dia não participa mais tanto quanto participava. Quando questionado por que isso acontece, a justificativa engloba as tarefas cotidianas que precisa executar e com isso a falta de tempo. Cloves utiliza-se de argumentação semelhante a Giancarlo para justificar a diminuição de sua participação. No entanto, aponta que sempre que recebe algum convite para participar de alguma destas ações de forma *on line*, dependendo do assunto, acaba aceitando. Esta forma de participação, por ser cômoda e rápida, acaba por sanar alguns dos fatores que podem levar a não participação em ações coletivas, como os processos fatigantes, a inconsistência da participação, a falta de disponibilidade (tempo) e a incompreensão dos processos (FUENTE, 2010).

Jimeno aponta ter participado apenas do abaixo assinado das dez medidas contra a corrupção. Já Enrico alega ter participado de ações contra a corrupção de forma presencial e *on line* e faz um desabafo:

“eu não vejo outra forma da população chamar atenção, sem um protesto [...] sem você ir pra rua, sem você interditar uma via. Causa transtorno em muita gente? Causa! Aí se essa muita gente que causa transtorno, se elas tivessem uma consciência de um coletivo, melhor [...] falta, no nosso povo uma consciência de...de sociedade, uma consciência de coletivo, uma consciência de sair do seu mundo e ver que a...a sociedade a sua volta é maior que você [...] no Brasil se perdeu muito isso [...]”. (ENRICO)

Enrico argumenta que talvez a população tenha medo de participar de manifestações coletivas por conta da violência com a qual os manifestantes são expostos. Nesse sentido, afirma que dá medo de ir para este tipo de ação desarmado, quando se vê que do outro lado está a tropa de choque “com tudo e mais um pouco”. Nesse contexto, Enrico expõe que se sente vulnerável e que esta é uma forma da “máquina do Estado inibir qualquer atuação da sociedade”. A participação em movimentos sociais podem provocar emoções que caracterizem a experiência do “viver” o movimento social (JASPER, 1997). Desapontamento e injustiça aparecem no relato de Enrico. O desapontamento se dá em relação à população que é apresentada como egoísta e que ao invés de participar, só olha o



lado ruim dos protestos. Para Dobel (1976), pessoas egoístas são extremamente suscetíveis a atos que envolvam corrupção moral, por haver perda na capacidade de lealdade e compromissos de forma desinteressada e que leve em conta o bem comum. Já a injustiça pode ser percebida no fato de apenas um lado ser indicado como o detentor da força armada e das decisões, que acaba gerando uma “luta de desiguais”.

Kevin revela que costuma assinar abaixo assinados *on line*, mas que isso depende muito de quem envia a solicitação e de qual o pedido (ou apelo) que está sendo feito. Nota-se que a *internet* mostra-se como uma importante ferramenta para o alargamento do espaço público e para a transformação da natureza da democracia, tendo destaque na mobilização das massas via redes sociais (CARDON, 2012). O estudante aponta ainda, já ter participado de abaixo assinado presencial no âmbito estadual, ao qual destaca ser mais participativo. Isto por que:

“[...] como eu faço parte da associação, isso me liga muito ao sindicato, que é...que é...combativo [...] à corrupção no governo do estado. É...é uma luta bastante política, né?! [...] embora exista um sindicato, né?! E tenha a decisão de ser apartidário, ele acaba tendo [...] um jogo político com quem tá a frente ali [...] dirigindo a instituição. Mas...é sempre contra a figura do [nome do governador]. E é a figura que eu também não deposito crédito. Tanto pelas promessas, como pelo projeto que ele apresentou [...]”. (KEVIN)

Kevin manifesta descrença e raiva. Sentimentos possuem importante papel na formação da consciência política (SANDOVAL; SILVA, 2016). A descrença aparece na figura do governador de seu estado que é citado como alguém em quem Kevin não deposita “crédito”. Já a raiva pode ser identificada na declaração de que há um jogo político e midiático que protege o político de ser alvo das campanhas contra a corrupção que ocorrem no estado. Ele considera que o referido governador é corrupto, mas que ainda assim, não é alvo de investigações por se encontrar “protegido”. Nota-se haver incidência do que aponta Gronbeck (1989). Nesse sentido, observa-se certo espectro de patologia política influenciando atos e intenções que podem violar as expectativas ideológico-culturais do sistema político.

Em relação à influência do curso ou de familiares e amigos sobre a *vontade de participar* de movimentos ou ações coletivas de combate à corrupção, os estudantes expõem os seguintes posicionamentos:

Quadro 19 – Influência da graduação ou grupos na vontade de participar em ações coletivas contra a corrupção

<b>Estudante</b>	<b>Influência da graduação</b>	<b>Influência da família ou outros grupos</b>
Neilan	Não.	Sim.
Jimeno	Não.	Não.
Giancarlo	Sim.	Não.
Cloves	Sim.	A Mãe e a professora (não especificou de qual disciplina).
Enrico	Sim.	Acredita ser influenciado de todos os lados.
Kevin	Sim.	As amizades, os professores e os colegas de trabalho.

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que apenas dois estudantes alegam não ser influenciados pelo curso (Neilan e Jimeno) e por familiares ou outros grupos (Jimeno e Giancarlo). Neilan aponta não ser influenciado pelo curso porque a Administração “está na área do seu profissional” e a corrupção é algo de índole e que uma coisa não influencia a outra. Neilan menciona que quando lida com pessoas corretas, isto o inspira a também agir de maneira correta e cita como exemplo, um acontecimento ocorrido no hospital onde trabalha. Sua avó estava internada e uma pessoa próxima quis subornar uma enfermeira para dar tratamento personalizado à ela, mas a enfermeira não aceitou o suborno. O exemplo demonstra a tentativa de cometer uma corrupção imprópria. Este tipo de corrupção ocorre quando o ato funcional influenciado pelo autor é lícito (COSTA, 2010), onde o que ocorre, é a compra de um benefício legalmente previsto (internação hospitalar), e o que se compra (suborno) é a agilidade sobre outros interessados (BREI, 1996). Jimeno também alega que seu curso de graduação não o influencia neste aspecto. No entanto, ao contrário de Neilan, alega não ser influenciado por ninguém, pois segundo ele, as pessoas com quem convive são muito pacatas.

Em contraponto, Giancarlo acredita que o curso o influencia e que essa influência se dá devido ao curso possibilitar um vasto aprendizado acerca do assunto. Em relação à influência de familiares ou outros grupos parece ser contraditório, pois alega num

primeiro momento não ser influenciado por ninguém e num segundo momento ser influenciado por muitos fatores, como pode ser observado no trecho a seguir:

“Não. Isso aí, a maioria das vezes vem de mim pras outras pessoas [...] Então, eu acho que nada me influencia muito não, só as coisas que eu leio...as coisas que eu leio em geral [...] Na verdade, acho que muita coisa me influencia, mas nada me influencia tão fortemente, entendeu?! Até por que eu sou bem com a mente aberta, assim pra buscar assim...pra política, pode colocar quase qualquer discurso assim, que eu não me importo.”

Além de contradição percebe-se que há apatia em sua argumentação. A apatia é revelada no último trecho, onde diz não se importar com os discursos expostos sobre política. Já Cloves acredita que o curso o influencia por proporcionar uma vasta gama de informações “sobre como as coisas acontecem” o que o leva a ter um posicionamento mais crítico. Para ele, a participação da sociedade na política não pode ser somente no dia da eleição e que a sociedade tem o direito de cobrar o que o político eleito está fazendo e o dever de fiscalizar suas ações. Esta afirmativa corrobora com o que expõe Leal (2013). Para o autor, a sociedade tem o dever de participação no governo e nos assuntos de interesse público junto ao Estado não somente através do voto. Em relação à influência de familiares ou outros grupos, revela que suas grandes influenciadoras são sua mãe e sua professora (que não especificou).

Enrico aponta afirmativamente para a influência do curso em sua vontade de participar de ações coletivas contra a corrupção. Para ele, o curso o ajuda a entender melhor o funcionamento das coisas e expõe certo sentimento de orgulho ao tratar de pontos positivos do curso. Quando questionado se alguém o influencia, cita ser influenciado superficialmente pelo ambiente e pessoas que o cercam e expõe como exemplo, uma situação que ocorre em seu ambiente de trabalho:

“No meu trabalho tem dois gestores muito próximos a mim. E aonde que eu aprendi muito é...a ser crítico. Um é direita, outro esquerda. Mas assim, os dois conversa, se respeita e cada um explica um ponto pro outro, debate e tal...e a gente aprende [...] eu pensava que num era assim, eu tinha um outro entendimento mais superficial sobre isso. Essas influencias... Os grupos que você permeia, eles te permeiam.” (ENRICO)

O estudante afirma que aprende bastante com esta interação. Isto se deve a possibilidade de observar tal discussão gerando curiosidade nele em pesquisar mais sobre o assunto debatido e analisar quem estava com a razão. Salienta-se que as

emoções são consequências das experiências, pois estas emergem das experimentações vividas pelo indivíduo, que de uma forma biopsicológica é capaz de marcar tais experiências na memória deste indivíduo (SANDOVAL, 2001). Portanto, a interação que ocorre entre seus colegas de trabalho o influencia a observar e respeitar pontos de vista divergentes. Observa-se em seu relato compreensão e coerência. Isto porque demonstra compreender que não está isento de sofrer a influência do meio ao qual está inserido ao expor um exemplo coerente com seu argumento.

Ao analisar o posicionamento dos estudantes ante os questionamentos expostos, pode-se confrontar com o que expõem Sandoval e Silva (2016) sobre esta dimensão. Para os autores, a *vontade de agir coletivamente* está relacionada à percepção que o indivíduo tem sobre as condições institucionais e circunstanciais para sua participação. Portanto, nota-se que os estudantes revelam diminuta vontade de participar de ações coletivas contra a corrupção. Este fato se dá devido às condições em que as ações coletivas acontecem. Nesse sentido, há o medo da violência que permeia essas ações e a falta de tempo.

Além do exposto, deve-se levar em conta, ainda o fator corrupção e como ele é interpretado pelos estudantes, já que, uma prática para ser considerada corrupta deve avaliar as relações sociais existentes em determinado contexto. Isto por que a corrupção se mostra variável, conforme o plano de valores existentes (AVRITZER et al, 2012). Nesse sentido, Heidenheimer (1970) menciona três tipos de corrupção. Estes tipos são: corrupção preta, corrupção branca e corrupção cinza. A corrupção preta ocorre quando há correspondência entre lei e normas sociais. Em outras palavras, este tipo de corrupção ocorre quando a lei especifica punição àquela ação e há concordância e aceitação da sociedade em reconhecer tais ações como corruptas. A corrupção branca ocorre como o oposto da corrupção preta. Nesse sentido, a lei reprova determinada ação, mas esta é aceita e tolerada pela sociedade. Por fim, a corrupção cinza ocorre quando as ações são avaliadas de maneira controversa. Destaca-se que a utilização de cores para os tipos de corrupção traz uma conotação racial. Observa-se que há um sentido de reprovação

da corrupção conforme o tom escurece e assim, certo caráter pejorativo em relação aos tons mais escuros.

Ao avaliar os posicionamentos dos estudantes em relação aos tipos de corrupção, estes demonstram não se incomodar tanto com os tipos que tem ou tiveram algum contato. Além disso, de certa forma até se sentem conformados com sua presença. Entretanto, demonstram ter vergonha e que a corrupção vem da cultura (Cloves); que há constrangimento em carregar o estigma de ser um povo corrupto (Jimeno); que o roubo no Brasil aparenta ser institucionalizado na classe política (Giancarlo) e; que a corrupção faz parte da cultura brasileira (Enrico). Há até mesmo a *crença* de que é válido para políticos notoriamente corruptos participarem de ações coletivas contra a corrupção por que este é o trabalho deles (Giancarlo).

Em relação à corrupção, o comportamento político dos cidadãos brasileiros pode ser representado basicamente por dois tipos, dividido em pró-corrupção e anticorrupção (HEIDENHEIMER, 1970). Assim, um comportamento é considerado pró-corrupção, quando há conivência ou omissão aos tipos de corrupção que se apresentam. Já o comportamento anticorrupção, é aquele no qual se participa ativamente de alguma causa que seja considerada de interesse público contra a corrupção (HEIDENHEIMER, 1970; FILGUEIRAS, 2009). Nota-se que esses estudantes, ao terem conhecimento de crimes envolvendo corrupção através da mídia, manifestam a sensação de desgaste e impotência. Desta forma, pode-se dizer que eles revelam um comportamento político classificado como anticorrupção que está enfraquecendo, na medida em que a vontade de participar destas ações se mostra decadente.

## 5.2 Estudantes que não participam de ações coletivas contra a corrupção

Dos 11 estudantes entrevistados, 5 não participam de ações coletivas de combate à corrupção no país, sendo 1 do turno matutino (Evson) e 4 do noturno (Antoine, Dilan, Edgar e Tomás). Dentre estes, 3 estão no período final do curso (Evson, Antoine e Dilan). A faixa etária varia entre 23 e 35 anos, sendo que 4 conciliam os estudos com o trabalho.

Os estudantes apresentam a tipologia de consciência política de senso comum (SANDOVAL, 1994). Isto por demonstrarem reduzida capacidade de análise abstrata e reflexão acerca dos acontecimentos envolvendo corrupção e por preferirem ações individuais às coletivas (como as ações que ocorrem via *internet*). Além disso, sua não participação é racional. Este fato se dá em função de adotarem uma postura condizente com o que propõem Luchmann e Borba (2008), ou seja, fazem um balanceamento entre os prós e os contras da participação.

Alegam saber que é necessário haver maior envolvimento na luta contra a corrupção, mas costumam atuar como meros expectadores ante as oportunidades de participação. Apresentam baixos sentimentos de *identidade coletiva*, de *interesse coletivo*, de *eficácia política* e pouca empatia com as *metas e repertório de ações* dos movimentos de combate à corrupção e com isto, pouca ou nenhuma *vontade de agir coletivamente*. Desta forma, apresentam uma configuração de consciência política que os influencia a não agir e a não se envolver em ações coletivas que visem o combate à corrupção no país.

Esses estudantes demonstram ter um sentimento de baixa *identidade coletiva* em relação ao curso. Assim, expressam pouco sentimento de pertencimento a um ator coletivo (SANDOVAL, 2001). Antoine, Evson e Dilan não se consideram como administradores por sentirem que lhes falta liderança e experiência profissional. Além disso, tem opiniões diversificadas quanto à identificação com os movimentos de combate à corrupção no Brasil. Evson e Edgar não se identificam com nenhum movimento ou ação coletiva de combate à corrupção. Tomás se identifica com a Operação Lava Jato e ações das polícias municipais e estaduais. Dilan e Antoine se identificam com todos os movimentos. Nota-se que não há de fato sentimentos que envolvam coesão social e solidariedade nesses estudantes, pois os interesses aparentam ser diversificados.

Segundo Antoine há vários administradores bons e competentes, mas isto depende muito do segmento. Para ele, no segmento político, há certo descrédito por conta dos escândalos envolvendo corrupção divulgados pela mídia. Portanto, a contínua manifestação da corrupção no âmbito democrático, potencializa o vício das interações entre indivíduos e estrutura, levando à redução da confiança e satisfação

com os juízos e estruturas democráticas (GOHN, 2002). Já Edgar destaca que há o administrador por profissão e o administrador por formação. Nesse contexto, acredita que o graduado em Administração perdeu seu mercado e tenta explicar ou entender as causas:

“Não sei se é em função do conselho de classe, não sei se é a grade do curso. Mas [...] pela experiência que eu tenho [...] hoje, estou há 12 anos dentro da [nome da empresa] e os administradores lá, por incrível que pareça não são administradores, de graduação em si. São engenheiros de produção, são engenheiros químicos, são engenheiros civil [...]”. (EDGAR)

Edgar manifesta coerência, aceitação e ressentimento no seu relato. A coerência permeia todo o seu relato, a aceitação se dá ao analisar que os administradores estão perdendo espaço no mercado de trabalho e em não demonstrar oposição. O ressentimento aparece quando fala sobre o conselho de classe que não impõe a obrigatoriedade da contratação do Administrador para executar certas atividades, como acontece com outras classes profissionais. Em relação às pessoas que executam tarefas administrativas sem ter a graduação, chamadas por Edgar de administrador por profissão, Evson aponta:

“[...] a partir do momento que a pessoa não tem o treinamento completo de administrador não se pode dizer que ele é administrador. Ele pode ter conhecimentos administrativos, mas administrador em si ele não é.” (EVSON)

Ao contrário de Edgar para Evson é necessário ter o “treinamento completo de administrador”. Para ele, tal treinamento é compreendido como ter concluído o curso de graduação em Administração. Para Edgar basta ter a prática para ser considerado administrador, enquanto para Evson é necessário ser graduado na área. Entretanto, Evson reforça o argumento de Edgar sobre sua *expectativa* de que o conselho de classe lute pela obrigatoriedade de contratação do Administrador graduado, embora não revele nada de especial, a não ser a *crença* de que este profissional é quem vai executar as tarefas de “uma forma mais correta”.

Em relação a se ver como Administrador, apenas dois estudantes revelam se ver como tal (Edgar e Tomás). Edgar argumenta que se vê como um Administrador por possuir um “viés de liderança” e “capacidade para administrar um projeto, uma linha de produção”. Edgar deixa transparecer orgulho, chateação, coerência, conformismo e desânimo no seu relato. O orgulho está em se ver como administrador. A

chateação ao acreditar que sua graduação não seria um diferencial na organização onde trabalha. Vale lembrar que o curso é criticado por proporcionar apenas formação instrumental e técnica, o que gera o despreparo dos profissionais (FERREIRA, 2014) ante as situações reais enfrentadas nos ambientes de trabalho. A coerência permeia todo o discurso. O conformismo e desânimo são revelados ao alegar que os cargos onde trabalha não são preenchidos por mérito, mas por indicação. Já Tomás aponta que se vê como um Administrador porque consegue se inter-relacionar com diversos setores na organização e possui um amplo conhecimento em diversas áreas. Tomás demonstra ser flexível ao manifestar que quer se especializar em muitas coisas. Edgar e Tomás são os estudantes que demonstram forte sentimento de identidade coletiva em relação à profissão de Administrador.

Dentre os estudantes que ainda não se veem como Administradores estão Antoine, Evson e Dilan. Antoine argumenta que ainda está em formação por ainda não exercer um cargo de liderança. Em contrapartida, Evson alega que:

“Olha, eu me vejo [pausa] vejo como um estudante. No momento, ainda não formado, certo [...] estou fazendo meu curso superior e isso me dá um treinamento teórico, não prático [...] Então, se for pra colocar nesses termos, se eu me vejo como Administrador, então, só a partir da experiência profissional é que eu vou realmente ser colocado como um administrador [...]” (EVSON)

Evson acredita que o treinamento prático é tão importante quanto o teórico. Enquanto para Antoine a liderança é um fator importante para se sentir como um Administrador, para Evson a prática é quem assume essa importância. Fica aparente no relato destes estudantes a relação entre teoria e prática apontadas nas críticas de alguns autores. Tais autores tecem críticas em relação ao mundo acadêmico e sua relação com a atuação dos profissionais no mercado de trabalho diante do aparente despreparo destes (MASCARENHAS; ZAMBALDI; MORAES, 2011; DEMAJOROVIC; SILVA, 2012). Já Dilan alega que se vê como um futuro administrador porque ainda está em período de graduação e revela os motivos pelos quais escolheu o curso:

“eu optei pela administração, por que eu queria ser uma pessoa mais ativa né?! em gestão, a pessoa, tem uma relação mais pessoal mesmo [...] por



que ao meu ver o engenheiro não é tão bem preparado pra isso. É uma pessoa mais exata, mais direta. O administrador não. É uma coisa mais pessoal.” (DILAN)

Dilan revela que há cerca de um ano atrás (Julho de 2016), através de alguns professores e disciplinas, foi incentivado a empreender, demonstrando orgulho e confiança durante seu relato. O orgulho é revelado ao tratar do negócio como algo iniciado do zero e a confiança está no fato de indicar que pretende alcançar metas maiores como Administrador.

Nota-se que todos os estudantes remetem a ambientes empresariais ao se referirem ao curso ou a profissão. Portanto, apesar da interdisciplinaridade inerente ao curso de graduação em Administração, fica evidenciada a existência de um núcleo que aparenta estar formatado para uma atuação voltada à aquisição de resultados unicamente monetários (COSTA; SARAIVA, 2012). Nesse sentido, tal núcleo corrobora com as críticas apontadas à formação desenvolvida em tais cursos, que demonstra restringir-se a ambientes empresariais (OLIVEIRA, et al., 2014; PAES DE PAULA, 2008; TRACTEMBERG, 1990; RAMOS, 1983).

Em relação a como os estudantes se sentem enquanto cidadãos brasileiros, Antoine foi o único a apontar pontos positivos. Todavia, não se mostra insensível à atual situação do país:

“Olha, a gente tem orgulho de ser brasileiro, né?! Nascer num país que... é rico...nossa cultura, nossa miscigenação e tudo. Mas de fato, ultimamente a gente tá muito...assim, desiludido né?! Muito triste, né?! Com a atual situação do nosso país. Mas assim, eu me vejo bem como brasileiro.” (ANTOINE)

Antoine revela orgulho ao falar da cultura e diversificação do povo brasileiro e desilusão e tristeza ao falar da situação que o Brasil vivencia ultimamente. Os sentimentos negativos expostos pelo estudante pode ser consequência de alguns fatores. Dentre estes, destaca-se anos de abusos e impunidades de políticos desonestos (TREVISAN et al, 2003), que geram ceticismo e baixa confiança institucional (LEAL, 2013), capazes de minar o regime democrático (MENEGUELLO, 2011). Edgar, por outro lado, nutre certa esperança de que a situação possa melhorar, deixando aflorar otimismo. Entretanto, o estudante ressalta que o que se

vê na linha do tempo “é mais do mesmo” e por isso se sente traído, decepcionado e desapontado:

“[...] o que é que os nossos governantes tão fazendo por nós? Pelos trabalhadores que sustentamos o sistema [...] por que se a gente for parar pra pensar, essa é que é a decepção [...] que acaba que a gente sustenta o sistema e o sistema não tá pra nós aqui...é...retribuindo aquele esforço [...] Tenho direito à saúde, tenho direito à educação, tenho direito a segurança e eu acabo pagando isso duas vezes.”

Todos os estados estão obrigados a garantir que suas populações usufruam dos direitos fundamentais legalmente constituídos (KAERCHER, 2016). No entanto, a corrupção gera graves consequências econômicas e sociais. Fato este ocasionado pelos desvios em que o governo deixa de arrecadar recursos que deveriam ser revertidos ao bem-estar social através de políticas públicas (ARAÚJO, 2014). Neste caso, o desvio de impostos que deveriam ser devolvidos em forma de investimentos em saúde, educação e segurança à população não acontece. Edgar revela que paga plano de saúde para si e sua família e escola particular para as filhas. Por conta disso, revela sentimentos negativos em relação ao Estado e políticos.

Dilan, por outro lado, declara que se sente apenas descontente e que o Brasil é configurado de forma que uma pessoa só não é capaz de fazer a diferença. Para ele, “a única coisa que uma pessoa pode fazer sozinha é influenciar outras a pensar igual a ela e com isso tentar atingir um objetivo através de formas legalmente instituídas”. Nesse sentido, afirma que se sente impotente para agir, manifestando descrença, incapacidade e impotência. O mesmo ocorre com Tomás, que declara:

“[...] nessa situação tá...tá difícil, né?! [risos]. A gente tem a sensação de incapacidade, né?! Que a gente passa por tudo o que passa, na questão da política e num tem...a gente não consegue muito o que fazer [...] às vezes tem essas questões das manifestações, né?! Mas eu num sei se...acaba não trazendo muito resultado.” (TOMÁS)

Apesar de Tomás expor os mesmos sentimentos de Dilan, este revela ainda o bom humor, sorrindo ao falar da situação do Brasil.

Em relação à identificação com algum movimento de combate à corrupção no país, o único estudante que não se identifica com nenhum é Evson:

“[...] até por que a minha visão de como combater a corrupção, são reformas imensas dentro do sistema, [repetiu] do sistema, legislativo, certo?! Dentro das legislações brasileiras e...práticas administrativas a serem adotadas, então não existe nada ali que realmente...que reflita como é que eu vejo que essa reforma deve...deva ser feita.”

Evson acredita que não há nenhum movimento contra a corrupção no Brasil com o qual se sinta conectado, pois acredita que a corrupção no país só pode ser combatida através de reformas. Destaca-se que a corrupção não se origina de uma deficiência educacional ou moral dos indivíduos, mas sim, das deficiências das instituições que estimulam comportamentos corruptos (ARAÚJO, 2014). Desta forma, para o efetivo combate à corrupção, faz-se necessário uma reforma nas instituições públicas (LEAL, 2013). Tal reforma induziria certa mudança comportamental nos cidadãos, como aconteceu na Suécia, podendo-se afirmar que a corrupção tem características culturais, mas não é culturalmente determinada (ROTHESTEIN, 2011).

Os estudantes que se identificam com algum movimento de combate à corrupção são Tomás, Edgar, Dilan e Antoine. Tomás se identifica com os movimentos contra a corrupção da Operação Lava Jato e da polícia federal que são divulgadas pela mídia. Edgar acredita que não é melhor combatente contra a corrupção por ter pouco tempo disponível, mas que sempre que pode, divulga, propaga e alerta as pessoas do seu convívio sobre os crimes que estão sendo cometidos. Dilan e Antoine se identificam com todos os movimentos de combate à corrupção, independente da “bandeira”:

“o movimento não interessa, o que me interessa é que ganhar limpeza [...] pra mim todos esses movimentos tem um interesse obscuro, que talvez não esteja muito aparente [...] algumas linhas ideológicas [...] mas o interessante pra mim é a limpeza dos corruptos em si, né?! pra limpar toda a estrutura. Toda a máquina...que no momento está falindo.” (DILAN)

“qualquer movimento que combata a corrupção no nosso país é bem-vindo [...] eu queria ter a oportunidade de conhecer, me envolver em algum movimento [...] mas [pausa] a nossa cultura também já tem a corrupção enraizada e isso impede que haja uma limpeza realmente eficaz.” (ANTOINE)

Dilan revela o sentimento de aceitação. Este sentimento é expresso pelo fato de declarar que todos os movimentos “tem um interesse obscuro”, mas que não se importa com isto, contanto que estes “limpem” os corruptos da sociedade. Destaca-se que certos agentes podem direcionar as políticas públicas em favor de grupos hegemônicos que levarão o selo de legitimidade conquistado através do apoio da sociedade, que não raras vezes, não percebem as ideologias por trás de tais políticas (MARTÍ, 2006). Antoine, diferentemente de Dilan, demonstra vontade de conhecer os movimentos de combate à corrupção.

Ao analisar as argumentações dos estudantes e confrontá-las com a teoria adotada, faz-se notório o sentimento de diminuta *identidade coletiva*. Segundo Sandoval (2001) a *identidade coletiva* relaciona-se ao sentimento de pertencimento a um ator coletivo. Portanto, fica aparente que não há nos estudantes este sentimento de coesão grupal ao não se considerarem como administradores e exporem opiniões diversificadas quanto à identificação com movimentos de combate à corrupção no país. Assim, estes estudantes aparentam interesses diversificados e pouco sentimento de coesão social e solidariedade. Importante ressaltar que os laços de identidade grupal constituem-se em importante elemento na construção social da realidade de cada indivíduo, assim como as *crenças*, e *valores sociais* (SANDOVAL & SILVA, 2016).

Esses estudantes revelam suas *crenças*, *valores* e *expectativas sobre a sociedade* ao falar sobre as práticas de corrupção mais conhecidas dando ênfase àquelas que envolvem a apropriação ou influência de particulares sobre o bem público visando benefício próprio. Acreditam que as ações de combate à corrupção devem pautar-se naquelas que consigam reprimir tais práticas. Acreditam também, que participar de protestos, petições e abaixo assinados contribui para combater a corrupção no Brasil e que deveria haver maior engajamento da sociedade nestas ações. Acreditam que os escândalos envolvendo grandes empresários em corrupção são causados pelos políticos que os pressionam a se corromper e que a graduação em Administração pode gerar profissionais éticos, mas que isso depende também de outros fatores como a criação e a escolha do indivíduo.

Considerando o exposto, os estudantes apontam as práticas mais comuns de corrupção que conhecem, conforme pode-se observar no Quadro 20:

Quadro 20 – Práticas mais comuns de corrupção conhecidas pelos estudantes que não participam de ações coletivas contra a corrupção no Brasil

Estudante	Práticas mais comuns de corrupção que conhece
Edgar	Caixa dois; fraude nas licitações; superfaturamento de obras públicas; superfaturamento das compras; funcionário fantasma.
Dilan	Compra de voto; favorecimento; fazer permuta.
Antoine	Propina; suborno; favorecimento.
Tomás	Apropriação de bem público em benefício próprio; contratos fraudulentos; licitações forjadas.
Evson	Desvio de dinheiro; lavagem de dinheiro; superfaturamentos.

Fonte: Elaboração própria.

Apesar da diversificação nas respostas, alguns estudantes apontam práticas semelhantes. Dilan e Antoine indicam o favorecimento. Edgar e Evson os superfaturamentos. Edgar e Tomás as fraudes nas licitações. Acentua-se que as pessoas jurídicas da iniciativa privada que contratam com o poder público (acessam recursos públicos), sujeitam-se com mais rigor ao princípio da moralidade pública do Direito Administrativo. Portanto, estas devem seguir alguns imperativos do Direito Público, tais como o dever de prestar contas à sociedade civil, de ser transparente e de fornecer informações sobre contratos e convênios, de maneira que as possibilidades de práticas corruptivas sejam reduzidas (FRIEDRICH, SBARDELOTTO, 2016). Edgar e Dilan apresentam alguns exemplos para as práticas de corrupção, conforme exposto nos trechos de suas entrevistas a seguir:

“O cara compra um tijolo por dez centavos e passa pro Estado a cinco reais. Nos presídio, o cara fornece uma marmita, que hoje podemos comprar a dez reais, o Estado paga vinte, trinta reais, numa marmita no presídio.” (EDGAR – sobre *rent seeking* – *busca de renda*)

“[...] aquele contrato que o cara...ele...ele tem uma empresa que vai prestar serviço pra limpar a [nome da universidade] aqui, mas ele é dono das outras três que tá concorrendo. As outras duas é só fachada. Vai dar um preço lá em cima, mas o cara lá do...que vai escolher, que vai avaliar essas proposta, ele vai...ele mesmo já sabe que as duas é só fantoche pra que a outra ganha, é aquela...aí de repente o cara que...né?! hipoteticamente o...o...o cara da...da administração da [nome da universidade], tá sabendo disso, ‘ah então eu vou ter meu quinhão ali, depois do contrato’, né?!” (EDGAR – sobre fraude em licitações)

“[...] são pessoas que nunca foi lá e tem um salário. Aí o salário é cinco mil, mas ele ganha só mil, por que quatro mil ele dá pro deputado lá. Então, existe bastante forma da...então, existe um conhecimento sim dessas formas de...de corrupção, dentro da política do Brasil.” (EDGAR – sobre funcionário fantasma)

“[...] um exemplo que eu vejo muito é...você foi eleito num determinado cargo no município X, você não vai botar seu parente no município X, mas no município Y você tem o mesmo...uma mesma pessoa do seu partido foi eleito e você pode fazer uma permuta. Você emprega o parente dele e o seu parente é empregado ali.” (DILAN – sobre nepotismo)

De acordo com Edgar, estas são algumas formas encontradas para usurpar o dinheiro dos cofres públicos e que a população tem conhecimento, mas não faz nada. Já para Dilan, sobre o nepotismo, este acredita que deveria ser realizado concurso público para o preenchimento das vagas. Portanto, Dilan descreve uma ação de influência do interesse de particulares sobre o público. Um exemplo é a concessão de cargo público sem prévia avaliação do mérito do candidato (NYE, 1967).

Para sanar a corrupção Dilan aponta para as investigações, processos e delações premiadas. Tomás indica as ações judiciais e cita a Lava jato como exemplo. Evson declara que pode ser uma questão de fiscalização muito mais rígida. No entanto, ressalta que esse tipo de fiscalização pode acabar inviabilizando a vinda de novas empresas e de investimentos para o país. Antoine argumenta que as práticas que mais se vê na atualidade são questões envolvendo transparência no governo, nas contas e nos processos. Além disso, indica que a melhor forma de combater a corrupção é a prevenção. No *Source Book* de 2015, é apontado que tal preocupação tem se mostrado presente no governo brasileiro moderno, no qual se verifica uma tendência a criação e adesão a mecanismos de controle, como os sistemas de informações e leis como a nº 12.527 (Lei da transparência), de maneira a possibilitar a detecção de alguns tipos de corrupção. Já para Edgar o combate à corrupção é um tema muito caótico e acredita que se a lei e o sistema existente funcionassem corretamente, não seriam necessárias outras medidas para combater a corrupção, conforme trecho de sua entrevista:

“E é exatamente isso que não acontece. Antes [pigarreou] antes dessa...dessa confusão toda desses últimos dois anos eu tinha uma...[pausa] esperança enorme no nosso judiciário. Eu achava que o

judiciário estava ali era...além do bem e do mal. E hoje a gente se percebe que o nosso judiciário é tão podre quanto os políticos.” (EDGAR)

No relato do estudante nota-se desprezo e desesperança. O desprezo relaciona-se ao judiciário brasileiro, apontado como podre e a desesperança ao perceber que este não poderia combater a corrupção. O estudante aparenta validar as argumentações de Sandoval e Silva (2016) acerca das emoções. Para os autores, o indivíduo relembra em sentimentos emotivos certas emoções vivenciadas durante dada experiência. Desta forma, a união entre tais sentimentos e as referidas lembranças traça um mapeamento em que são resgatadas experiências passadas capazes de influenciar o processo de conscientização do indivíduo no presente (TURNER; STETS, 2005).

Os estudantes concordam que a participação da sociedade nos movimentos contra a corrupção pode ter um papel fundamental no combate à corrupção no Brasil. Tal posicionamento se dá em função do que aponta Pumar (2014). Para a autora, o fenômeno da corrupção é reconhecido pela própria sociedade como um dos entraves ao desenvolvimento sustentável, capaz de provocar ineficiências, incentivos errados para investimentos econômicos, sociais e políticos. Antoine aponta que a participação social acaba pressionando o governo a reagir e que se cada cidadão se conscientizar e se unir para lutar contra a corrupção, esta pode ser superada. Por outro lado, Tomás e Edgar afirmam que deveria haver maior participação da sociedade e que o povo brasileiro não dá muito valor à participação coletiva. Segundo eles, isto acontece por que:

“[...] a mídia impõe isso [...] em manifestação, a mídia só fala em transitando [...] nenhuma se manifesta a favor da...dessa manifestação [...] Isso acaba, de certa forma, influenciando essas pessoas, a população, principalmente de baixa escolaridade.” (TOMÁS)

“[...] independente disso, se você pensar em ir pras redes sociais, hoje, no Brasil, pra tentar movimentar nossa sociedade, o nosso meio, [pausa] pra se movimentar, pra fazer um dia do mês [pausa] um...um [pausa] um levante contra a corrupção. Você vai conseguir movimentar meia dúzia de cabeça e vai passar vergonha. Por que vão tá todo mundo na frente da televisão, vendo novela, vendo filme, vendo jogo.” (EDGAR)

Tomás exprime raiva em relação ao papel que a mídia desempenha ao mostrar apenas o lado negativo das manifestações. Importante destacar que a consciência política é formada pelos significados e informações que interagem em dimensões

psicossociológicas, que após análise, permite ao indivíduo tomar as decisões consideradas por ele mais adequadas nos diferentes contextos (SANDOVAL, 2001). Portanto, tal exposição pela mídia acaba por formar uma imagem negativa dos movimentos sociais e assim, desestimula a participação da sociedade neste tipo de ação. Para Edgar a sociedade tem enorme poder para combater a corrupção, só que se tornou um tipo de “parasita”. Assim, aceita tudo o que a mídia impõe e esta desencoraja a população a participar de ações coletivas ao mostrar apenas cenas de violências. Edgar revela a vergonha ao apontar a sociedade como parasita.

Edgar traça ainda um comparativo entre os estudantes que haviam na universidade, que lutavam e que tinham força através do movimento estudantil, com os estudantes atuais. Os estudantes do passado são retratados com orgulho. Em contrapartida, os estudantes atuais são retratados com ressentimento e vergonha. Nesse sentido, indica que estes estudantes seriam os responsáveis por dar início na movimentação do povo para participar de protestos e outras ações coletivas, mas que ao invés disso, preocupam-se apenas com questões individuais e coisas supérfluas. Edgar afirma que os estudantes do curso de graduação em Administração são pouco participativos nas ações coletivas que ocorrem no bojo da própria universidade. O relato de Edgar vai de encontro ao resultado de pesquisas realizadas com estudantes de graduação em administração no sudeste do Brasil que constataram a baixa participação e o desinteresse na participação cidadã em instituições participativas na sociedade (PALASSI; MARTINS; PAES DE PAULA, 2016; MARTINELLI, 2016).

Em uma linha de pensamento diferente Evson declara que todas as pessoas já praticaram pelo menos uma vez na vida algum tipo de corrupção. Entretanto, alega que a diferença está no tamanho da corrupção e do poder envolvido. Acredita que a corrupção praticada no cotidiano das pessoas comuns são consideradas mínimas por que suas ações afetam um número reduzido de pessoas. Em contrapartida, uma pessoa com elevada posição política ou monetária que pratique tais ações, pode afetar milhões de outras pessoas. Alega ainda, que, a movimentação da sociedade para acabar com a corrupção é fundamental, principalmente para invocar uma nova constituinte e revisar toda a legislação brasileira atualizando-a.



Esses estudantes acreditam que participar de protestos, petições e abaixo assinados contribui para combater a corrupção no Brasil, cujos motivos são elencados no Quadro 21:

Quadro 21 – Motivos para o posicionamento positivo em relação às ações de combate à corrupção

<b>Estudante</b>	<b>Motivos para apoiar as ações de combate à corrupção</b>
Edgar	“Se você não fizer nada, eles vão fazer o que bem entender mesmo”.
Dilan	“É...como...a sociedade brasileira funciona”.
Antoine	“Tudo que...que...[pausa] tipo de atitude é válida [...] que possa assim, combater”.
Tomás	“Desde que seja...que fosse adotado pela maior parte, né?!”
Evson	“Assim, pode ser que, por exemplo... [pausa] uma petição não dê resultado nenhum, é possível.”

Fonte: Elaboração própria.

Edgar e Dilan destacam que os protestos legítimos são aqueles que não se utilizam de vandalismo ou baixaria e que devem pautar-se na objetividade do que se pretende alcançar. Apontam que é necessário ter apoio da massa e certa persistência dos líderes no acompanhamento de todo o processo até alcançar o objetivo.

Para Antoine todos os tipos de ações são válidas, mas apenas sair com bandeiras e realizar ações coletivas são insuficientes para acabar com a corrupção no Brasil. Evson, apesar de afirmar que a participação em protestos, petições e abaixo assinados, contribui para combater a corrupção no país, alega que pode acontecer destas ações não resultarem em nada.

Observa-se que os estudantes concordam que a participação da sociedade nas ações coletivas contra a corrupção pode ter um papel fundamental no combate à corrupção no país e que deveria haver maior participação da sociedade neste tipo de ação. No entanto, este posicionamento aparenta não se concretizar em suas ações. Fato este apoiado em estudos que revelam que os estudantes universitários dos cursos de graduação em Administração dessa universidade apresentam baixa participação; participação limitada; desinteresse em participar de ações coletivas;

desinteresse em participar de ações políticas e; resistência à participação (PALASSI; MARTINS; PAES DE PAULA, 2016; MARTINELLI, 2016).

Sobre os políticos e gestores de grandes organizações envolvidos em escândalos de corrupção, Antoine acredita que isto ocorre devido a maneira como estes políticos aprenderam a ganhar espaço. Acredita que há práticas políticas que acontecem há décadas e que os políticos trilham por estes caminhos visando ter uma ascensão financeira rápida. Já Evson acredita que isso acontece pra facilitar todos os tipos de negócios das organizações e não passa de um *lobby*. Segundo ele, nos Estados Unidos, existe a legalidade desta conduta, em que o lobista é o intermediador entre os interesses das organizações privadas e os políticos, que podem conceder ou facilitar esses interesses. Nesse sentido, Dilan e Tomás alegam que:

“[...] eles (políticos), não podem literalmente meter a mão no dinheiro [...] então o que que eles fazem?! Pra não aparentemente estar sendo vistos. Eles podem vender um voto numa manifestação de alguma lei que venha beneficiar determinado empreiteiro ou um determinado estado, é...tem toda uma ordem de desvio instituída ali, que ele pode vender seu voto ou ser favorável a A e não favorável a B por fator monetário.” (DILAN)

“[...] isso acontece é...a ganancia, né?! [pausa] aquele negócio que eles falam que o brasileiro sempre tem o jeitinho brasileiro?! É verdade [...] aquele jeitinho de levar vantagem em tudo. Aquele jeitinho de sempre querer levar um pouco mais do que tem direito. É exatamente isso. Nossos políticos hoje e grandes gestores de organizações, seja ela pública ou privada, né?! que estão sendo envolvidos nesses esquemas de corrupção, é exatamente com esse jeitinho. Aquele jeitinho de tentar ficar rico em quatro anos. Aquele jeitinho de poder nunca mais precisar trabalhar. Aquele jeitinho de tem já...de ter sua família já toda garantida”. (TOMÁS)

Em relação ao “jeitinho brasileiro” não pode haver corrupção sem uma cultura que a endosse, mesmo que de forma tácita, exigindo-se de seu entorno a aceitação social e institucional (LEAL, 2013). Dilan argumenta que se o dinheiro está disponível e o gestor tem como arranjar mecanismos para camuflar a operação, ele irá fazê-lo para tirar vantagem. Para Tomás isto acontece como uma troca de favores em função do famoso “jeitinho brasileiro”, pois o governo oferece benefícios e muitas vezes os empresários são obrigados a se sujeitar a isso se quiserem sobreviver no mercado. O estudante manifesta raiva em relação aos políticos, que são apontados como os corruptores dos empresários. Entretanto, deve-se observar que neste caso, ambos (empresários e políticos) são corruptos. Portanto, é cabível a imposição da Lei

12.846/13. Tal Lei dispõe sobre a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica em atos de corrupção cometidos contra a administração pública (PUMAR, 2014).

Edgar alega que os corruptos que estão no poder hoje são pessoas que saíram do meio da sociedade. Portanto, se não fossem eles, seriam outros. Isto porque a sociedade brasileira está completamente corrompida. Destaca-se que a corrupção de modo alastrado é apenas um sintoma e não a doença em si (ACKERMAN, 2001). Isto por que a corrupção não consiste em um fenômeno que ocorre em uma sociedade específica, mas sim como legado de uma dimensão histórica e cultural que englobam a dimensão social, moral e ética (BEZERRA, 1995). A fim de exemplificar ele cita um fato ocorrido na época que houve uma greve da polícia no estado onde reside:

“[...] foi só a polícia sair que começou as pessoas que teoricamente era cidadão de bem...foi só o nóia, o vagabundo arrombar a porta duma loja, pra ele aproveitar a oportunidade e entrar dentro da loja e saquear [...] Então, na verdade, essas pessoas que tão envolvidas hoje, é reflexo da gente mesmo. Eu acredito que pra isso mudar, a nossa sociedade precisa mudar também, se não é enxugar gelo. É tirar os políticos que tão hoje, os gestores que estão hoje e colocar outros que vão ser mais do mesmo [...] eles vão continuar corrompendo, fraudando e roubando”. (EDGAR)

Nota-se que o estudante se insere como um membro da sociedade que é capaz de cometer atos de corrupção ao apontar que as pessoas que estão envolvidas nestes escândalos são “reflexo da gente mesmo”. Além disso, transparece confiança ao argumentar que é necessário que a sociedade mude suas atitudes para que haja reflexo nos políticos e assim, mudança em suas posturas.

Os estudantes acreditam que o curso contribui para formar profissionais éticos. Para Edgar e Evson não é somente a graduação em Administração que contribui com esta formação, mas sim qualquer meio que busque a intelectualização do cidadão, por favorecer o crescimento moral e ético. Ebrahimi (2016) explica que indivíduos com maior acesso à educação tem maior propensão a se envolver em ações políticas. No entanto, os estudantes destacam que apenas a intelectualização não pode transformar a pessoa, pois há o fator criação. Os estudantes ressaltam ainda que a graduação (ou intelectualização) vai apenas ensinar o que é ser ético, moral e

digno, mas que não vai por si só formar isso na pessoa. Para exemplificar, Edgar cita:

“[...] se o fizesse, [nome do governador do estado] seria uma pessoa mais ética do mundo. Ele saiu daqui [...] se formou em economia, se não me engano, aqui. Foi até presidente do C.A. daqui e na minha opinião é um dos maiores bandidos que a gente tem aqui no estado... tanto é, num é eu que tô falando, é o cara que tá sendo citado lá na Lava Jato [...] vai me dizer que ele não teve esse conhecimento de ética aqui na [nome da universidade]?! Claro que teve. Mas nem por isso soube ser ético. Nem por isso fez ser uma pessoa digna. Muito pelo contrário [...] é um lobo, na pele de cordeiro [...]”.

Edgar evidencia raiva ao se referir ao governador de seu estado. Além disso, argumenta que a pessoa não pode mudar seu caráter, pois este é forjado ao longo da construção de sua personalidade. O posicionamento de Edgar e Evson é reafirmado por Dilan, Antoine e Tomás. Nesse sentido, Dilan aponta que o debate é rico dentro do curso, mas que o indivíduo pode ser corrupto no futuro, independente de todo o conhecimento que tenha adquirido sobre ética na graduação. Já Antoine destaca que há disciplinas que abordam diretamente o assunto e cita como exemplo a ética empresarial. Por fim, Tomás argumenta que procura sempre agir de maneira ética, com clareza e transparência e que a graduação em Administração proporciona-lhe o conhecimento necessário para isso.

Ao analisar os discursos dos estudantes, percebe-se as significações da realidade presentes nas *crenças e valores sociais* expostas por eles. Destaca-se que esta dimensão está relacionada aos valores e crenças que as pessoas elaboram acerca de suas sociedades e as relações de poder (SANDOVAL; SILVA, 2016). Nesse contexto, os estudantes mesmo ainda não se vendo como Administradores aparentam certo laço identificatório com a categoria empresarial. Isto fica aparente ao revelarem que os escândalos envolvendo grandes empresários em corrupção são causados por pressões da classe política. Além disso, ao falar sobre as práticas de corrupção que conhecem, dão ênfase àquelas que envolvem a apropriação ou influência de particulares sobre o bem público em benefício próprio. Aliado às *crenças e valores sociais estão os interesses coletivos*.

Os estudantes revelam baixo sentimento de *interesses coletivos*. Antoine, Tomás, Edgar e Evson afirmam não conhecer as medidas de combate à corrupção propostas pelo MPF por falta de acesso ao material ou por falta de melhor

divulgação no ambiente acadêmico. No entanto, um dos estudantes (Dilan) revela ter recebido o material, mas que não teve interesse em acessá-lo. Esse desinteresse pelo assunto é evidenciado por outros estudantes ao afirmarem ter tido conhecimento das medidas que causaram polêmica, mas nem assim procuraram se informar sobre o material na íntegra (Antoine, Tomás e Edgar). O único que não sabia nem mesmo da existência das mediadas é Evson. Este fato demonstra que os estudantes, além de não demonstrarem interesse pelo assunto, não buscam se informar sobre ações que causam polêmica na sociedade. Edgar, Dilan, Antoine e Tomás acreditam que não há injustiça e parcialidade nas ações do MPF e Operação Lava-jato em relação aos partidos acusados de corrupção e todos os estudantes expõem que costumam discutir pouco sobre política com amigos e familiares para não gerar conflitos. Destaca-se que a desinformação destes estudantes é tamanha a ponto de Antoine alegar ser inseguro quando o assunto é política.

A maioria dos estudantes revela não conhecer as medidas de combate à corrupção propostas pelo MPF por falta de melhor divulgação do material. Nesse sentido, Antoine argumenta ter ouvido falar sobre o tema, mas que nunca parou para se informar a respeito; Tomás alega ter ouvido falar apenas das que causaram polêmica; Edgar menciona que apesar de ter ouvido falar, não teve oportunidade de ler sobre o tema e Evson declara nunca ter ouvido falar sobre as propostas:

“[...] e aí acaba que...a falta de acessibilidade das informação...engraçado é exatamente isso, tá vendo?! Existe informações diversas nas redes sociais. [pausa longa] né?! Muita notícia falsa. Muita falácias. Mas, é um tipo [...] de material importante, mas que não foi farto nos meios” (EDGAR)

“[...] bom, num primeiro momento, por que eu nunca ouvi falar que existem dez medidas contra a corrupção. Nunca ouvi falar, ninguém nunca me falou, nunca nem imaginava. É por causa disso que eu não conheço elas e é por causa disso que eu nunca pesquisei, por que eu não sabia. Nunca ouvi nenhuma menção”. (EVSON)

Evidencia-se nos relatos dos estudantes que faltou melhor divulgação do material no ambiente acadêmico. Em contrapartida, Dilan declara ter recebido os arquivos contendo o material, mas que não teve tempo de ler:

“[...] sinceramente [risos] eu recebi esses arquivos [...] como eu estou empreendendo no momento, tá no celular até hoje e não consegui [...] ler, totalmente”. (DILAN)

Dilan alega de forma calma que teve acesso ao material, mas que acabou se esquecendo de acessá-lo. Isto porque o assunto abordado não requeria sua atenção imediata e com a postergação caiu no esquecimento.

A maioria dos estudantes acredita que não há injustiça e parcialidade nas ações do MPF e Operação Lava-jato em relação aos partidos acusados de corrupção. De acordo com Edgar a Operação Lava-jato não é perfeita, mas tem tudo para melhorar. Para ele, a referida operação tem seus duplos padrões e protege seus escolhidos. Acredita ainda, que esta tem sido feroz com os partidos de esquerda, mas não com os partidos liberais ou de direita, ao que Dilan aparenta justificar:

“[...] mas o serviço é excelente, da Lava jato, né?! É uma crítica construtiva que eu faço. Mas...eu elogio o serviço que eles tão fazendo. Já pelo menos é menos um, né?! [...] O PT que tá a bola da vez. Bem, depois que eles trucidada tudo ali, eles pega mais um. Acredito nisso. (EDGAR)

“[...] alguns membros de partidos de direita e esquerda também estão sendo investigados. Mas, por que aparentemente parece ser só da esquerda? Por que a esquerda estava comandando...o Brasil no momento. Então, todo o processo que ocorreu ali, a esquerda estava envolvida, claro, a direita tava ali, também de mão dada [...] mas, por isso que a predominância, no momento são as questões do...de esquerda. Futuramente essa predominância pode ser...acabar e igualar”. (DILAN)

Apesar das críticas em relação aos defeitos da Operação Lava Jato, Edgar demonstra ter orgulho e otimismo. Orgulho ao apontar para o serviço como excelente e otimismo ao alegar que tem um partido que é a bola da vez (PT), mas que depois serão outros. O mesmo sentimento de otimismo é manifestado no discurso de Dilan onde aflora também a compreensão, pois aparenta entender a situação e sugerir uma explicação para tal predominância.

Evson acredita que a imparcialidade é muito subjetiva, pois parece existir uma rede onde todos os partidos se encontram conectados de forma corrupta e que por isso, nenhum é confiável. Neste relato aflora certo conflito ao argumentar que os políticos são todos iguais em se tratando de corrupção, mas que existem exceções.

Em contrapartida, Antoine expõe que o MPF e Operação Lava-jato aparentam estar sendo o mais imparcial possível. Sua justificativa gira em torno da cassação e prisão de indivíduos de diversos patamares políticos e partidos. Tomás utiliza-se da mesma

linha de argumentação de Antoine, com o adendo de que seria necessário um olhar mais aprofundado pra se ter certeza de que não há realmente diferenciação.

Os estudantes revelaram discutir pouco sobre política com familiares ou amigos. Edgar alega já ter discutido bastante sobre o assunto com familiares e com as pessoas do seu meio de convívio. Contudo, ressalta ser uma pessoa equilibrada e justifica:

“[...] se você parar pra reparar bem, essas pessoas inconsequentes, extremista, são as pessoas que menos tem conteúdo pra discutir com você [...] se a pessoa tem conteúdo pra discutir com você é legal, por que [...] Ele tá tentando te convencer com argumentos. Mas aquele cara extremista, ele quer impor sem argumentos [...] eu nem perco meu tempo”. (EDGAR)

Para Edgar não vale à pena discutir com pessoas extremistas porque estas são estáticas em seus posicionamentos e tentam impor suas ideologias. Antoine relata já ter discutido o assunto com familiares e amigos, mas nunca ter rompido amizades. Isto por que:

“[...] eu realmente também não gosto de discutir muito assim...quando eu não tenho muito embasamento. Então chega uma parte da discussão que eu também recuo [...] não me sinto tão seguro”. (ANTOINE)

Enquanto Edgar procura não discutir com pessoas extremistas ou sem conteúdo, Antoine se percebe como alguém que se encaixa no perfil de “sem conteúdo” e por esse motivo, prefere não discutir tanto o assunto. Todavia, aponta já ter discutido com familiares e amigos, mas não ter ido tão a fundo, pois por vezes, chega a pesquisar sobre o tema, mas mesmo assim, não consegue tecer argumentos com segurança. O comportamento do estudante aparenta ratificar o exposto por Sandoval (1989). Segundo o autor, o pensar de forma pouco reflexivo e crítico prejudica o desenvolvimento da construção da consciência política do indivíduo. Nota-se que o estudante aparenta superficialidade quando o debate envolve política.

Tomás aparenta ter o mesmo comportamento de Antoine. Isto porque enuncia que até procura evitar discutir. O estudante arrazoa que isto se dá para não perder amizades. Apesar disso, alega expor sua visão superficialmente, sem procurar se aprofundar, pois muitas pessoas têm uma visão muito focada. Evson aponta ter tido

algumas discussões com familiares e amigos, mas sem agressões, onde todos procuraram se ouvir e que nunca foram tão intensas a ponto de afetar o bom convívio.

O único estudante a alegar que não discute com familiares ou amigos é Dilan. Isto porque sua família, de um modo geral, tem pensamentos muito parecidos. Alega ainda que na universidade tem amigos de esquerda, de direita e de centro, mas é apartidário, pois os partidos não valem nada. No que se refere a discutir política com amigos, argumenta que:

“[...] eu prefiro não discutir com amigos, por que eu sei que eles defendem lá...quando eu estou com essas pessoas eu não toco nesses assuntos, por que são assuntos que a pessoa não vai ter é...uma racionalidade pra debater. É...vai se exaltar, vai querer brigar e pra evitar disso acontecer, então, com esse tipo de pessoas eu prefiro n...eu prefiro não discutir política. Pra evitar perder amizade. Algumas pessoas até me afastam também, que eu vejo que são extremos, que são radicais demais [...] por enquanto essa...esse cenário está bem conturbado.” (DILAN)

Dilan aparenta reforçar o que os outros estudantes apontam sobre discussões acerca da política com amigos. Nota-se que há certa resistência em discutir este tipo de assunto nos meios de convívio para evitar conflitos. Além disso, o estudante reforça as alegações dos outros estudantes sobre se afastar e não discutir com pessoas extremistas.

Ao considerar o exposto pelos *estudantes que não participam*, observa-se que estes revelam escasso sentimento em relação aos *interesses coletivos*. Destaca-se que esta dimensão relaciona-se com os *frames* de protesto em sua relação com a identidade de grupo e de identificação de injustiças (KLANDERMANS, 1997; MANSBRIDGE, 2001). Nesse sentido, os estudantes não aparentam laços identificatórios como Administradores e avaliam que não há injustiça e parcialidade nas ações de combate à corrupção do MPF. Além disso, verifica-se carência de politização nos estudantes. Importante se faz ressaltar que a politização pressupõe ruptura da rotina cotidiana e inserção de reflexão racional e política mediante as condições da vida diária (SANDOVAL, 1994). Assim, os estudantes, aparentam não ter interesse por assuntos envolvendo política nem sobre ações que causam polêmica na sociedade ou ações de combate à corrupção. Portanto, a única consciência política viável é a consciência de senso comum (SANDOVAL; SILVA, 2016). Além disso, os estudantes costumam discutir o mínimo possível sobre política



com amigos e familiares para não gerar conflitos e por apresentarem insegurança sobre o assunto, reafirmando mais ainda tal consciência.

Além de apresentarem escassos sentimentos em relação aos *interesses coletivos*, os estudantes revelam ainda diminuto sentimento em relação à *eficácia política*. Evson, Tomás, Antoine e Dilan aparentam baixo sentimento de *eficácia política*. Isto por se sentirem desmotivados quando o assunto é corrupção. Portanto, tal sentimento é revelado ao expressar baixa percepção no que tange ao seu poder de intervir em situações envolvendo corrupção. Eles deixam aflorar sentimentos de imparcialidade aos escândalos, incapacidade de agir contra a corrupção e desconfiança nos gestores públicos. No entanto, com exceção de Antoine, os estudantes acreditam na eficácia do MPF em relação ao combate à corrupção. Nota-se que os estudantes, ao confiarem na eficácia do MPF para combater a corrupção, acreditam que suas ações surtiriam pouco efeito se comparado à eficácia deste órgão e assim, tendem a reações de conformismo e submissão. Este fato corrobora o que Hewstone (1989) aponta. Segundo o autor, quando o indivíduo se percebe sem poder para mudar uma situação tende a tais reações.

Considerando o exposto, para Evson, a Polícia Federal é eficaz por conta de sua suposta imparcialidade. Segundo ele, é através desta imparcialidade que estão emergindo pessoas de alto escalão, como o Presidente da República do Brasil (Michel Temer). Importante ressaltar que a corrupção é capaz de imprimir efeitos negativos sobre o regime democrático (ARAÚJO, 2014). Isto por que, tal democracia se constrói a partir de um modelo ideal elevado, segundo o qual, se reclama do homem a virtude. Ao idealizar-se o candidato, o eleitor o escolhe em função de suas qualidades e propostas de atuação, assim, quando eleito, é tarefa complexa conseguir separar a corrupção de outras condutas políticas que divergem do idealizado, quando se adota a visão rígida (FILHO, 2001). O estudante manifesta decepção e incredulidade. A decepção decorre da *expectativa* que o Presidente da República estivesse acima de qualquer ação capaz de manchar sua honra. Já a incredulidade deriva da constatação que a corrupção tomou tanta proporção, ao ponto de chegar até a autoridade máxima do executivo.

Segundo Tomás, o movimento de combate à corrupção que tem observado são de certa maneira eficazes, mas devem evitar ao máximo o contato com os políticos para

não se corromper e só tratar com estes judicialmente. Para Dilan e Edgar, o movimento está sendo eficaz, mas pode melhorar, pois o próprio regimento jurídico brasileiro causa muitos entraves. Por outro lado, Antoine acredita que o movimento não seria por si só eficaz, mas já é o primeiro passo para o combate à corrupção.

Sobre as ações políticas que seriam eficazes para superar a corrupção, Dilan acredita que são aquelas que envolvem investimentos na educação de base. Segundo ele, seria fundamental que desde a primeira infância o indivíduo recebesse o condicionamento teórico sobre ética e certa orientação política. Antoine concorda com Dilan e propõe que além do investimento na educação de base, haja também investimento em segurança e saúde. Para Tomás, a ação envolveria a mudança no sistema eleitoral adotado no Brasil em relação à questão da obrigatoriedade do voto. Em contrapartida, Evson e Edgar, acreditam que as medidas do MPF são eficazes para investigar e punir, mas não para impedir que os crimes de corrupção aconteçam, propondo reformas políticas, como se pode observar a seguir:

“Hoje, como é que você vai criar [pausa] mecanismo de combate à corrupção, se o judiciário nosso ainda é indicado pelos...pela...pelo executivo. Um exemplo agora, ou seja, a prova disso: o substituto do Janot é a segunda colocada. Ou seja, ela não foi a mais votada pelos próprios procuradores. O executivo escolheu a segunda. Não o cara que foi mais a...ou seja, o executivo que indica. O executivo que coloca o...o Ministro lá no Superior Tribunal de Justiça.” (EDGAR)

“Se você quer falar sobre processos administrativos eficazes, a regra é utilizar-se o máximo possível de conhecimento administrativo, que você consegue. Então, essa reforma do modelo de administração do Estado, seria realmente fazer o Estado se tornar mais parecido possível com uma empresa de... uma empresa do setor privado, mas [...] que não seja [...] contra a sociedade, certo?!” (EVSON)

Segundo Edgar, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça indicado fica a vida toda no cargo e isso carece de mudança. Além disso, aponta para a relação de poder entre Executivo e o Congresso. Destaca-se que o controle dos membros do Executivo pelo Congresso é uma tarefa árdua, pois o Executivo detém mais poder que o Congresso e o padrão de interação entre o Executivo e o Legislativo são baseados na formação e operação de coalizões majoritárias de apoio ao presidente, (PEREIRA, 2005). Por outro lado, Evson propõe ações que envolveriam uma reforma completa no modelo de administração do Estado equiparando-o a uma empresa privada, com o objetivo de manter a burocracia bem organizada

descomplicando os processos de gestão. Desta forma, segundo ele, seria mais fácil controlar os processos burocráticos e assim impedir ou coibir ações corruptas na gestão pública. A importância da consciência e da participação dos cidadãos no combate à corrupção é apontada no *Source Book* (2015) como a adoção de uma visão holística, em que se atraiam todos os atores principais no processo de reforma ao combate à corrupção. Nesse processo de reforma, o elemento principal é a sociedade atuante politicamente e desempenhando seu papel na moldagem de um ambiente menos corrupto.

Acerca das reações dos estudantes ao assistir escândalos de corrupção, estes expõem seus sentimentos, conforme pode verificar no Quadro 22:

Quadro 22 – Reações dos estudantes que não participam de ações coletivas de combate à corrupção ao assistir os escândalos de corrupção na mídia

<b>Estudante</b>	<b>Reações</b>
Edgar	Não desmotiva.
Dilan	Não desperta, nem tira a vontade de agir.
Antoine	Fica chateado e tem a sensação de impunidade.
Tomás	Desmotiva e há a perda de confiança nos governantes.
Evson	Fica irritado e desmotivado por não conseguir agir.

Fonte: Elaboração própria.

O único estudante que não aparenta desmotivação é Edgar. Na verdade, ele alega que isto estimula sua vontade de tentar encontrar meios de comunicação para despertar a indignação da sociedade contra este tipo de crime. Aponta ainda, que quando assiste aos escândalos, sente raiva num primeiro momento e logo em seguida indignação. Em uma abordagem culturalista, as emoções expressas pelo estudante em sua dimensão microssociológica, tem-se a emoção de reflexo (raiva) e a emoção com base em concepções morais (indignação). A primeira surge involuntariamente, não exigindo um processamento cognitivo consciente e a segunda reflete um sentimento complexo baseado em concepções morais e cognitivas (GOODWIN; JASPER; POLLETA, 2006).

Dilan acredita que os escândalos não tem nenhum tipo de influência sobre sua vontade de fazer algo a respeito, pois tais escândalos são apenas a constatação de fatos que já aconteciam há anos e só agora foram divulgados na mídia. Alega que não sente vontade de reagir, mas também não fica totalmente avesso à situação. Antoine expõe que fica chateado por experimentar uma sensação de impunidade, mas alega que só poderia fazer algo se fosse alguém do legislativo para que ao menos as penas fossem cumpridas. Observa-se que o estudante comete equívoco trocando o judiciário pelo legislativo, já que este é responsável pela elaboração de leis e não prisões. Para Tomás, este tipo de notícia é desmotivante, gerando desconfiança, pois só se ouve falar que a taxa de desemprego tende a aumentar e os serviços do governo não evoluem. Por fim, Evson revela que observa tais notícias, fica irritado, mas que essa irritação logo passa:

“é tanta coisa que você vê numa base diária, não é?! Que eu não posso permitir isso me deixar irritado o dia todo. Mas eu não posso esquecer, [repetiu] eu não posso esquecer. Então, eu preciso [ênfase] sempre estar ciente do que está acontecendo [...] mas é necessário que você não deixe isso atrapalhar a sua vida”. (EVSON)

Evson demonstra estar saturado das notícias de corrupção. Revela ainda que fica desmotivado por não conseguir agir. Ele quer tomar uma atitude, mas não se sente representado e não tem poder monetário ou influência política para agir sozinho.

O posicionamento dos estudantes em relação às notícias envolvendo corrupção é relacionado ao que expõe Hirschman (1983). Para o autor, a percepção e vivência com ações envolvendo corrupção ao longo do tempo, resultam em seu desengajamento em atividades relacionadas ao ativismo político. Além disso, a constante repetição sobre escândalos nas mídias tem como consequência certa saturação acerca do assunto. Outra consequência é o descrédito da sociedade em relação aos políticos, à administração pública e ao Estado (MORAES, 2014).

Ao observar o exposto pelos *estudantes que não participam* nesta dimensão, pode-se confrontar seus posicionamentos com a descrição da teoria. Segundo Sandoval (2001) a dimensão *eficácia política* refere-se aos sentimentos do indivíduo sobre sua capacidade em intervir em dada situação política. Nesse sentido, os estudantes sentem-se desmotivados por perceberem suas ações com pouco ou nenhum poder

de impedir ou combater a corrupção. De acordo com Hewstone (1989), quando indivíduos se percebem sem poder para mudar uma situação tende a reações de conformismo e submissão. Os estudantes transparecem isto ao revelarem imparcialidade aos escândalos e incapacidade de agir contra a corrupção. Além disso, os estudantes revelam ainda *sentimentos com respeito aos adversários*.

A presença de *sentimentos com respeito aos adversários* nos estudantes que não participam é elevada. Esses estudantes tem bem definido quem são os inimigos das ações de combate à corrupção. Nesse sentido, declaram que são a classe política (Dilan, Antoine, Tomás e Edgar); as ONGs, igrejas, e Supremo Tribunal Federal (Edgar) e; os empresários (Evson). Acreditam ainda, que a presença de políticos notoriamente corruptos em movimentos contra a corrupção desperta revolta e decepção (Edgar), irritação (Dilan e Evson), vergonha e tristeza (Antoine) e indignação (Tomás).

Sobre a participação de políticos notoriamente corruptos em movimentos ou outras ações coletivas de combate à corrupção, Edgar, Dilan e Evson alegam que estes tratam a população como ignorantes, citando alguns exemplos:

“[...] o relator do projeto da reforma da previdência tem empresas na sua família que deve [ênfase] milhões à previdência [...] como pode isso?! Aquele sentimento de palhaço, de você...de você se sentir que os políticos estão na arquibancada e nós enquanto sociedade estamos no picadeiro.” (EDGAR)

“[...] muitos desses políticos que estavam ali...é...acusando uma pessoa próxima deles de ser corrupto, também era corrupto [...] estava ali, fazendo uma imagem, representando uma coisa que não era real. Então, eu vejo isso...ah...vamos dizer, uma palhaçada. É uma manipulação do povo, literalmente. Ele quer manipular, passar a imagem de uma coisa que ele não é”. (DILAN)

“[...] duvido, que todas aquelas pessoas, todas elas fossem limpas [...] mas...ali existe muito a questão de...objetivos deles próprios. Até onde eu saiba não deve existir um senador, um deputado, que não seja empresário. Eles tem interesses também.” (EVSON)

Edgar manifesta sua revolta ao afirmar que se sente “palhaço” ao referir-se às atitudes dos políticos que proferem discursos contraditórios às suas práticas. Edgar revela ainda decepção ao citar o ex-presidente da república Lula, por quem era “apaixonado”, mas se decepcionou ao ter se mostrado “mais do mesmo”. Dilan

demonstra certa irritação ao apontar que o povo é tratado como “palhaço” e facilmente manipulável. Evson manifesta irritação ao alegar ser ridículo políticos se apresentarem como moralmente corretos quando já é comprovado que não são. Já Antoine declara sentir vergonhosa e tristeza ao presenciar tais ações. Tomás alega que é difícil ver políticos nestas ações, afirmando que eles tendem a ser contra o combate. Para ele, estes políticos deveriam ser impedidos de propor mudanças na legislação brasileira e na reforma da previdência.

Sobre os inimigos do movimento de combate à corrupção proposto pelo Ministério Público Federal, a maioria dos *estudantes que não participam* declara que os políticos são uma classe considerada inimiga. Para Dilan, os inimigos são os políticos e as pessoas que estão com eles no ato de corrupção. Para Antoine, os inimigos são os políticos, pois quanto maior as ações de combate à corrupção, maior o risco de serem pegos. Tomás concorda que sejam os políticos (e somente estes) os principais inimigos. Em contrapartida, Evson declara que os inimigos são os empresários, pois estes são lesados pelo Estado. Esta “lesão” ocorre na forma de impostos. Portanto, segundo o estudante, como os impostos geralmente são elevados, os empresários procuram formas de burlá-los ou diminuí-los.

Já para Edgar os partidos políticos, as ONGs, as igrejas e o Supremo Tribunal Federal são os inimigos. Os partidos, por conta da perseguição imposta aos políticos que lutam contra a corrupção; as ONGs devido à lavagem de dinheiro e serem beneficiárias destes atos ilícitos; as igrejas por ter muitos pastores entrando na política e muitos políticos corruptos que ajudam as igrejas e por isso tem o apoio de seus líderes e dos fiéis e; o judiciário, pois o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes é totalmente parcial e politizado. No caso das igrejas, vale observar o que aponta Brei (1996). Para o autor, quanto mais uma troca política se aproxima de uma troca social, mais difícil será de classificá-la em termos de corrupção. Além disso, em uma visão rígida, o governante que leva investimento ou obra para sua base eleitoral (neste caso, as igrejas) ou mesmo promove ações visando o aumento de sua popularidade, incide em corrupção (FILHO, 2001).

Considerando a argumentação dos estudantes que não participam expostas nesta dimensão, traça-se um confronto com a teoria exposta por Sandoval e Silva (2016).

Nesse sentido, os autores apontam que esta dimensão está relacionada ao confronto entre os interesses simbólicos e materiais do indivíduo em oposição aos de outros grupos. Destaca-se que os estudantes tem bem definido quem são os inimigos das ações de combate à corrupção no país e revelam sentimentos negativos em relação aos corruptos que participam de ações de combate à corrupção.

Os estudantes deixam transparecer ainda que as *metas e repertório de ações* dos movimentos de combate à corrupção como MBL e #Vem pra rua não são conhecidas por eles (Edgar, Antoine e Tomás) ou quando são conhecidas não tem afinidade (Dilan e Evson). Acreditam ainda, que as metas e ações de combate à corrupção propostas pelo MPF aparentam ser melhores se comparado aos referidos movimentos. Portanto, expressam diminuto sentimento de compatibilidade em relação aos seus objetivos individuais e as *metas e repertório de ações* dos movimentos citados.

Edgar menciona que não leria nada referente ao MBL ou #Vem pra rua, pois estes são completamente parciais e dedicam-se em denegrir a imagem de uns para enaltecer a de outros. Manifesta ainda, esperança ao revelar que acredita que o MPF, apesar de não ser perfeito pode aprimorar as estratégias de combate à corrupção e as pessoas que estão à frente podem ser trocadas. Antoine declara saber que tanto MBL quanto #Vem pra rua estavam por trás das manifestações que ocorreram no Brasil em 2013 e que estes são bons apenas em provocar uma reação imediata da população a ir para a rua protestar. Já Tomás alega que estes movimentos não o representam.

Mesmo tendo algum conhecimento sobre os referidos movimentos, Dilan afirma que estes gostam de manipular pessoas e que em relação às metas, as do MPF são melhores, pois este órgão quer prender todo mundo e assim, vai investigar e cassar muitos políticos corruptos. Já Evson externa que mesmo conhecendo os movimentos não sente-se representado e não vê nada nestes que seja de seu interesse. Frisa que gostaria que o Brasil fosse livre de corrupção, mas que até onde sabe os movimentos apontados não representam quem realmente quer o fim da corrupção.

Sobre as tentativas de emendas às dez medidas, Edgar e Dilan, consideram que a tentativa de responsabilização de juízes e promotores indica a intenção de intimidá-los ou de imprimir medo e assim limitar suas ações. Para Tomás, as referidas emendas foram “uma jogada do governo para tentar se beneficiar mais uma vez”, manifestando sua incredulidade ao lançar a pergunta retórica sobre como os políticos não seriam responsabilizados se cometeram um crime. Para Edgar, as leis são criadas pelos corruptos e de repente seria perigoso deixar essa brecha que pudesse abrir precedentes para criminalizar ações legítimas dos juízes. Para Dilan, a tentativa de anistiar o caixa dois é vergonhoso, pois antes só existia o “caixa um”.

Antoine avalia que a tentativa de responsabilização de juízes e promotores é complicado. Isto por que o juiz pode abusar de sua autoridade e condenar alguém; mas ao mesmo tempo, o político pode criar situações que desviem a conduta do juiz. Em relação ao caixa dois, acredita que no Brasil, os políticos devem estar tão acostumados com isto, que não conseguem trabalhar sem fazê-lo e por conta disso, tentaram anistiar a si mesmos. Por fim, Evson enuncia que os juízes e promotores são pessoas que fazem a justiça de maneira imparcial e que não devem temer a lei nem sofrer qualquer tipo de coerção. Em relação ao caixa dois, aponta que para que haja justiça, quem comete este tipo de crime deve ser punido, sem qualquer tipo de anistia.

Destaca-se que a corrupção não se origina por conta de deficiência educacional ou moral de indivíduos ou burocratas, mas sim, por causa das distorções na estrutura de incentivos que acaba por afetar o comportamento dos indivíduos (MAURO, 1995). Desta forma, certas combinações de desequilíbrios possibilitam o surgimento de problemas causados pela corrupção que sinalizam reformas políticas e econômicas para o seu efetivo combate (HUNTINGTON, 1968).

Sobre o papel que a mídia vem desempenhando nos escândalos de corrupção, apenas Dilan acha que a mídia é importante na divulgação destes escândalos e justifica-se alegando que apesar da *internet* ser acessível à população, ela é utilizada de maneira errada. Nesse sentido, argumenta que as pessoas utilizam a internet em grande medida para mídias sociais e entretenimento e assim, a mídia televisiva divulga fatos que podem gerar desconforto nas pessoas e impulsioná-las a



se informar mais. Em contrapartida, Edgar, Antoine, Tomás e Evson acreditam que a mídia é parcial e que deveriam divulgar informações verdadeiras e de maneira correta. Sobre os interesses políticos que envolvem a mídia, Evson argumenta que:

“[...] qual que era o real motivo da...da globo [...] liberar a gravação...que o Joesley Batista fez com...junto do presidente, por que a globo [...] sempre aparentou proteger essas pessoas que estão supostamente mais uma vez na corrupção, que são PMDB, PSDB, certo?! E de repente eles lançam um golpe tão forte contra essas pessoas [incredulidade], que eu não faço a menor ideia do que eles querem”. (EVSON)

Evson e Edgar acreditam que as mídias independentes fazem melhor divulgação dos fatos por não ter incentivos políticos ou empresariais.

Sabendo que a participação em ações coletivas envolve aspectos como manutenção da lealdade dos membros, custos e riscos físicos (KLANDERMANS, 1992), os estudantes revelam diminuta de *vontade de agir coletivamente*. Importante ressaltar que os estudantes foram agrupados em “estudantes que participam” e “estudantes que não participam” de acordo com a opção marcada nos questionários. Portanto, Dilan, Antoine e Edgar, apesar de agrupados como *estudantes que não participam*, revelam já ter participado de ações coletivas *on line* (Dilan e Edgar) e das manifestações de 2013 (Antoine). Estas ações são descritas pelos estudantes:

“[...] quando vem a solicitação por e-mail, eu já procuro assinar e até encaminhar, por que isso é muito rápido. Você pega, coloca seus dados, confirma e aí encaminha pra um determinado grupo de amigos, já faz sua parte já, sem precisar...estar presencial [...] é a facilidade nossa né?! você só olhou, preencheu e encaminhou e tchau, foi embora”. (DILAN)

“[...] fui pra rua, entendeu?! [...] fui n...naquele...de dois mil...dois mil e treze, [...] foi...o primeiro movimento que começou com a...com...sobre os estudantes [...] na minha cabeça, assim, era contra a corrupção, contra os escândalos que tavam saindo. Bom, eu fui com ess...essa intenção, né?!” (ANTOINE)

Para Dilan este tipo de ação se constitui em “fazer a sua parte”. Segundo ele, isto facilita até a divulgação, já que é possível em poucos minutos encaminhar para vários grupos e assim acessar muitas pessoas. Antoine alega que sua intenção era protestar contra os escândalos que estavam ocorrendo e assim, atestar ser contra a corrupção. Edgar apesar de afirmar não participar ou nunca ter participado de ações coletivas contra a corrupção, argumenta que, assim como Dilan, assina petições *on*

*line* sempre que as recebe e o assunto lhe convém. Portanto, pode-se apontar a *internet* como importante ferramenta para o alargamento do espaço público e transformação da natureza da democracia (CARDON, 2012).

Em contrapartida, Tomás e Evson alegam nunca ter participado de tais ações e que a convivência com pessoas pouco participativas os leva a adotar postura similar e assim nunca participam de ações coletivas. Para Tomás isto se deve ao fato de conviver com pessoas que não “levam isso muito adiante”. O estudante alega ser influenciado por estas pessoas e ressalta que geralmente estas ações coletivas ocorrem em horário de trabalho, o que dificulta mais ainda sua participação. Já Evson alega não participar ou não ter participado deste tipo de ação, por que não existe ninguém que o represente em sua forma idealizada de combater a corrupção.

Compreender como ações individuais ou coletivas se dão não é algo apenas circunstancial ou de realidade social, mas inclui o acervo disponível de ações possíveis, além da legitimidade outorgado às mesmas por seus atores (SANDOVAL, 1994). Portanto, os *estudantes que não participam*, revelam que as metas e ações de combate à corrupção dos movimentos MBL, #Vemprarua e MPF são incompatíveis com seus interesses. No entanto, alegam que dentre estes movimentos, as metas e ações de combate à corrupção propostas pelo MPF aparentam ser melhores.

De acordo com Sandoval e Silva (2016), a afinidade com as *metas e ações do movimento social* relacionam-se à correspondência entre os propósitos do movimento, as táticas de ação deste e os sentimentos de eficácia política, de injustiça e interesses do indivíduo. Portanto, os estudantes aparentam não ter afinidade com os propósitos e táticas dos movimentos de combate à corrupção e acreditam que suas ações são ineficazes nesse combate. Além disso, deve-se avaliar a *vontade de agir coletivamente* revelada pelos estudantes.

Considerando o exposto, a influência da graduação sobre a *vontade de participar* é apontada pelos estudantes, com exceção de Edgar, como positiva. Dois estudantes (Tomás e Evson) alegam serem influenciados por professores do curso. Mesmo

havendo influência do curso e de professores, os estudantes apenas discursam sobre uma participação que de fato não ocorre.

Sobre a influência da graduação na vontade de participar de movimentos ou outras ações contra a corrupção, apenas Edgar afirma que o curso não o influencia em sua vontade de participar. Ele aponta que o curso de graduação em Administração é o que menos participa politicamente dentro da universidade e que fora dela não deve ser diferente. Para isto, cita como exemplo, a greve contra o congelamento dos gastos com a educação, que ocorreu em 2016. Nesta greve, vários centros aderiram às ocupações, mas o de Administração não. Apesar disto, destaca que o curso dá um aporte extraordinário para que se tenha conteúdo para discutir qualquer assunto, pois é uma mistura de ciências excelentes. Em contrapartida, Dilan aponta que o curso o influencia muito por que as disciplinas abordadas o levam a reflexões e com isso, a ser uma pessoa correta e buscar formas de não se tornar corrupto. Tanto Edgar quanto Dilan alegam não serem influenciados por familiares ou grupos de convívio.

Para Antoine o curso o influencia a ser uma pessoa mais ética e moral e destaca que o Administrador deve saber lidar com situações envolvendo corrupção. Sobre a influência de familiares ou grupos, alega que já fora influenciado, mas que atualmente não mais. Tomás afirma que o curso influencia e que sabe que há necessidade de maior participação e que começou a ter essa visão a partir do curso. No entanto, expõe que deixa a desejar quando o assunto é participação. Tomás exprime certo conflito. Isto por que tem consciência de que deve participar nas ações coletivas contra a corrupção, mas suas atitudes são contraditórias à sua argumentação. O estudante aponta ainda ser influenciado por professores e amigos. Já Evson declara que o curso o influencia bastante e que seus familiares e professores o influenciam, mas não de maneira decisiva. Isto por que o ajudam a criar uma visão geral, a partir da qual traça sua própria visão.

De maneira geral, os estudantes aparentam não demonstrar incômodo com os tipos de corrupção aos quais tem ou tiveram algum contato e demonstram sentimento de conformismo com o fato. Nesse sentido, alegam haver o famoso jeitinho brasileiro já impregnado na cultura do país (Tomás); haver a tendência do ser humano em

buscar facilidades (Dilan) e; que a tentativa de anistiar o crime de caixa dois é algo que aparenta ser natural no país (Antoine). Isto por que a percepção e vivência com ações envolvendo corrupção ao longo do tempo, acabam por intensificar a conformação e a submersão dos cidadãos em ações corruptas (HIRSCHMAN, 1983).

Ao analisar o posicionamento dos *estudantes que não participam*, pode-se confrontar tais posicionamentos com o que expõem Sandoval e Silva (2016) sobre a *vontade de agir coletivamente*. Segundo os autores, esta se relaciona à percepção que o indivíduo tem sobre as condições institucionais e circunstanciais para sua participação. Nesse contexto, os estudantes revelam exígua vontade de participar de ações coletivas contra a corrupção. Isto por que sua não participação é racional. Tal fato se dá em função de adotarem uma postura condizente com o que propõem Luchmann e Borba (2008). Nesse sentido, fazem um balanceamento entre os prós e contras envolvidos na participação, decidindo assim, não participar. Além do exposto, deve-se considerar ainda a postura dos estudantes ante o fator corrupção.

Em relação aos tipos de corrupção, observa-se que a *corrupção branca*, que é aquela tida como algo ilegal (por que a lei reprova), mas que é tolerada pela sociedade pode ser percebida nos casos em que os estudantes alegam ter conhecimento de fatos envolvendo corrupção, mas que não se importam por que o fato é de conhecimento da sociedade, como exemplo, as licitações fraudulentas.

A *corrupção cinza* é revelada pelos estudantes na medida em que determinados governantes, políticos partidários ou funcionários públicos são apontados como corruptos, mas estes consideram suas práticas como algo institucionalizado, ou seja, permitido para aquele grupo. Já a *corrupção preta* é revelada pelo discurso dos estudantes quando são unânimes em afirmar que o crime de caixa dois é uma ação corrupta e como tal acreditam que deva ser aplicada aos transgressores, sem a possibilidade de anistia.

Segundo Ackerman (1978), para que haja corrupção, faz-se necessário que haja uma relação de interesses entre os envolvidos. Para a autora esse tipo de comportamento é denominado de *rent-seeking* ou busca de renda. Já para Cockcroft (2012) empresários e burocratas estão constantemente agindo como *rent-seeking*

de maneira passiva ou ativa. Nesse sentido, a mídia têm mostrado constantes escândalos envolvendo este tipo de corrupção, envolvendo empresários e políticos partidários. Nesse contexto, para a maioria dos estudantes, estas atividades são causadas em sua essência pela classe política, que impõem este tipo de comportamento aos empresários.

Considerando o exposto, o Estado, na condição de um ente perfeitamente burocrático, revelado no comportamento de seus agentes (escolhas não pessoais), deixa de ter sua estrutura burocrática preservada na medida em que seus agentes aceitam propina, sonegação ou cometem algum tipo de fraude (ARGANDONA, 2005). Já nas organizações privadas, quando isso ocorre (corrupção), a eficiência do empregado é destruída (ACKERMAN, 2004). Isto por que, ao invés de produzir com eficiência, os empregados (neste caso, os gestores) só pensarão na obtenção dos possíveis ganhos advindos das ações corruptas.

Note-se que a corrupção é uma atividade de pessoas ou grupos reais, que traficam influências em um dado ambiente de oportunidades, de recursos e limitações (JOHNSTON, 1982). Nesse sentido, são traficadas as influências políticas e as trocas financeiras entre políticos partidários e gestores de grandes organizações. No entanto, os estudantes compreendem que a culpa por tal relação advém apenas dos políticos. Assim, não consideram que a corrupção pode se manifestar tanto no ambiente público, quanto no privado. Fica aparente o que propõe Pimentel (2014), onde apenas o público aparenta ser corrompível e assim não se atenta para o fato de que a corrupção se dá através de formas de expressão variadas. Nesse contexto, políticos e gestores concorrem para o crime de corrupção, seja de forma ativa ou passiva. Portanto, ambos são culpados. No entanto, na ótica dos estudantes (que talvez por se posicionar no lugar do gestor acusado) os gestores são isentos de culpa.

Vale ressaltar que, em relação à corrupção, o comportamento político dos cidadãos brasileiros pode ser representado basicamente por dois tipos. Tais comportamentos dividem-se em pró-corrupção e anticorrupção (HEIDENHEIMER, 1970). Nesse sentido, tem-se que um comportamento é pró-corrupção, quando há conivência ou omissão aos tipos de corrupção que se apresentam. Já o comportamento anticorrupção, pode ser considerado como aquele no qual se participa ativamente de

alguma causa que seja considerada de interesse público - neste caso, uma ação coletiva contra a corrupção (HEIDENHEIMER, 1970; FILGUEIRAS, 2009). Portanto, estes estudantes, ao terem conhecimento de crimes envolvendo corrupção, adotam posturas conformistas e assim, um comportamento político que pode ser classificado como pró-corrupção.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A corrupção no Brasil se tornou um dos principais problemas na esfera pública nos últimos anos. Segundo o Latinobarômetro (pesquisa de opinião pública, realizada anualmente entre nações da América Latina) 31% dos brasileiros consideram que a corrupção é o principal problema do país (oglobo.com, 2017). Em relação às lutas sociais, os estudantes constituem-se em importantes sujeitos. Como exemplo, têm-se as ocupações em universidades no país, principalmente nas públicas, em busca de melhoria da qualidade de ensino, contra reformas na educação, atos de corrupção e desvios de verbas públicas (GOHN, 2011).

Neste contexto, indaga-se: como a configuração das dimensões da consciência política dos estudantes de graduação em Administração contribui para a participação deles ou não em ações coletivas e/ou individuais de combate à corrupção no Brasil? Para responder esta pergunta este trabalho teve como objetivo compreender como a consciência política dos estudantes de graduação em Administração de uma universidade pública brasileira no sudeste do Brasil contribui para a participação deles ou não em ações coletivas de combate à corrupção.

Para nortear as discussões, adotou-se o Modelo Analítico de Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas (SANDOVAL, SILVA, 2016) como marco teórico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória (CRESWELL, 2003), com 11 estudantes entrevistados, todos do sexo masculino, cujos dados foram submetidos à análise de conteúdo (BARDIN, 2011), tendo as dimensões da consciência política como macrocategorias de análise (SANDOVAL, SILVA, 2016).

Os resultados revelam dois tipos de consciência política: consciência política de conflito (estudantes que participam) e consciência política de senso comum (estudantes que não participam), indo ao encontro dos resultados de uma pesquisa realizada com estudantes de graduação no sudeste do Brasil sobre a participação cidadã deles nas instituições participativas existentes no estado onde a universidade está inserida (PALASSI; MARTINS; PAES DE PAULA, 2017).

No que diz respeito à *identidade coletiva* os resultados revelam que os estudantes demonstram posicionamentos divergentes em relação à profissão do Administrador. Enquanto os *estudantes que participam* alegam, em sua maioria, sentirem-se como Administradores, os que não participam não partilham deste sentimento. Os *estudantes que participam* revelam ainda sentimentos negativos em relação ao país, aflorando insatisfação, impotência, descrédito, pessimismo e vergonha. Já os *estudantes que não participam* revelam um sentimento de baixa *identidade coletiva* em relação ao curso. Além disso, revelam sentimentos diversificados em relação ao país, como orgulho, decepção, tristeza, esperança, otimismo, desapontamento, descontentamento, descrença, incapacidade e impotência. Portanto, são expressos pelos *estudantes que não participam*, escassos sentimentos que envolvam coesão social e solidariedade por apresentarem interesses aparentemente diversificados. Desta forma, os *estudantes que participam* revelam acentuado sentimento de *identidade coletiva* enquanto os *estudantes que não participam* revelam este sentimento diminuto. Assim, ao partilhar de um sentimento de pertencimento a um coletivo, como administradores e cidadãos insatisfeitos, os *estudantes que participam*, sentem-se de certa forma motivados a participar de ações coletivas. Por outro lado, os *estudantes que não participam*, ao não partilhar deste sentimento de coesão grupal, acabam não sentindo impulsionamento a participar de tais ações.

A dimensão *crenças, valores e expectativas sobre a sociedade* se apresenta no relato tanto dos *estudantes que participam* quanto dos que não participam, quando eles expõem, mesmo que de maneira sutil, seus posicionamentos e ideologias políticas, associados à suas visões de mundo. Observa-se que há aparente desconfiança nos gestores públicos e descrença nas instituições. Isto fica evidenciado na exposição dos tipos de corrupção e das práticas mais comuns de combate à corrupção expostos tanto pelos *estudantes que participam* quanto pelos que não participam. Nesse sentido, acreditam que a corrupção ocorre mais frequentemente no âmbito político, mas que as práticas de combate devem se dar no âmbito político e no empresarial. Acreditam ainda que participar de protestos, petições e abaixo assinados contribui para combater a corrupção no país e que a graduação em Administração tem potencial para gerar profissionais éticos.



Os *interesses coletivos* são mais evidentes nos *estudantes que participam* por aparentarem compreender o processo da dinâmica social que os cercam e de alguns dos movimentos de combate à corrupção. São aflorados sentimentos de impotência e insatisfação, onde os políticos e instituições públicas são vistos com certa desconfiança e como meros defensores de interesses que aparentam ser antagônicos aos da sociedade em geral.

A dimensão *eficácia política* é revelada de maneira latente tanto *pelos estudantes que participam* quanto pelos que não participam. Destaca-se que esta dimensão está relacionada aos sentimentos dos indivíduos no tocante à sua capacidade de intervenção e de modificação na realidade no qual estão inseridos ou em uma situação política (SANDOVAL, 2001). Nota-se a desmotivação e sensação de incapacidade para enfrentar a corrupção, tanto nos *estudantes que participam* como nos que não participam. Consequentemente, apresentam baixa confiança em sua capacidade de desempenhar um papel relevante contra a corrupção.

A dimensão *sentimentos com respeito aos adversários* mostra-se aparente nos *estudantes que participam* assim como nos *estudantes que não participam*, mesmo havendo alguns contrastes entre seus posicionamentos. Nesse sentido, eles têm bem definidos quem são os inimigos do combate à corrupção no país. Enquanto para os *estudantes que participam* tais inimigos são os corruptores, corrompidos, classe política e a mídia, para os que *não participam* são os políticos, ONGs, igrejas, Supremo Tribunal Federal e empresários. Tanto os *estudantes que participam* quanto os que não participam sentem desconforto e sentimentos negativos em relação à participação de políticos notoriamente corruptos em ações coletivas de combate à corrupção.

Na dimensão *metas e repertório de ações* verifica-se diminuto sentimento de compatibilidade em relação aos objetivos individuais dos *estudantes que participam* e não participam, com as *metas e repertório de ações* dos movimentos, pois não são compatíveis com seus interesses. Isto porque acreditam que as ações coletivas de combate à corrupção e suas próprias ações como cidadãos são ineficazes.

A *vontade de agir coletivamente* é latente tanto nos *estudantes que participam* quanto nos *estudantes que não participam*. Destaca-se que esta dimensão está relacionada à predisposição individual para participação em ações coletivas objetivando sanar injustiças ou conquistar novos direitos. Portanto, os estudantes se percebem sem poder para sanar injustiças advindas da corrupção. No entanto, os *estudantes que não participam*, percebem que são beneficiados pela ação de outros e, desta forma, sentem que não precisam se envolver. Já os *estudantes que participam*, apesar de alegarem pouco poder através de suas ações, aparentam esperança de alcançar alguma mudança em relação à corrupção e assim, continuam a participar das ações coletivas de combate.

Aliado a isto, os estudantes avaliaram o que propõe Klandermans (1997) sobre a participação em ações coletivas. Para o autor, é realizada uma relação entre custo e benefício; gastos ou perdas e riscos físicos envolvidos. Ao fazer este balanceamento entre prós e contras, eles decidem não participar. Além disso, para Sandoval (2001) de um modo geral, os indivíduos estão mais predispostos a não participar do que a participar de ações coletivas. Isto fica evidenciado nos discursos dos estudantes ao alegarem que preferem ações individuais e que não sentem vontade de participar de ações coletivas, mesmo as que ocorrem no bojo da universidade. Nota-se que a participação destes estudantes como atores políticos nestas ações não se consuma de fato, pois estes atuam, na maioria das vezes, apenas como expectadores. Mesmo os *estudantes que participam* demonstram certa decadência na vontade de participar de tais ações. Isto por alegarem já terem sido mais participativos, mas que de alguma forma perderam o interesse em participar. Este fato se dá em função de perceberem suas ações como tendo pouco efeito sobre o combate à corrupção.

Considerando o exposto, infere-se que os *estudantes que participam* apresentam a tipologia de consciência política de conflito (SANDOVAL, 1989). Isto por saberem que suas participações enquanto cidadãos são necessárias, mas não fundamentais devido ao sentimento de baixa *eficácia política* de suas ações no tangente à corrupção. Além disso, seu desejo de participar de ações coletivas sofreu certo abalo, mas continuam a participar destas ações. Isto por que sua participação é influenciada por certo caráter identitário. Aliado a isto, estão suas *crenças, valores e*

*expectativas sobre a sociedade* onde mostrar que são contra a corrupção faz parte dos *interesses coletivos*. Possuem ainda clareza sobre quem são os inimigos do combate à corrupção e com isso, tem bem alinhado seus *sentimentos com respeito aos adversários*. Por outro lado, o sentimento de baixa eficácia política e a falta de empatia com as metas e repertório de ações de certos movimentos de combate à corrupção, tem culminado na diminuição do desejo de agir coletivamente.

Já os *estudantes que não participam* apresentam a tipologia de consciência política de senso comum (SANDOVAL, 1994). Assim, demonstram reduzida capacidade de análise crítica em acontecimentos envolvendo corrupção e indiferença às questões políticas. Estes apresentam diminutos sentimentos de *identidade coletiva*, de *interesse coletivo*, de *eficácia política* e pouca empatia com as *metas e repertório de ações* de movimentos de combate à corrupção e com isto, pouca ou nenhuma *vontade de agir coletivamente*.

Os motivos elencados para a participação e para a não participação dos estudantes em ações coletivas contra a corrupção são diversificados. No entanto, ao aplicar-se a análise de conteúdo (BARDIN, 2011) à estes motivos, eles podem ser agrupados de acordo com seu núcleo e semelhança. Nesse sentido os motivos para participar são: a demonstração de que a sociedade é contra a corrupção; pode gerar mudanças; pode influenciar uma votação; a internet possibilita a participação e mobilização rápida e segura. Já os motivos para a não participação são: falta de representação; a participação não resulta em efeitos imediatos; há descrédito nos movimentos sociais atuais e; a corrupção passou a ser algo natural.

Note-se que foram listados diversos fatores que podem levar à participação ou não dos estudantes em ações coletivas contra a corrupção. Nesse sentido, os fatores relacionados à não participação superaram os fatores que podem levar à participação. Nesse sentido, observa-se certo desgosto dos estudantes ao falar sobre acontecimentos políticos que levaram à decadência no desejo de participar de ações contra a corrupção. Desta forma, os estudantes ao responderem às questões do roteiro de entrevistas (APÊNDICE C) elencaram durante seus relatos, mais motivos para a sua não participação do que para a sua participação.

Ao considerar o exposto, infere-se que os *estudantes que participam* sentem-se de certo modo, impotentes ao deparar-se com problemas envolvendo corrupção. No entanto, não perderam totalmente a vontade de participar de ações de combate à corrupção. Já os *estudantes que não participam*, apresentam em sua grande maioria, o posicionamento de meros expectadores ante as oportunidades de participação. Este fato pode se dar em função de uma decisão racional. Portanto, os fatores expostos se somam no sentido de construir um ambiente desfavorável à aproximação de atividades coletivas e políticas dos *estudantes que não participam*. Desta forma, a participação dos *estudantes que participam* é influenciada pelo que propõem Luchmann e Borba (2008), ou seja, certo caráter identitário. Este estaria relacionado a seus cotidianos e redes de relacionamentos. Já a não participação dos *estudantes que não participam* é racional. Isto por que, ao balancearem os prós e os contras da participação, decidem não participar. Além disso, ao perceber que podem ser beneficiados pelo engajamento de outros, tendem a atuar como “caronas”.

Tendo em vista o exposto, destaca-se que as emoções ou sentimentos emotivos encontram-se entrelaçadas às dinâmicas sociocognitivas presentes no processo de formação da consciência política (SANDOVAL; SILVA, 2016). Portanto, durante as entrevistas e no relato dos estudantes, notou-se a exposição de emoções. Os *estudantes que participam* demonstraram raiva, confiança, orgulho e justiça. Não demonstraram desprezo nem otimismo. Já os *estudantes que não participam*, demonstraram desprezo, raiva, confiança, orgulho e otimismo. Não expressaram justiça. Ao considerar o exposto, pode-se inferir que justiça pode ter um papel relevante no desejo de participar ou não de ações coletivas. Desta forma, quando manifesta, pode incentivar tal desejo, assim como quando ausente pode desestimulá-lo. Aliado a isto, tem-se a configuração manifesta pelos estudantes.

A configuração dos *estudantes que participam* os leva a um despertar da consciência política e com isto a uma participação que de fato ocorre, a configuração dos *estudantes que não participam* restringe o aflorar de tal consciência e assim, leva a uma apatia política que culmina na não participação. Desta forma, quanto maior for o sentimento de pertencimento a um coletivo, o compartilhamento de

ideologias políticas, visão de mundo, e a identificação de pessoas ou grupos com interesses contrários aos seus, maior será o impulsionamento a participar de ações coletivas contra a corrupção. Em contrapartida, quanto menores os sentimentos de identidade grupal, de capacidade de intervenção em situações envolvendo corrupção, de interesses compartilhados e de afinidade com metas e repertório de ações de movimentos de combate à corrupção, maior será a desmotivação a agir coletivamente.

Vale destacar que a participação é apontada pelos próprios estudantes como algo importante. Aliado a isto, tem-se que a participação política dos estudantes nas universidades é responsável, em grande parte, pelo seu desenvolvimento como cidadão e por sua inserção na vida pública (AZEVEDO, 2012). Portanto, a instituição de ensino, através dos gestores do curso e docentes, é responsável (em parte) por criar mecanismos que possibilitem a participação dos universitários enquanto membros destas instituições. Além disso, a educação não pode se resumir àquela realizada na sala de aula, pois há produção de saberes e aprendizagens em outros espaços, como os participativos (GOHN, 2011).

Os resultados da presente pesquisa contribuem com um repensar do ensino dos graduandos em Administração em relação à oferta de atividades extracurriculares. Estas atividades teriam por finalidade, o desenvolvimento da promoção de valores sociopolíticos (LOZANO; ALVARADO, 2011; MARANHÃO; PAES DE PAULA, 2011). Além disso, tais atividades poderiam resultar em uma maior participação dos estudantes em ações políticas e em ações coletivas, mesmo que no bojo da própria universidade, como micro-mobilizações. Fato este importante por ser nos processos de micro-mobilização que a conscientização cotidiana acontece. Isto por que é através da interação entre consciência e as experiências de micro-mobilização que surgem a solidariedade grupal e a mobilização para ações coletivas (SANDOVAL, 1994).

A presente pesquisa ao utilizar-se do modelo de consciência política proposto por Sandoval (2001), no mesmo *lócus* que outras pesquisas (MARTINS, 2014; MARTINELLI, 2016), possibilita uma maior compreensão das dimensões da consciência política dos estudantes de Administração desse *lócus*. Portanto, seus

resultados podem contribuir ainda, para a reflexão dos professores que possuam preocupações com a formação cidadã, além da formação profissional dos estudantes de Administração. Apresenta-se ainda como contribuição desta pesquisa, o fornecimento de informações que podem auxiliar as políticas de combate à corrupção. Isto se dá na medida em que os resultados (mesmo realizada com grupo específico) levam à identificação (empírica) do comportamento e percepções dos estudantes quanto ao processamento do fenômeno da corrupção e das ações de combate.

Destaca-se que a consciência política é configurada pela participação do sujeito em ações individuais ou coletivas (SANDOVAL, 2001). No entanto, a construção de sentidos não se dá através de uma inatividade ou passividade dos sujeitos. Isto por que há uma constante negociação de significado destes consigo mesmos e com as estruturas das quais são cercados (GANSOON, 1992). Desta forma, tem-se de um lado o universo cultural e político organizados com base em estruturas que são previamente estabelecidas, e do outro, sujeitos individuais e coletivos capazes de atuar de forma ativa (SANDOVAL; SILVA, 2016). Portanto, cada indivíduo é único em sua maneira de pensar e de se comportar ante as oportunidades de participação na luta contra a corrupção no país.

Considerando o exposto, é válido salientar que esta pesquisa pode subsidiar diversos estudos que visem o aprofundamento da temática abordada. Isto por que falar da consciência política tanto de um sujeito quanto de um grupo, significa falar apenas de um momento de tal consciência. Isto por que podem ocorrer mudanças na configuração da consciência dos sujeitos. Tais mudanças podem se dar em função das tensões vividas diariamente e que requerem que processos dialéticos sejam continuamente expressos (SANDOVAL; SILVA, 2016). Portanto, aqui não se esgotam as possibilidades de pesquisa abordando o tema, mas sim se abre caminho para que mais investigações sejam construídas. Nesse sentido, aponta-se como sugestões para futuras pesquisas, as que abordem o tema em outros cursos do mesmo *lôcus* ou o mesmo curso, só que em universidade particular ou com sujeitos de pesquisa composto exclusivamente por pessoas do sexo feminino. Desta forma, possibilita-se traçar comparativos.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, C.W. Relação entre índices de percepção da corrupção e outros indicadores em 11 países da América Latina. Cadernos Adenauer, 10. **Os custos da corrupção**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

\_\_\_\_\_. Corrupção no Brasil: a perspectiva do setor privado. **Relatório de Pesquisa da Transparência Brasil**, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Dificuldade de Medir a Corrupção**, Novos Estudos – CEBRAP, nº73, São Paulo, Nov. 2005.

ACKERMAN, R.S. **La corrupción y los gobiernos: causas, consecuencias y reforma**. Madrid: Siglo Veinteuno, 2001.

\_\_\_\_\_. **The economics corruption: an essay in political economy**. New York, Academie Press, 1978.

\_\_\_\_\_. **The political economy of corruption** – causes and consequences. The World Bank: public policy for the private sector, vol.74, 2004.

AGENCIA BRASIL. Índice de percepção da corrupção no Brasil tem queda e país fica pior no ranking. Disponível em [www.agenciabrasil.ebc.com.br](http://www.agenciabrasil.ebc.com.br).

AKTOUF, O. Ensino de Administração: por uma pedagogia para a mudança. **Revista Organizações e Sociedades**, Salvador, v. 12, n. 35, 2005.

ANSARA, S. **A participação política dos alunos das universidades particulares do Vale da Paraíba**, São Paulo. São Paulo: PUC-SP, 2011 [Tese de doutorado].

ARAÚJO, R. F. A percepção de diferentes tipos de corrupção na ótica dos profissionais da contabilidade. Natal: Universidade de Brasília, 2014 [Dissertação de Mestrado].

ARGANDONA, A. Corruption and companies. The use of facilitating payments. **Journal of Business Ethics**, Heidelberg, v. 60, n.3, p.251-264, 2005.

AZEVEDO, R. Conheça a startup que surgiu para fazer protestos. **Revista Exame**, Abril de 2015.

AZEVEDO, L.M.R. Um estudo sobre a consciência política de jovens universitários. **ECCOM**, v. 3, n. 6, jul./dez. 2012.

AVRITZER, L.; BIGNOTTO, N.; GIMARÃES, J.; STARLING, H.M.M. **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2ª edição, 2012

BARDIN, L. (2011). **Análise de conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto & Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70 (Obra original publicada em 1977). São Paulo: 6ª Edição.

BAYLEY, D.H. **The effects of corruption in a developing nation**. In: Heidenheimer, A. J. Political corruption – readings in comparative analysis. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1970.

BEZERRA, M.O. **Corrupção**: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

BITTENCOURT, C.R. **Tratado de Direito Penal**: parte especial. Dos crimes contra a Administração Pública, dos crimes praticados por prefeitos. 4 ed. V. 5. São Paulo: Saraiva, 2010.

BONIFACIO ,R. & RIBEIRO, E. Corrupção e participação política no Brasil: diagnósticos e consequências. **Revista brasileira de Ciência Política**, nº 20, Brasília, maio-agosto, 2016.

BORBA, J. **Participação política**: uma revisão dos modelos de classificação. Sociedade e Estado, v. 27, n. 2, 2012.

BRADY, H. **Political participation**. In: ROBINSON, J. (Orgs.). Measures of political attitudes. San Diego: Academic Press, 1999.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Assegura o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça.

BRASIL. **Decreto-Lei 201**, de 27 de Fevereiro de 1967. Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 9.840**, de 28 de Setembro de 1999. Altera dispositivos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 do Código Eleitoral.

BRASIL. **Lei nº12. 846**, de 01 de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de Novembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações.

BRASIL. **Lei 8.625**, de 12 de fevereiro de 1993. Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.



BRASIL. **Lei 8.429**, de 02 de Junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.

BRASIL. **Lei 8.666**, de 20 de Junho de 1993. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

BRASIL. **Lei 7.347**, de 24 de Julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

BRASIL. **Lei Complementar nº 135**, de 04 de Junho de 2010. Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101**, de 04 de Maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

BRASIL. **Lei Complementar nº 64**, de 18 de Maio de 1990. Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.

BRASIL. **Lei Complementar nº 75**, de 20 de maio de 1993. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.

BRASIL. **Projeto de Lei 4.850**, de 29 de Março de 2016. Dispõe sobre medidas contra a corrupção e demais crimes contra o patrimônio público e combate o enriquecimento ilícito de agentes públicos.

BREI, Z.A. **Corrupção**: dificuldades para definição e um consenso. Revista de Administração Pública, v.30, nº3. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRUNING, R.J. **Corrupção**: causas e tratamento. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 1997 [Tese].

CALIL, S. N. Improbidade administrativa: teoria e prática de acordo com a Lei nº 12.846 de 01 de agosto de 2013, com a lei complementar nº 135 de junho de 2010. **Ficha Limpa**. 2ª ed. Leme: J. H. Mizuno, 2014.

CAMPOS, F.A.O.; PEREIRA, R.C. Corrupção e ineficiência no Brasil: uma análise de equilíbrio geral. **Revista estudos Econômicos**. São Paulo. Vol.46,n.2. Junho 2016.

CARDON, D. **A democracia internet**: promessas e limites. Tradução de Nina Vincent e Tiago Coutinho. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CARIOCA, A.M. **A produção científica brasileira das revistas de Administração e Ciências Contábeis, classificadas no Qualis – periódicos 2014**, sobre corrupção, fraude e governança corporativa: um estudo comparativo com a

incidência de casos de corrupção no país. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016 [Dissertação de Mestrado].

CARVALHO, W. O. **auditoria independente e Compliance**: Estudo de Caso Petrobrás. Minas Gerais: Faculdade Pedro Leopoldo, 2015 [Dissertação de Mestrado].

CAVALCANTI, P.R.A. **A corrupção no Brasil**. São Paulo: Siciliano, 1991.

CHING, H.Y.; SILVA, E.C.; TRENTIN, P.H. Formação por competência: experiência na estruturação do projeto pedagógico de um curso de administração. **Revista de Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 15, n. 4, 2014.

COSTA, A.S.M.; SARAIVA, L.A.S. Hegemonic discourses on entrepreneurship as na ideological mechanism for the reproduction os capital. **Organization Periodical**, v.19, nº 5, 2012.

COSTA, A. M. Criminalidade na Administração Pública: Peculato, corrupção, tráfico de influência e exploração de prestígio. **Revista da EMERJ**, v. 13, nº 52, 2010.

COSTA, G. B. **Consciência, participação e negociação**: uma leitura psicopolítica do processo de produção do Plano de Manejo da APA Várzea do Rio Tietê. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Um estudo sobre cidadania e políticas públicas em Porto Alegre. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 3, n.4 (número especial), nov. 2007.

\_\_\_\_\_; DELIBERADOR, L.M.Y. Contribuições da noção de consciência política para a pesquisa e a prática da comunicação comunitária. **Revista ALTERJOR**. São Paulo, Ano 5, vol. 2, nº10, Julho-Dezembro 2014.

COSTA, M.; TALENTO, A.; REVERBEL, P. Movimentos antigoverno não revelam origem e volume de suas receitas. **Folha de São Paulo**, 03 de Abril de 2016.

COSTA, Y.R.S. **Mecanismos de Prevenção e Combate à Corrupção em Bancos**: um estudo sob a perspectiva de gerentes e funcionários de instituições financeiras. Minas Gerais: Universidade FUMEC, 2016 [Dissertação de Mestrado].

CRESWELL, J.W.O. O uso da teoria. In:\_\_\_\_\_. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Porto Alegre: Artmed, 2003.

COCKCROFT, L. Global Corruption: Money, Power and Ethics in the Modern World. United Kingdom: I.B.Tauris & Co. Ltd. 2012.

CRUZ, J.M. **Controle interno, adequação e eficácia para minimizar a ocorrência de desvios em licitações públicas**. Minas Gerais: Faculdade Pedro Leopoldo, 2012 [Dissertação de Mestrado].

DEMO, P. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez. 1993.

DOBEL, J. P. The corruption of a state. **The American Political Science Review**, Vol. 72, 1976.

Duração mínima e máxima dos cursos de graduação em administração. Disponível em [www.administracao.ufes.br](http://www.administracao.ufes.br). Consultado em 20/06/2017.

EIGEN, P. **Las redes de la corrupción**: la 154xperiênc civil contra los abusos del poder. Buenos Aires, Planeta, 2015.

EKMAN, J.; AMNA, E. Political participation and civic engagement: Towards a new typology. **Human affairs Periodical**, v.22, nº 3, 2012.

FAORO, R. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2000.

FERREIRA, D. **Manual de Sociologia** – Dos Clássicos à Sociedade da Informação. 2. Edição. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, L.V.; MOROSINI, F.C. A implantação da Lei Internacional anticorrupção no comércio: o controle legal da corrupção dirigida às empresas transnacionais. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.2,n.3, Jan/Jun 2013.

FERRI, I.V.M. **Práticas de corrupção no processo de licitação de obras públicas de infraestruturação civil no Brasil**. Minas Gerais: Universidade FUMEC, 2015 [Dissertação de Mestrado].

FERRO, R.J. **Vamos lá falar**: um estudo psicopolítico da consciência política a partir das percepções sobre o fenômeno da corrupção em Moçambique. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015 [Dissertação de Mestrado].

FIATES, G.G.S. ; PARENTE, E.G.V.; LEITE, A.L.S.; PFITSCHER, E.D. Os princípios instituídos pela organização das nações unidas para uma educação responsável em gestão: uma proposta inovadora para o ensino de administração. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 5, n. 1, 2012.

FILGUEIRAS, F. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e práticas sociais. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 15, nº 2, Novembro, 2009.

FILGUEIRAS, F.(Org.); AVRITZER, L. (Org.) **Corrupção e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. República, confiança e sociedade. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v. 50, nº 4, 2008.

FILHO, J. D. C. **Administração Pública Federal**: propostas para fortalecimento do controle sobre os atos praticados e o respectivo combate à corrupção. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008 [Dissertação de Mestrado].

FONSECA, N.C.M. **Turnaround de empresas com problemas de Compliance o caso siemens**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015 [Dissertação de Mestrado].

FONTANELLA, B.J.B. **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde**: contribuições teóricas. Caderno Saúde Pública, 2008.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

FRIEDRICH, C. J. **Political corruption**. Political Quarterly, v.37, 1966.

FRIEDRICH, D. B. & SBARDELOTTO, F. R. **A transparência e o dever de informação na Lei anticorrupção brasileira**. Anais do I Seminário nacional Tutelas à efetivação de direitos indispensáveis. Fundação Escola Superior do Ministério Público, 2016.

FUENTE, J.M.R. Contra la participación: discurso y 155xperiênc de las 155xperiências de participación ciudadana. **Revista Política y Sociedad**, v. 47, nº 3, 2010.

GALILEU, 2015. **Analizamos cursos de pós-graduação no Brasil**. Disponível em <http://revistagalileu.globo.com/Multimedia/Infograficos/noticia/2015/06/analizamos-os-cursos-de-pos-graduacao-no-brasil2.html>.

GAMSON, W. A. **Talking politics**. Cambridge University Press, 1992.

GASKELL, G. 2002. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Rio de Janeiro, Cap. 3. 2002.

GATTI, B.A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

GEHRKE, G.A. **O Brasil nas revistas de notícias Der Spiegel, Le Nouvel Observateur, Time e The Economist**: um olhar sobre a corrupção. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014 [Dissertação de Mestrado].

GIL, A. L. Como Evitar Fraudes, Pirataria e Conivência. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GLASER, B.G. & STRAUSS, A.L. **The discovery of grounded theory**: strategies for qualitative research. Chicago: Aldine, 1967.

GOODWIN, J.; JASPER, J.; POLLETA, F. Emotional dimensions of social movements. In: SNOW, D.A.; SOULE, S.A.; KRIESI, H. (organizadores), **The Blackwell Companion to Social Movements**. 4ª ed. United Kingdom: Blackwell Publishing, 2006.

GOHN, M.G. "Participação: novas e antigas percepções na gestão pública". In: **Anais do IX encontro da ANPUR**. Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola: São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*. V.16, n.17, maio-agosto 2011.

GOMES, P.T. Movimentos sociais e educação comunitária: aproximações a partir de Alberto Melucci. **Revista de Ciências da Educação – UNISAL – Americana/SP – Ano XII – Nº 23 – 2º Semestre/2010**.

GOMES, T. G. **A construção dos escândalos de corrupção**: repertórios interpretativos das revistas *Veja* e *Carta Capital* sobre a operação Lava-Jato. Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia, 2016 [Dissertação de Mestrado].

GONÇALVES, B.D. **Identidade feminina e a inserção no mundo do poder**. Uma análise psicopolítica. Curitiba: Juruá. 2008.

GONTIJO, P.C.C. **A consciência política no *Service Civil International*** – Narrativas do cotidiano de um grupo social. São Paulo: Universidade de Campinas, 2015 [Dissertação de Mestrado].

GONTIJO, E. **Os termos 'ética' e 'moral'**. *Mental*, Barbacena, Vol. 4, Nr. 7, nov. 2006.

GORDILLO, A. **Princípios gerais de direito público**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1977. Tradução por Marco Aurélio Greco.

HABIB, S. **Brasil**: quinhentos anos de corrupção. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1994.

HEIDENHEIMER, A.J. (1970). Perspectives in the perception of corruption. In: HEIDENHEIMER, A.J. **Political corruption**: readings in comparative analysis. New York: Hold, Rinehart and Wilston. 1970.

\_\_\_\_\_. ; JOHNSTON, M. **Political corruption**: concepts and contexts. 3ª ed. New Jersey, 2002.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 2001.

HERNANDES, P. **Source Book**. Corruption Perceptions Index. London : The Transparency International Centre for Innovation and Research, 2011.

HESSEN, J. **Filosofia dos valores**. Coimbra: Almedina, 2001.

HEWSTONE, M. **Causal attribution**: From cognitive processes to collective beliefs. Basil: Blackwell, 1989.

HOLLANDA, F.M.H. A corrupção e a impunidade. **Folha de São Paulo**, 12 maio 1991.

HUNTINGTON, S.P. (1968). **Modernization and corruption**. In: Heidenheimer, A. 1. Political corruption –readings in comparative analysis. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1970.

JASPER, J.M. **The art of moral protest**: Culture, biography and creativity in social movements. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

JOHNSTON, M. **Political corruption and public policy in America**. Monterey, Brooks/Cole Publishing Company: 1982.

JUNIOR, C.P. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: editora Brasiliense, 18ª edição, 1989.

JUNIOR, E.A.S. **Consciência política e mídias digitais**: uma análise dos discursos no *Twitter* sobre a reforma política. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016 [Dissertação de Mestrado].

JUNIOR, R. M. A. **Lei Anticorrupção Brasileira**: O Impacto Nas Estruturas De Governança Corporativa Das Instituições Financeiras Do Estado Do Rio Grande Do Sul. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015 [Dissertação de Mestrado].

JUNIOR, T.M.O. **Corrupção e combate à corrupção no brasil**: da prática à teoria. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013 [Dissertação de Mestrado].

KAERCHER, J.A.K. Patologias corruptivas e as múltiplas faces imbricadas à relevância da tutela dos direitos humanos. **Anais do I Seminário nacional Tutelas à efetivação de direitos indispensáveis**. Fundação Escola Superior do Ministério Público, 2016.

KLANDERMANS, B. **The social psychology of protest**. London: Blackwell.1997.

KLITGAARD, R. **A corrupção sob controle**. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

KNOKE, D. **Mobilizing interest groups and movements**. Academy of Management Review: 2002.

LACERDA, R.B.; PERES, T.I.B. Jornadas de Junho: explorando os sentidos da indignação social contemporânea no Brasil. **Revista Enfoques**, vol. 13 (1), Junho de 2014.

LEAL, R. G. **Patologias corruptivas nas relações ente estado, administração pública e sociedade**: causas, consequências e tratamentos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2013.

LEITE, C. B. História, Sentido e Objetivo do Livro. In: LEITE, C. B. et al. **Sociologia da Corrupção**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1987.

LEFF, N. H. Economic development through bureaucratic corruption. In: Heidenheimer, A. 1. **Political corruption – readings in comparative analysis**. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1970.

LESSA, A. M. **Controle na administração pública**: uma proposta para o sistema de controle interno do poder executivo do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2014 [Dissertação de Mestrado].

LOZANO, M. C; ALVARADA, S. V. Juicios, discursos y accion política en grupos de jovenes estudiantes universitários de Bogotá. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Ninez y Juventud**, v. 9, n.1, jan./jun. 2011.

LUCHMANN, L. H. H.; BORBA, J. Inclusão política, desigualdades e novas institucionalidades: uma análise a partir de instituições participativas em Santa Catarina. **Revista de Ciências Sociais Unisinos**, v. 44, n. 158, jan./abr, 2008.

MANSBRIDGE, J. **The Discriptive Political representation of Gender**: An Anti Essentialist Argument. In: KLAUSEN J. e MAIER C. S. (orgs.). *Has Liberalism Failed Women? Assuring Equal Representation in Europe and the United States*. New York: Palgrave, 2001.

MARANHÃO, C. S.; PAES DE PAULA, A. P. Pedagogia Crítica e Ensino em Administração: em busca de novas abordagens. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 9, 2011.

MARSICANO, J. A.; RAMOS J.E. S.; ASSUMPÇÃO, T. S.; SALES P.S.H.C.; SALES P.A. Pesquisa em seres humanos: aspectos médicos, jurídicos, psicológicos e religiosos. **RGO**, v. 56, n.3, 2008.

MARTÍ, J. L. **La república deliberativa**: una teoria de la democracia. Madrid: Marcial Pons, 2006.

MARTINELLI, R.G.O. **Movimento Empresa Júnior**: um estudo exploratório em uma universidade pública no Sudeste brasileiro. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2016 [Dissertação de Mestrado].

MARTINELLI, M.L. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINS, G.F. **Consciência política e participação cidadã de estudantes de Administração em uma universidade pública federal no Sudeste do Brasil**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2014 [Dissertação de Mestrado].

MASCARENHAS, A. O; ZAMBALDI, F.; MORAES, E. A. **Rigor, relevância e desafios da academia em administração**: tensões entre pesquisa e formação profissional. ERA: São Paulo v. 51, nº3, maio/jun. 2011.

MAURO, P. **Os Efeitos da Corrupção Sobre Crescimento, Investimentos e Gastos do Governo**: uma Análise de Países Representativos. A corrupção e a economia global. 1ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

MEIRELLES, H.L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 2ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1966.

MELO, F.L.N.B. **A Corrupção Burocrática Inibe o Empreendedorismo?** Uma Análise Empírica dos Estados Brasileiros. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014 [Dissertação de Mestrado].

MELUCCI, A. **Challenging codes**: collective action in the information age. Cambridge, Mass. :Cambridge University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. **A invenção do presente** – Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENEGUELLO, R. O lugar da corrupção no mapa de referências dos brasileiros: os aspectos da relação entre corrupção e democracia. In: AVRITZER, L.; FILGUERAS, F. (Org.). **Corrupção e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

MIARI, R.C. **Corrupção Organizacional**: uma análise sobre seus efeitos na criação de valor para os acionistas. Minas Gerais: Universidade FUMEC, 2016 [Dissertação de Mestrado].

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social**. Teoria, método, criatividade. 27.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MONTANO, C. & DURIGUETTO, M.L. **Estado, classe e movimento social**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

MOORE, Jr. B. **Injustiça**: a base social da obediência e revolta. São Paulo: Cortez, 1987.

MORAES, R. L. **Ação coletiva e inovação social na esfera pública**: análise da experiência do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) no Brasil. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014 [Dissertação de Mestrado].

NASCIMENTO, L. F. **Ferramentas de controle interno da controladoria geral da União**: instrumentos de fiscalização da gestão, controle social e combate a corrupção. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015 [Dissertação de Mestrado].



NEVES, A.B. Presidente da Capes anuncia edital para internacionalização de universidades brasileiras. **Notícias da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**. Disponível em [portal.sbpcnet.org.br](http://portal.sbpcnet.org.br). Consultado em 01/06/2017.

Nexo Jornal. MBL: do discurso anticorrupção à proximidade com as fake News. Disponível em: [www.nexojornal.com.br](http://www.nexojornal.com.br). Consultado em 20 de Junho de 2018.

NYE, J. S. **Corruption and political development**: a cost-benefit analysis. *American Political Science Review*, Nº 61, 1967.

\_\_\_\_\_. **The Future of Power**. Blackwell, 2011.

Notícia sobre Índice de Corrupção no Brasil. Disponível em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/brasil-esta-em-79-lugar-entre-176-paises-aponta-ranking-da-corrupcao-de-2016.ghtml>. Consultado em 20/08/2016.

OLIVEIRA, D. B. R.; MACHADO, E.R. Movimentos ultraliberais no Brasil – “Movimento Brasil Livre” e “Vem pra Rua”. In: **Anais do XI Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas**. São Paulo: Blucher, 2016.

OLIVEIRA, E. **Crimes de corrupção**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1991.

OLIVEIRA, F. B.; SANT’ANNA, A.S.; DINIZ, D.M. Contribuição dos cursos de graduação em Administração: desenvolvimento de lideranças socialmente responsáveis? **Revista de Economia & Gestão**. V. 14, nº 34, jan./mar., 2014.

OLIVEIRA, M.B. **O fenômeno da corrupção na esfera pública brasileira**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008 [Dissertação de Mestrado].

OLIVEIRA, T.M.J. **Corrupção e combate à corrupção no Brasil**: da prática à Teoria. Niterói: UFF, 2013 [Dissertação de Mestrado].

PAES DE PAULA, A. P. Estilhaços do Real. **O ensino da Administração em uma perspectiva benjaminiana**. Curitiba: Juruá, 2012.

\_\_\_\_\_. **Guerreiro Ramos**: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. *Organizações & Sociedade*, v. 14, nº 40, 2014.

\_\_\_\_\_. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thomson: 2008.

PALASSI, M. P. **Ações Coletivas e Consciência Política no Mundo do Trabalho**. Dilemas Subjetivos da Participação nos Processos de Privatização. Curitiba: Juruá. 2011.

\_\_\_\_\_. ; MARTINS, G. F. Consciência política e participação cidadã dos estudantes de administração de uma universidade pública federal no sudeste do Brasil. In: **Anais da Semana de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo**, 2014.

\_\_\_\_\_. ; \_\_\_\_\_. ; PAES DE PAULA, A. P. Consciência política e participação cidadã de estudantes de Administração: um estudo exploratório em

uma universidade pública no Brasil. **REAd** | Porto Alegre – Edição 85 – Nº 3 – Setembro / Dezembro 2016. Disponibilizado em 31/01/2017.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Paz e Terra, 1992.

PAULA, E.H.A. **Institutional Voids e Corrupção no Setor Público da Construção Civil no Brasil**. Minas Gerais: Universidade FUMEC, 2016 [Dissertação de Mestrado].

PEDRO, A.P. Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum. *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 130, Dez. 2014.

PEREIRA, J.M. Reforma do Estado e controle da corrupção no Brasil. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 12, nº 2, abril/junho 2005.

PLUTCHIK, R. **The emotions**. University Press of America: United States, 1991.

PRAZERES, L. “Esvaziada, marcha que saiu de São Paulo chaga ao Congresso”. **OUL. Folha da Manhã**, de 27 de Maio de 2015. Consultado em 30/05/2017.

PUDENZI, A.G. **Protagonismo feminino e consciência política** – Uma análise do papel da economia solidária na ação política da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências. São Paulo: USP, 2014 [Dissertação de mestrado].

PUMAR, S. M. **Premências da Lei Anticorrupção 12846/2013 na Gestão Empresarial**. X CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 08 e 09 de agosto de 2014.

RAMALHO, R.M. **Corrupção, instituições e desenvolvimento**. Escola de Economia de São Paulo, FGV, 2006.

RAMOS, A. G. **Administração e Contexto Brasileiro** – Esboço de uma Teoria Geral da Administração. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

RECK, J. **A Consciência Política dos Cooperados do MST: o caso do COOPAC– Campo Verde/MT**. Campinas: Unicamp, 2005 [Tese de doutorado].

REIS, A.O. **Corrupção e qualidade fiscal na gestão pública**. Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa, 2015 [Dissertação de Mestrado].

RENAUD, I. A noção de dever na ética contemporânea. In: J. Brito (Coord.). **Temas fundamentais de ética**. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2001.

REZENDE, C.R.A. **A manifestação da identidade na corrupção organizacional: uma abordagem psicossocial**. Belo Horizonte: Universidade FUMEC, 2014 [Tese de Doutorado].

ROGOW, A. A. & LASSWELL, H. D. The definition on corruption. In: Heidenheimer, A. J. **Political corruption**. New York: 1970.

SANDOVAL, S.A.M. & SILVA, A.S. da. O modelo de análise da consciência política como contribuição para a Psicologia Política dos Movimentos Sociais. In: DOMENICO, U.H.; JÚNIOR, F.L. (organizadores). **Psicologia, políticas e movimentos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

\_\_\_\_\_. **Emoções nos movimentos sociais** [Trabalho apresentado na mesa-redonda Emoções, Engajamento e Movimentos Sociais. 13º Encontro Nacional da Abrapso (Associação Brasileira de Psicologia Social). Belo Horizonte: UFMG, Novembro de 2005.

\_\_\_\_\_. **The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s**. Revista Psicologia Política. V.1 (1), 2001.

\_\_\_\_\_. **Os trabalhadores param**. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. **Considerações Sobre Aspectos Micro-sociais na Análise dos Movimentos Sociais**. Psicologia e Sociedade, São Paulo, nº 34, Set. 1989.

SANTOS, A.D.; FARIA, A.A.; CHAVES, M.B.F; GAMA, A.M.F.; SOUSA, J.A.; MELO, L.R.O.; NETO, P.S.F. **Metodologias participativas**: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. Instituto Internacional de Educação do Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, R.A. **Modelo preditivo de fraude ocupacional nas organizações privadas**. São Paulo: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, 2016 [Tese de Doutorado].

SANTOS, R. A. **Compliance como ferramenta de mitigação e prevenção da fraude organizacional**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011 [Dissertação de Mestrado].

SCHILLING, F. **Corrupção**: ilegalidade intolerável. Comissões parlamentares de inquérito e a luta contra a corrupção no Brasil (1980-1992). São Paulo: IBCCrim, 1999.

Site do *e-cidadania* do Senado Federal, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania>. Consultado em 08 de Setembro de 2016.

Site as dez medidas contra a corrupção, do Ministério Público Federal, disponível em: <http://www.dezmedidas.mpf.mp.br/>. Consultado em 09 de Setembro de 2016.

SILVA, A. O. C. **When does it pay to be corrupt in the private sector?** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2016 [Dissertação de Mestrado].

SILVA, A.S. da. Consciência e participação política: uma abordagem Psicopolítica. **Interações**: Universidade São Marcos. V. 6,nº 12., jul./dez. 2001. São Paulo: Unimarco, 2002.

\_\_\_\_\_. O lugar das crenças e valores sociais na formação da consciência política entre trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra. **Interações**. São Paulo: Universidade São Marcos, Ano/vol. VII. N.14, jul./dez. 2002.

\_\_\_\_\_. **Luta, Resistência e Cidadania**. Uma análise psicopolítica dos movimentos e paradas do orgulho LGBT. Curitiba: Juruá, 2009.

\_\_\_\_\_. **A identificação de adversários, de sentimentos antagônicos e de (in) eficácia política na formação da consciência no MST paulista**. Estudos e pesquisas em Psicologia. Rio de Janeiro: UERJ, v.7, nº1, abril 2007.

\_\_\_\_\_. **Consciência e participação política**: uma abordagem Psicopolítica. *Interações: Estudos e Pesquisas em Psicologia / Universidade São Marcos*. V. 6, nº 12, jul./dez. 2001. São Paulo: Unimarco, 2006.

\_\_\_\_\_. **Marchando pelo arco-íris da política**: a parada do orgulho LGBT na construção da consciência coletiva nos movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006 [Tese de Doutorado].

SOBRINHO, W. P. Número de manifestantes no 15 de Março causa polêmica. **Revista Carta Capital**. Política. 17 de Março de 2015.

SOBRINHO, M.O.F. **O princípio constitucional da moralidade administrativa e a corrupção**. 2ª ed., Curitiba: Gênese, 2015.

SOUSA, R.F, de. George Herbert Mead: contribuições para a história da psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, vol. 23 nº2. Florianópolis, maio – agosto de 2011.

SPECK, B.W. **Caminhos da transparência**: análises dos componentes de um sistema nacional de integridade. São Paulo, editora da Unicamp, 2005.

SOUZA, L.V.S. **Consciência política e participação no orçamento participativo de Cachoeiro de Itapemirim**—Espírito Santo no período 2009-2012. UFES – Dissertação, 2012.

\_\_\_\_\_. ; PALASSI, M.P.; SILVA, A.R.L. Consciência política e participação no orçamento participativo em Cachoeiro de Itapemirim (ES, 2009-2012). **Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, nº2, maio/agosto 2015.

STRECK, D. R.; ADAMS, T. Lugares da participação e formação da cidadania. In: MIGLIEVICH, A.; SILVA, M. Z (Org.). Cidadania, regulação e participação. **Civitas Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 95-117, jan./jun., 2006.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais**: estudos em psicologia social. London. Horizontes: Cambridge University Press, 1983.

TAKEUCHI, K.T.; SENHORAS, E.M. **Empresa júnior como um mecanismo de interação empresa universidade**: um estudo de caso nos cursos de engenharia da UNICAMP. 2003.

TANZI, V. Corruption Around the World: Causes, Consequences, Scope and Cures. **IMF Staff Paper**, v.45, nº4, 1998.

TATAGIBA, L. 1984,1992 E 2013. Sobre ciclos de protesto e democracia no Brasil. **Política & sociedade**, vol. 13, nº 28, Set./Dez. 2014.

TAVARES, M.C.B. **Possíveis fatores explicativos do baixo grau de participação social no Brasil**: a experiência da 1ª conferência sobre transparência e controle social. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013 [Dissertação de Mestrado].

TEIXEIRA, A.C. & GRANDE, M. **Linking entry mode choices of MNCs with countries corruption**. Working Papers. Observatório de Economia e Gestão da Fraude: 2011.

TEIXEIRA, C.C. **Corrupção legislativa: impasses no contexto norte-americano**. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

TELLES, H. A direita vai as ruas: o antipestismo, a corrupção e a democracia nos protestos antigoverno. **Ponto & Virgula**, Revista de Ciências Sociais, nº 19, 2016.

TILLY, C. **Schedule for students of social movements**. Cambridge University Press: 2003.

TOURAINÉ, A. **La conscience ouvrière**. Paris: Seuil, 1966.

TRAGTENBERG, M. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Cortez, 1990.

TREVISAN, A.M.; CHIZZOTTI, A.; LANHEZ, J.A.; CHIZZOTTI, J.; VERILLO, J. **O combate à corrupção nas prefeituras do Brasil**. Ateliê Editorial, 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUGENDHAT, E. **Lições sobre ética**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TURNER, J.H. & STETS, J.E. **The sociology of Emotions**. Nova York: Cambridge, University Press, 2005.

Universidade Federal do Espírito santo. Disponível em: [www.ufes.br](http://www.ufes.br). Consultado em 09 de Março de 2018.

VAZ, A.C.N. Modelando a participação social: uma análise da propensão à inserção em instituições participativas, a partir de características socioeconômicas e políticas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 10, jan./abr., 2013.

ZALIS, P.; GONÇALVES, E. Quais são e como pensam os movimentos que vão para a rua contra Dilma no domingo. **Veja.com**, de 11 de Março de 2015. Consultado em 31/05/2017.

ZANCANARO, A.F. **Fator de corrupção: indistinção entre o público e o privado**. Editora Rumos: 1992.

Zero Hora Notícias. Youtuber do mamaefalei se envolve em tumulto em escola ocupada no Paraná. Disponível em [zh.clicrbs.com.br](http://zh.clicrbs.com.br). Consultado em 31/05/2017.

WEIL, E. **Morale**. Disponível em: <http://www.universalis.fr/encyclopedie/morale/ressources>. Consultado em 10/06/2018.

[www.oglobo.com](http://www.oglobo.com). Latinobarômetro: Corrupção aparece pela 1ª vez como principal preocupação para Brasil, diz pesquisa. O Globo de 27/10/2017. Consultado em 22/04/2018.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE



UFES  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa que tem por título: “Consciência política e participação dos estudantes de Administração em relação ao combate à corrupção no Brasil”.

Você foi selecionado por ter manifestado interesse em participar, após abordagem da pesquisadora. Sua participação não é obrigatória, podendo deixar de participar dela em qualquer momento de sua execução. Caso decida retirar seu consentimento, você não mais será contatado (a) pelas pesquisadoras. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a UFES.

Apresenta-se como objetivo geral da pesquisa, compreender a consciência política dos estudantes de graduação em Administração de uma universidade pública no Sudeste do Brasil em relação à corrupção e como ela contribui para a participação ou não em ações coletivas voltadas para combater a corrupção. Para tanto, faz-se necessário adentrar os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar a possível participação dos estudantes no combate à corrupção;
2. Analisar as dimensões do Modelo de Consciência Política dos estudantes de graduação em Administração em relação à corrupção no Brasil;
3. Estabelecer as tipologias de consciência política dos estudantes sobre a corrupção no Brasil e como ela contribui ou não para a participação deles no combate a corrupção;

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder um questionário aplicado em sala de aula e entrevista, agendada posteriormente. O questionário terá a duração média de 15 minutos e a entrevista 30 minutos.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais, assegurando-se o sigilo sobre sua participação, pois os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação e cada participante será identificado através de um código que somente poderá ser identificado pelas pesquisadoras; essas informações serão guardadas por um prazo de cinco anos, sendo incineradas após este período.

A pesquisadora se compromete a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após publicação.



Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal, podendo tirar suas dúvidas sobre a Pesquisa e de sua participação, agora ou a qualquer momento.

#### **DADOS DA PESQUISADORA PRINCIPAL**

**Erika Melo Farias**

---

#### **Assinatura**

**Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus Universitário – Goiabeiras. CEP: 29075-910, ES – Brasil.**

**Telefax: (27) 3335-7712**

Na qualidade de pesquisadora responsável pela pesquisa “Consciência política e participação dos estudantes de Administração em relação ao combate à corrupção no Brasil”, eu, Erika Melo Farias, declaro ter cumprido as exigências do(s) item(s) IV.3 e IV.4 (se pertinente), da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFES que funciona no Centro de Ciências da Saúde (CEP/CCS/UFES), localizada na Av. Marechal Campos, 1468, Maruípe, CEP 29.040-090, Vitória - ES, Brasil. TELEFONE (27). 3335-7211 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: cep.ufes@hotmail.com.

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada pela pesquisadora principal, rubricada em todas as páginas.

**Vitória, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017**

---

**Sujeito da pesquisa**

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Este trabalho tem como objetivo compreender as tipologias da consciência política de estudantes dos cursos de graduação em Administração em relação à corrupção no Brasil. Nesse sentido, o (a) convidamos para responder as perguntas abaixo, e ressaltamos que sua colaboração é fundamental para que este trabalho possa ser feito. Destaca-se que não há respostas certas ou erradas, por se tratar de opinião pessoal. Por favor, não deixe questões sem assinalar ou responder e caso necessário, solicite esclarecimentos à pesquisadora.

### Dados de Caracterização

Nome: \_\_\_\_\_ Sexo: Masculino ( ) Feminino ( )

Período do curso: \_\_\_\_\_ Turno: Matutino ( ) Noturno ( )

Qual a sua Idade? : \_\_\_\_\_ Ocupação: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Telefone(s): \_\_\_\_\_

**Responda as questões de 01 a 10, marcando “X” na opção que reflete sua escolha e justifique ou descreva o motivo desta.**

**Q 1. Você se informa frequentemente sobre acontecimentos políticos? Justifique.**

Sim ( ) Não ( ) As vezes ( )

Justificativa:

---

---

---

**Q 2. Você sabe o que é corrupção? Se sim, descreva.**

Sim ( ) Não ( )

Descrição:

---

---

---

**Q 3. Que sentimentos são despertados frente aos acontecimentos políticos envolvendo corrupção. Justifique.**

Raiva ( ) Indiferença ( ) Desconfiança ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Justificativa:

---

---

---

**Q 4. Como você, enquanto futuro Administrador vê os gestores de grandes organizações acusados de corrupção. Justifique**

Eles não podem ser considerados como administradores ( )

Eles são administradores que fizeram o que tinham que fazer ( )

Eles agiram de modo a difamar a profissão do Administrador ( )

Outro: \_\_\_\_\_

Justificativa:

---

---

---

**Q 5. Você participa ou já participou de alguma ação de combate à corrupção? Se não, justifique.**

Sim ( ) Não ( )

Justificativa:

---

---

---

**Q 6. Se sim, de que tipo e forma se deu essa ação? Quais sentimentos foram despertados nessa ação?**

**Tipo:** abaixo assinado ( ) petição ( ) protesto ( ) Outro: \_\_\_\_\_

**Forma:** Presencial ( ) On line ( ) Outro: \_\_\_\_\_

**Sentimentos:** \_\_\_\_\_

---

---

**Q 7. Você consegue perceber a diferença entre política e corrupção? Justifique.**

Sim ( ) Não ( )

Justificativa:

---

---

---

**Q 8. Você acha que a corrupção pode ser reduzida? Justifique.**

Sim ( ) Não ( ) Parcialmente ( )

Justificativa:

---

---

---

**Q 9. Você acha que pode ter um papel importante nessa redução? Justifique.**

Sim ( ) Não ( )

Justificativa:

---

---

---

**Q 10. Você acha que vale a pena participar de ações de combate a corrupção? Justifique.**

Sim ( ) Não ( )

Justificativa:

---

---

---

---

**Preencha abaixo caso deseje conceder entrevista. A entrevista será realizada individualmente em dia, local e horário previamente agendado. Sua identificação será mantida em sigilo.**

**Telefone (s): \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_**

**Melhor horário para ser contatado (a): Manhã ( ) Tarde ( ) Noite ( )**

## APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

### Dados de Caracterização

Período do curso: \_\_\_\_\_ Turno: \_\_\_\_\_

Sexo:      Masculino ( )      Feminino ( )

Qual a sua Idade? : \_\_\_\_\_ Ocupação: \_\_\_\_\_

Endereço de e-mail: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

### Questões de acordo com cada dimensão do Modelo de Sandoval & Silva (2016)

#### 1. Identidade coletiva:

- A) Como você vê o Administrador no Brasil? Você se vê como um Administrador?
- B) E como cidadão brasileiro, como você se sente?
- C) Você se identifica com algum movimento de combate à corrupção no Brasil?

#### 2. Crenças, valores e expectativas sobre a sociedade:

- A) Você sabe quais são as práticas mais comuns de corrupção? E de combate à corrupção?
- B) A participação da sociedade nos movimentos anticorrupção pode ter papel fundamental no combate à corrupção no Brasil? Você acredita que participar de protestos, petições e abaixo assinados, contribuem para combater a corrupção no país?
- C) Os escândalos de corrupção expostos pela Operação Lava-jato têm apontado Políticos e Gestores de grandes organizações envolvidos em esquemas de corrupção. Por que isso acontece? Sua graduação em Administração contribui para formar profissionais éticos?

#### 3. Interesses coletivos

- A) Você conhece alguma das medidas propostas pelo Ministério Público Federal, denominadas de “dez medidas contra a corrupção”? Se sim, você

concorda com essas medidas? Se não, por que você não procurou se informar sobre elas?

B) O MPF e a Operação Lava Jato tem sido justos e imparciais com todos os partidos políticos acusados de corrupção?

C) Você já discutiu com familiares ou rompeu amizades devido a discussões sobre política, desde que o movimento anticorrupção do MPF e Operação Lava Jato começaram no Brasil?

#### 4. Eficácia política

A) O movimento anticorrupção proposto pelo MPF é eficaz ou ineficaz para combater a corrupção no Brasil?

B) Que ações políticas seriam eficazes para superar a corrupção?

C) Quando você assiste nas mídias, escândalos de corrupção, como você reage? Isso desperta a vontade de fazer algo a respeito, ou o desmotiva a agir?

#### 5. Sentimentos com respeito aos adversários

A) Como você avalia a ação de políticos notoriamente corruptos participarem de movimentos (ou outras ações) de combate à corrupção?

B) Quem são os inimigos do movimento de combate à corrupção proposto pelo MPF (10 medidas contra a corrupção)?

#### 6. Metas e repertório de ações

A) Você conhece as metas e ações de combate à corrupção do MBL e #Vem pra rua? Se sim, você acha que elas são melhores que as metas e ações do MPF?

B) As dez medidas de combate à corrupção propostas pelo MPF sofreram diversas alterações. Nesse contexto, houve a tentativa de adição de emendas que causaram polêmica e foram amplamente divulgadas na mídia e por conta disso, retiradas das propostas. Dentre as referidas emendas, estavam as de responsabilização de juízes e promotores e a

existência de possíveis acordos para inserir a previsão de anistia a crime de caixa 2. Nesse contexto, qual a sua opinião sobre o assunto?

C) Como você avalia o papel que a mídia vem desempenhando nos escândalos de corrupção?

7. Vontade de agir coletivamente

A) Você participa ou já participou de algum movimento, protesto, abaixo assinado (*on line* ou presencial) de combate à corrupção?

B) O curso de graduação em Administração influencia sua vontade de participar dos movimentos de combate à corrupção? Alguém o influencia, por exemplo, sua família dentre outros grupos que você pertence?

## APÊNDICE D – FICHA DE TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS\*

### DADOS PESSOAIS

NOME: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ HORA INÍCIO:\_\_:\_\_:\_\_ TÉRMINO\_\_:\_\_:\_\_ DATA:\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 SEXO:\_\_\_\_ LOCAL DA ENTREVISTA:\_\_\_\_\_  
 IDADE:\_\_\_\_ EMPREGO:\_\_\_\_\_

### CARACTERÍSTICAS DO ENTREVISTADO

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

### COMPORTAMENTO DURANTE A ENTREVISTA

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

### CATEGORIAS DO MODELO DE SANDOVAL & SILVA (2016) IDENTIFICADAS

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

### EMOÇÕES DO MODELO DE SANDOVAL & SILVA (2016) IDENTIFICADAS

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

### PALAVRAS-CHAVE DA ENTREVISTA

\_\_\_\_\_

\* Para elaboração deste Apêndice adotou-se a Ficha de Transcrição das Entrevistas Dados Pessoais de Souza (2012), com modificações.



## APÊNDICE E – QUADRO 23 - CRONOGRAMA DE PESQUISA

Quadro 23 – Cronograma de pesquisa

<b>CRONOGRAMA</b>	
Elaboração do Projeto de Qualificação	08/2016 a 05/2017
<b>Prazo para depósito do Projeto de Qualificação</b>	<b>25/04/2017</b>
Depósito do Projeto de Qualificação	<b>04/2017</b>
Defesa de Qualificação	05/ 2017
<b>Prazo para Defesa de Qualificação</b>	<b>25/05/17</b>
Coleta de dados/pesquisa de campo	06/2017 a 07/ 2017
Organização e análise dos dados	07/2017 a 01/ 2018
Revisão da Dissertação	01/2018 a 03/2018
<b>Prazo para depósito da Dissertação</b>	<b>30/03/2018</b>
Defesa da Dissertação	06/2018
<b>Prazo para defesa da Dissertação</b>	<b>06/2018</b>

Fonte: Elaboração própria

**APÊNDICE F – QUADRO 12- CALENDÁRIO DA GRADUAÇÃO 2017**

Quadro 12 - Calendário da graduação 2017

<b>DATA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
27 de Março de 2017	Início do período letivo 2017/1
A partir de 19 de Abril	Acesso à oferta das disciplinas optativas e as obrigatórias
03 a 07 de Maio	Prazo para os Departamentos tramitarem a reprogramação da oferta de disciplinas referentes ao ajuste de matrícula do período letivo 2017/1.
31 de Julho	Término do período letivo 2017/1
09 a 23 de Agosto	Recesso acadêmico

Fonte: Elaboração própria com base nas informações disponíveis em [wwwhttp://www.prograd.ufes.br/calend%C3%A1rio-acad%C3%AAmico](http://www.prograd.ufes.br/calend%C3%A1rio-acad%C3%AAmico).

## APÊNDICE G – QUADRO 01 – DISSERTAÇÕES SOBRE A CORRUPÇÃO NOS PROGRAMAS DE POS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Quadro 01 - Dissertações sobre a corrupção nos programas de pós-graduação no Brasil.

Enfoque da corrupção	Autor/ano	Objetivos da pesquisa	Universidade onde foram produzidas
Corrupção burocrática em nível empresarial	Melo, F.L.N.B., 2014	Verificar a relação entre empreendedorismo e incidência da corrupção burocrática nos estados brasileiros e Distrito Federal.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal)
Fiscalização e combate à corrupção	Lessa, A. M., 2014.	Propor diretrizes para o sistema de controle interno do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, de forma a inserir atividades de correição, de ouvidorias e de transparência e prevenção à corrupção.	Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro)
	Reis, A.O., 2015.	Averiguar se condições socioeconômicas, demográficas e políticos-institucionais podem explicar ou estar relacionada com o nível de corrupção e a qualidade da gestão fiscal diferentes níveis de governo.	Universidade Federal de Viçosa (Minas Gerais)
	Paula, E.H.A., 2016	Identificar e analisar a correlação entre os <i>institutional voids</i> e a corrupção no setor público brasileiro, a partir de sua relação contratual com o setor privado da construção civil.	Universidade FUMEC (Minas Gerais)
Corrupção organizacional	Miari, R.C., 2011	Verificar a influência das denúncias de corrupção veiculadas na imprensa e seus efeitos sobre o valor para os acionistas.	Universidade FUMEC (Minas Gerais)
	Santos, R. A., 2011	Aprofundar o conhecimento de fatores que influenciam a decisão do indivíduo no cometimento de fraude em organizações privadas e avaliar os resultados da implantação de programas de <i>compliance</i> na percepção moral dos indivíduos dessas organizações.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo)
	Costa, Y.R.S., 2011	Analisar as principais práticas de corrupção e os mecanismos de prevenção e combate à corrupção existentes nos bancos brasileiros.	Universidade FUMEC (Minas Gerais)
	Silva, A. O. C., 2016	Investigar quando vale se corromper no setor privado.	Fundação Getúlio Vargas (São Paulo)
Notícias internacionais sobre corrupção no	Gehrke, G.A., 2014	Identificar a exposição de notícias de corrupção no Brasil nas revistas Der Spiegel, Le Nouvel Observateur, The Economist e Time	Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis)

Brasil		e possível correlação com índices econômicos.	
Controle sobre atos da Administração Pública Federal em relação à corrupção	Filho, J. D. C., 2008	Produção de sugestões que visem aprimorar o fortalecimento dos controles sobre os atos praticados no âmbito da administração pública federal e promover, simultaneamente, o efetivo combate à corrupção.	Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro)
	Nascimento, L. F., 2015	Analisar a questão da governança na administração pública, sua eficiência no sentido amplo, na vertente do controle interno e controle social como forma de combate à corrupção.	Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro)
	Junior, T.M.O., 2013	Analisar a base teórica da política de combate à corrupção do governo federal 2004 e 2011 da CGU, sua ideologia subjacente e sua efetividade prática.	Universidade Federal Fluminense (Niterói)
	Ferri, I.V.M., 2015	Analisar as práticas de corrupção e os meios de controle para mitigá-las em processos de licitação e execução de obras públicas no âmbito da construção civil brasileira.	Universidade FUMEC (Belo Horizonte)
	Cruz, J.M., 2012	Conhecer instrumentos que levem a administração pública a exercer, com eficácia, procedimentos licitatórios, visando minimizar desvios.	Faculdade Pedro Leopoldo (Minas Gerais)
	Pinto, E. j., 1997	Identificar através da licitação pública seus elementos a partir de uma revisão dos regulamentos que pautaram o assunto no Brasil.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre)
Corrupção eleitoral	Moraes, R. L., 2014	Compreender como o MCCE vem promovendo inovações sociais ao responder ao problema público da corrupção eleitoral no Brasil.	Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis)
Transparência e controle social no combate à corrupção financeira	Tavares, M.C.B., 2013	Analisar os fatores que explicariam o baixo nível de envolvimento da população brasileira no controle social das ações de Estado em relação aos gastos públicos e no combate à corrupção, com base na observação da experiência da 1ª CONSOCIAL.	Universidade Federal Fluminense (Niterói)
Corrupção na esfera pública	Oliveira, M.B., 2008	Compreender o fenômeno da corrupção na esfera da administração pública brasileira e suas implicações para a sociedade.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal
Produção científica sobre	Carioca, A.M., 2016	Verificar se a produção científica sobre corrupção, fraude e governança corporativa acompanhou a periodicidade anual	Universidade Federal de Santa Catarina

corrupção		dos casos de corrupção no país veiculados pela mídia nacional entre 2010 a 2015.	(Florianópolis)
Notícias sobre escândalos envolvendo corrupção	Gomes, T. G., 2016	Identificar e analisar discursivamente os repertórios interpretativos da mídia sobre os escândalos de corrupção, no caso, da Operação Lava Jato, no primeiro ano após sua deflagração.	Universidade Federal de Uberlândia (Minas Gerais)
Lei anticorrupção brasileira	Junior, R. M. A., 2015	Identificar a percepção das instituições financeiras do Rio Grande do Sul acerca da Lei 12.846/2013 e do seu impacto na estrutura de Governança Corporativa.	Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis)
Auditoria independente e <i>compliance</i>	Carvalho, W. O., 2015	Verificar alternativas para aprimorar os procedimentos nas áreas de Auditoria Independente, Auditoria Interna, Conselho Fiscal, no intuito de mitigar os riscos de <i>Compliance</i> .	Faculdade Leopoldo Pedro (Minas Gerais)
	Fonseca, N.C.M., 2015	Fazer análise baseada na Teoria da agência e nos códigos de boas práticas de governança corporativa sobre “como” as grandes empresas reformulam seus sistemas e práticas de gestão corporativa visando à recuperação de sua imagem institucional após significativo impacto sobre a empresa, como no caso o escândalo de corrupção em que a Siemens esteve envolvida.	Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro)

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações do Banco de Teses e Dissertações da Capes, disponíveis em <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/> consultado em 14/04/2017.

**APÊNDICE H – QUADRO 03 – TIPOS DE CRIMES DE CORRUPÇÃO DE  
ACORDO COM O CAPÍTULO I, DO TÍTULO XI DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO**

Quadro 03 - Tipos de crimes de corrupção de acordo com o Capítulo I, do Título XI do Código Penal Brasileiro.

CRIME	ARTIGO	DESCRIÇÃO	PENA
Peculato	312	Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.	Reclusão, de dois a doze anos, e multa.
Inserção de dados falsos em sistema de informação	313	Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.	Reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.
Extravio, sonegação ou inutilização de livro e documento	314	Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente.	Reclusão, de um a quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.
Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	315	Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.	Detenção, de um a três meses, ou multa.
Concussão	316	Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.	Reclusão, de dois a oito anos, e multa.

Corrupção passiva	317	Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.	Reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.
Facilitação de contrabando ou descaminho	318	Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho.	Reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.
Prevaricação	319	Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.	Detenção, de três meses a um ano, e multa.
Condescendência criminosa	320	Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.	Detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.
Advocacia administrativa	321	Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.	Detenção, de um a três meses, ou multa.
Violência arbitrária	322	Praticar violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la.	Detenção, de seis meses a três anos, além da pena correspondente à violência.
Abandono de função	323	Abandonar cargo público, fora	Detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

		dos casos permitidos em lei.	
Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado	324	Entrar no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar a exercê-la, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso.	Detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.
Violação do sigilo profissional	325	Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação.	Detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.
Violação do sigilo de proposta de concorrência	326	Devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo.	Detenção, de três meses a um ano, e multa.
Corrupção ativa	333	Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.	Reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.
Descaminho	334	Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria .	Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

Fonte: Elaboração própria.



**APÊNDICE I – QUADRO 04 – TIPOS DE CRIMES DE CORRUPÇÃO DE ACORDO COM O CAPÍTULO II DO TÍTULO XI DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO**

Quadro 04 - Tipos de crimes de corrupção de acordo com o Capítulo II, do Título XI do Código Penal Brasileiro.

<b>CRIME</b>	<b>ARTIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PENA</b>
Usurpação de função pública	328	Usurpar o exercício de função pública.	Detenção, de três meses a dois anos, e multa.
Resistência	329	Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.	Detenção, de dois meses a dois anos.
Tráfico de influência	332	Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.	Reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
Corrupção ativa	333	Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.	Reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.
Descaminho	334	Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria.	Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.
Contrabando	334 - A	Importar ou exportar mercadoria proibida.	Reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos
		Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda	

Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência	335	em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem.	Detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, além da pena correspondente à violência.
Inutilização de edital ou de sinal	336	Rasgar ou, de qualquer forma, inutilizar ou conspurcar edital afixado por ordem de funcionário público; violar ou inutilizar selo ou sinal empregado, por determinação legal ou por ordem de funcionário público, para identificar ou cerrar qualquer objeto.	Detenção, de um mês a um ano, ou multa.
Subtração ou inutilização de livro ou documento	337	Subtrair, ou inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público.	Reclusão, de dois a cinco anos, se o fato não constitui crime mais grave.
Sonegação de contribuição previdenciária	338	Suprimir ou reduzir contribuição social previdenciária e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas.	Reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Fonte: Elaboração própria.

## APÊNDICE J – QUADRO 05 – OUTROS TIPOS DE CRIMES DE CORRUPÇÃO DE ACORDO COM O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

Quadro 05 - outros tipos de crimes de corrupção de acordo com o Código Penal Brasileiro

<b>CRIME</b>	<b>TÍTULO/CA PÍTULO/AR TIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PENA</b>
Corrupção ativa em transação comercial internacional	Título XI Capítulo II-A 337-B	Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a funcionário público estrangeiro, ou a terceira pessoa, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício relacionado à transação comercial internacional.	Reclusão, de 1 (um) a 8 (oito) anos, e multa.
Tráfico de influência em transação comercial internacional	Título XI Capítulo II-A 337-C	Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público estrangeiro no exercício de suas funções, relacionado a transação comercial internacional.	Reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
Comunicação falsa de crime ou de contravenção	Título XI Capítulo III 340	Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado.	Detenção, de um a seis meses, ou multa.
Auto-acusação falsa	Título XI Capítulo III 341	Acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem.	Detenção, de três meses a dois anos, ou multa.

Falso testemunho ou falsa perícia	Título XI Capítulo III 342	Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral.	Reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
Falso testemunho ou falsa perícia	Título XI Capítulo III 343	Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, cálculos, tradução ou interpretação.	Reclusão, de três a quatro anos, e multa.
Coação no curso do processo	Título XI Capítulo III 344	Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral.	Reclusão, de um a quatro anos, e multa, além da pena correspondente à violência.
Fraude processual	Título XI Capítulo III 347	Inovar artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito.	Detenção, de três meses a dois anos, e multa.
Favorecimento pessoal	Título XI Capítulo III 348	Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão.	Detenção, de um a seis meses, e multa.
Favorecimento real	Título XI Capítulo III 349	Prestar a criminoso, fora dos casos de co-autoria ou de receptação, auxílio destinado a	Detenção, de um a seis meses, e multa.

		tornar seguro o proveito do crime.	
Favorecimento real	Título XI Capítulo III 349 - A	Ingressar, promover, intermediar, auxiliar ou facilitar a entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional.	Detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.
Patrocínio infiel	Título XI Capítulo III 355	Trair, na qualidade de advogado ou procurador, o dever profissional, prejudicando interesse, cujo patrocínio, em juízo, lhe é confiado.	Detenção, de seis meses a três anos, e multa.
Sonegação de papel ou objeto de valor probatório	Título XI Capítulo III 356	Inutilizar, total ou parcialmente, ou deixar de restituir autos, documento ou objeto de valor probatório, que recebeu na qualidade de advogado ou procurador.	Detenção, de seis meses a três anos, e multa.
Exploração de prestígio	Título XI Capítulo III 357	Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha.	Reclusão, de um a cinco anos, e multa.
Violência ou fraude em arrematação judicial	Título XI Capítulo III 358	Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem.	Detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.
Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito	Título XI Capítulo III 359	Exercer função, atividade, direito, autoridade ou múnus, de que foi suspenso ou privado por decisão judicial.	Detenção, de três meses a dois anos, ou multa.

Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura	Título XI Capítulo IV 359 - C	Ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.	Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.
Ordenação de despesa não autorizada	Título XI Capítulo IV 359 - D	Ordenar despesa não autorizada por lei.	Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.
Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura	Título XI Capítulo IV 359 - G	Ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura.	Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.
Oferta pública ou colocação de títulos no mercado	Título XI Capítulo IV	Ordenar, autorizar ou promover a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública sem que tenham sido criados por lei ou sem que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia.	Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

Fonte: elaboração própria.